

PAPA FRANCISCO

Os Encontros Mundiais dos
Movimentos Populares e o
nosso pensamento social

10 anos de EMMP



LIBRERIA
EDITRICE
VATICANA

DICASTÉRIO PARA O SERVIÇO DO
DESENVOLVIMENTO
HUMANO
INTEGRAL



Os Encontros Mundiais dos Movimentos Populares e o nosso pensamento social

Papa Francisco

© 2024 – Administração do Património da Sé Apostólica e Dicastério para a Comunicação

Libreria Editrice Vaticana Cidade do Vaticano

www.libreriaeditricevaticana.va

www.humandevlopment.va

ISBN 978-88-266-0932-4

Índice

Prefácio.....	4
Introdução: Ouvir o clamor, percorrer o caminho juntos.....	5
I Encontro Mundial dos Movimentos Populares: discurso do Santo Padre.....	12
II Encontro Mundial dos Movimentos Populares: discurso do Santo Padre.....	19
III Encontro Mundial dos Movimentos Populares: discurso do Santo Padre.....	28
Carta do Santo Padre aos Movimentos Populares.....	37
IV Encontro Mundial dos Movimentos Populares: mensagem em vídeo do Santo Padre	39
Mensagem do Papa Francisco por ocasião do 10º aniversário	
da Evangelii gaudium.....	48
Outros documentos do pensamento social do Papa Francisco.....	53
Alguns pontos da Exortação Apostólica Evangelii Gaudium (2013).....	53
Homilia do Santo Padre: "O trabalho é a vocação do homem".....	56
Alguns pontos da Carta Encíclica Fratelli Tutti (2020).....	58
Encontro internacional online: "A economia de Francisco - os jovens,	
um pacto, o futuro": mensagem em vídeo do Santo Padre.....	61
Aos membros da Fundação "Centessimus Annus Pro Pontifice" Discurso	
do Santo Padre.....	67
Encontro "Economy of Francesco": discurso do Santo Padre.....	69
O que disseram outros Papas sobre Terra, Teto e Trabalho?.....	75
Alguns pontos da Exortação Apostólica Rerum Novarum (1891) do	
Papa Leão XIII.....	76
Alguns pontos da Exortação Apostólica Quadragesimo Anno (1931)	
do Papa Pio XI.....	79
Alguns pontos da Encíclica Mater et Magistra (1961) do Papa João XXIII.....	81
Alguns pontos da Encíclica Populorum Progressio (1967) do Papa Paulo VI.....	83
Alguns pontos da Encíclica Laborem Exercens (1981) do Papa João Paulo II.....	85
Alguns pontos da mensagem para o XLIII Dia Mundial da Paz do	
Papa Bento XVI (2010) - "Se quiseres promover a paz, preserva a criação".....	88

Prefácio

Papa Francisco

Queridos irmãos e irmãs,

Agradeço a edição deste livro que compila as minhas mensagens aos Movimentos Populares. Cada uma delas foi fruto de um diálogo, de uma ida e volta que me fez muito bem. Os movimentos populares fizeram-me chegar as suas conclusões e eu transmiti-lhes as minhas reflexões. Assim, criámos juntos o mote Terra, Teto e Trabalho. E assim, enriquecemos juntos a Doutrina Social da Igreja. Trata-se de um exemplo original de sinodalidade, de caminhar juntos.

Espero que a divulgação do fruto destes diálogos expressos nos documentos incentive as Igrejas locais a envolverem-se no desenvolvimento dos movimentos populares para a defesa da Casa Comum e a promoção do Desenvolvimento Humano Integral.

Alegra-me igualmente que o livro tenha incluído documentos dos meus antecessores, porque é importante ter presente a continuidade destes contributos que são a concretização do tesouro da nossa doutrina para viver no nosso tempo os ensinamentos de Jesus.

Trata-se de promover os pobres e excluídos que não são apenas vítimas da injustiça, mas que se unem e lutam contra ela, são protagonistas da história, procuram soluções e criam, a partir da sua vivência artesanal, as respostas que o sistema lhes nega. São poetas sociais e samaritanos coletivos.

A vocês, homens e mulheres dos movimentos, quero dizer-lhes novamente para não se atemorizarem na construção de uma alternativa humana à globalização fonte de exclusão. Vocês, os mais humildes, os explorados, os pobres e excluídos podem fazer muito. O mundo precisa de vocês. Nunca se esqueçam que a esperança não atraiçoa. Nunca deixem de praticar o amor a Deus e aos outros. Por favor, não atraiçoem as vossas raízes, continuem a trabalhar no concreto, no próximo, desde as periferias, e amem-se uns aos, porque é no amor que tiverem uns aos outros que serão reconhecidos.

Fraternalmente,

Francisco

Introdução: Ouvir o clamor, percorrer o caminho juntos

Card. Michael Czerny S.J.

Prefeito

Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral

Juan Grabois

Membro do Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral

“O amor pelos pobres está no centro do Evangelho”¹, teve de nos recordar Francisco para explicar que quando o Santo Padre fala dos problemas dos excluídos, das suas causas estruturais e dos caminhos de transformação que emergem do seu pensamento social, não faz mais do que pregar e praticar o caminho de Jesus. Esta ação tão própria de um pastor causa escândalo e mais escândalo quando o faz em diálogo com os próprios descartados que não se resignam, se organizam e lutam: Os pobres não só suportam a injustiça, mas também lutam contra ela”.²

A sua defesa apaixonada do direito que aos pobres assiste, a necessidade de uma mudança estrutural, o valor da luta popular valerem-lhe ataques e adjetivações permanentes, sobretudo na sua terra natal. No entanto, não se trata de pobrismo, comunismo ou populismo; o que o Papa faz é manter-se firme no rigoroso cumprimento do dever cristão e indicar-nos o caminho da nossa salvação.

Francisco afirma em múltiplas ocasiões e contextos diversos que: as bem-aventuranças “são o programa de vida cristã”³. São diretrizes simples e humanas, mas absolutamente contracultura nos tempos de hoje. Juntamente com as bem-aventuranças, o Sumo Pontífice refere as obras de misericórdia de Mateus 25 como “o protocolo pelo qual seremos julgados”⁴.

Não é Francisco, mas sim Deus feito homem que nos indica como devemos ser: humildes, afastando-nos do orgulho, do sucesso, do dinheiro e da fama; solidários com os que sofrem, capazes de chorar com eles e consolá-los; mansos, para agir sem violência nem ostentação, mas com uma sede profunda de justiça, lutando firmemente pelo bem comum e pelos direitos dos oprimidos. Devemos ser misericordiosos, mostrando compaixão e perdão para com outros, evitando considerações eticistas e compreendendo as circunstâncias de cada um. Viver com um coração puro, procurando o bem com sinceridade e honestidade; ser construtores da paz, promovendo a reconciliação num mundo fustigado por guerras fratricidas. Temos que estar dispostos a enfrentar a perseguição por causa da justiça, permanecendo firmes na nossa fé e no compromisso com a justiça social, mesmo no meio das piores difamações, dispostos inclusivamente a dar a nossa própria vida.

Não é Francisco, mas sim Deus que nos exige satisfazer as necessidades básicas dos outros: dar de comer a que tem fome garantindo que não falte a ninguém o prato de comida,

¹ *I Encontro Mundial dos Movimentos Populares: discurso do Santo Padre*. Ex-sala do Sínodo (Vaticano), terça-feira, 28 de outubro de 2014.

² *I Encontro Mundial dos Movimentos Populares: discurso do Santo Padre*. Ex-sala do Sínodo (Vaticano), terça-feira, 28 de outubro de 2014.

³ Cfr. *Homilia do Santo Padre Francisco na Casa Santa Marta*, segunda-feira, 9 de junho de 2014.

⁴ Francisco (2018), *Ao Povo de Deus no Chile*.

dar de beber a quem tem sede, zelando para que todas as pessoas tenham acesso a água, vestir os nus para que nenhuma família fique exposta às intempéries, receber os estrangeiros evitando qualquer forma de discriminação contra os migrantes, acompanhar os enfermos, procurando que sejam devidamente cuidados nos seus sofrimentos e visitar os presos, bons ou maus, para que a ninguém seja retirada a possibilidade de viver com dignidade e de se redimir.

São indicações bastante diretas cuja execução tem, desde logo, repercussões singulares nos tempos de hoje e as quais implicam o discernimento sobre os caminhos a seguir para a sua aplicação de modo estrutural, e nos expõem a erros e fracassos permanentes. Contudo, o chamamento é claro. Ninguém que queira viver a fé cristã pode furtar-se a estes deveres. Não são uma opção, são uma obrigação. Uma obrigação que, aliás, se cumpre melhor em comunidade porque “ninguém se salva sozinho”.

Há dez anos, o Papa Francisco recebia na Ex-sala do Sínodo, em Roma, representantes dos pobres que habitam os cinco continentes. Foi o I Encontro dos Movimentos Populares (EMMP). Subia à cena internacional uma realidade silenciada como os homens que destaparam o telhado para colocar o seu amigo doente em frente de Jesús. Os pobres, organizados, chegaram para colocar junto do Papa uma bandeira com três slogans claros, simples, cristãos, anteriores a qualquer ideologia ou opção política: terra, teto e trabalho. Ao difundir a necessidade inadiável de garantir a todos estes direitos sagrados Francisco desenvolve o “protocolo de salvação” adicionando outra dimensão indispensável: a evangelização.

A partir de então, o Papa Francisco manteve um diálogo ininterrupto com os movimentos populares, por vezes de forma discreta, outras vezes em grandes encontros e outras ainda através de cartas abertas ou mensagens de vídeo. O décimo aniversário marca uma década de diálogo entre as organizações sociais e a Igreja, que procura abordar de forma integral a nova “questão social” – ou melhor dizendo socioambiental - que afeta o “proletariado mundial” descartado, esfomeado, oprimido, excluído, explorado... e até vítima de tráfico e escravizado.⁵

Em cada encontro, em cada homilia, em cada palavra sobre esta realidade que fustiga como um chicote a frivolidade que reina em muitas das salas do poder e do dinheiro, o Papa Francisco empresta a sua voz aos que não podem fazer-se ouvir. Esperança, denúncia, compromisso para conquistar «algo que qualquer pai, qualquer mãe, quer para os próprios filhos; um anseio que deveria estar ao alcance de todos, mas que hoje vemos com tristeza cada vez mais distante da maioria das pessoas: *terra, casa e trabalho*».⁶ Este é o grito, o direito sagrado, o clamor dos pobres. E Francisco sublinha na *Evangelii gaudium*, que também passa a sua primeira década, que «cada cristão e cada comunidade são chamados a ser instrumentos de Deus ao serviço da libertação e promoção dos pobres, para que possam integrar-se plenamente na sociedade; isto supõe estar docilmente atentos, para ouvir o clamor do pobre e socorrê-lo» (EG, 187).

⁵ Czerny, M. S.J.; Foglizzo, P. (2014): “A força dos excluídos” em *Encontro mundial dos movimentos populares no Vaticano (27 a 29-X-2014)*. RFS.

⁶ Francisco (2014): “Discurso do Santo Padre Francisco aos participantes no encontro Mundial dos Movimentos Populares”.

A força dos excluídos

A convocação dos Movimentos foi feita a pedido do próprio Papa Francisco a partir da criação de um comité organizador misto entre o Dicastério e dirigentes sociais que possuíam alguma ligação prévia com a Igreja. O objetivo consistia em reunir organizações que agregassem os indivíduos afetados pelas diversas formas de exclusão da terra, teto e trabalho decorrentes de realidades destrutivas como a injustiça social, a devastação ambiental, a cultura do descarte e o crime da guerra.

Por conseguinte, os 3T não são apenas um grito de reivindicação, mas sim a descrição de um sujeito histórico em cujas mãos está a chave das transformações futuras. São os trabalhadores sem direitos, os agricultores sem terra, as famílias sem teto, os que não têm terra, teto e trabalho em quantidade e qualidade suficientes para assegurar uma vida digna.

Os convocados foram concretamente revendedores, recicladores, vendedores ambulantes, costureiros, artesãos, pescadores, construtores, trabalhadoras sociocomunitárias, empregadas domésticas, operários de empresas recuperadas, trabalhadores de cooperativas de todo o tipo, ou seja, todos os trabalhadores que estão sujeitos às piores condições laborais, quer pela exploração a que são submetidos, quer porque inventam o seu próprio trabalho devido à exclusão laboral. Também foram incluídos os sem-abrigo, os habitantes dos bairros populares, os inquilinos que não podem aceder a uma casa própria e as pessoas afetadas por créditos hipotecários em risco de ficar sem casa. Participaram igualmente povos indígenas, comunidades de camponeses, pequenos agricultores, trabalhadores rurais - trabalhadores da terra e habitantes da ruralidade pobre - fustigados pela crise climática, o extrativismo irresponsável e a especulação económica.

Tratam-se de pessoas que habitam nas periferias, nas margens de um sistema de exclusão, pessoas que trabalham e vivem em circuitos que cruzam a informalidade laboral, habitacional e territorial. Todas elas se organizaram em movimentos populares que, obviamente, têm tantos defeitos como têm as pessoas, tanta diversidade ideológica como têm os povos e tanta fragilidade humana como têm os humanos, mas que estão a travar uma luta que poucos querem travar, combatem «a batalha, sem soberba, mas com coragem, sem violência, mas com tenacidade, pela dignidade humana, pela natureza e pela justiça social».⁷

O primeiro encontro de 2014 foi convocado para comprovar a realidade sofredora dos trabalhadores sem direito e excluídos, precarizados, temporários, migrantes..., e para debater esta perspetiva com o pensamento de Francisco. De alguma maneira, o EMMP, prestou aos representantes destes movimentos uma oportunidade para mostrar o seu modo de tomar a iniciativa, de participar e ser protagonistas, entrando e encontrando acolhimento num lugar que é um símbolo de autoridade e de liderança mundial.⁸

«Queremos uma mudança, uma mudança real, uma mudança de estruturas», exigia o Papa no III EMMP. «Este sistema é insuportável: não o suportam os camponeses, não o suportam

⁷ EMMP (2024): Simpósio “Levantar a bandeira contra a desumanização”.

⁸ Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral (2021). “IV Encontro Mundial dos Movimentos Populares em diálogo com Francisco”.

os trabalhadores, não o suportam as comunidades, não o suportam os povos.... E nem sequer o suporta a Terra, a irmã Mãe Terra, como dizia São Francisco».⁹

Ressoava então e ressoa ainda o clamor da terra e o clamor dos pobres. O EMMP creditou os movimentos populares como interlocutores da Igreja a nível institucional, com a esperança de que este diálogo também acontecesse a nível das comunidades eclesiais locais, ajudando-as a começar a deslocar-se para as periferias, onde podem encontrar o valor da solidariedade, tão fundamental para a sua vida. Creditou igualmente a Igreja como interlocutora dos movimentos populares, que regressaram com a esperança renovada de encontrar nela um aliado capaz de os escutar e apoiar, inclusivamente a nível institucional, e não apenas na inspiração e no acompanhamento.¹⁰

Dez anos depois, podemos dizer que esse primeiro encontro constituiu um marco no processo de organização e amadurecimento dos movimentos, com vista a dar resposta ao anseio de terra, teto e trabalho. Que distância percorremos nesse caminho? Quanto falta ainda percorrer? Porque «os pobres não só suportam a injustiça, mas também lutam contra ela!».¹¹ Os que estão nas periferias, na informalidade, rodeando o sistema, não se contentam com promessas de obras solidárias ou doações altruístas. Não esperam de braços cruzados.... Querem, podem e devem ser protagonistas! E o facto de os contextos da sociedade atual não os contemplarem nos seus planos não basta para impedir a sua vontade de se organizar, estudar, trabalhar, reclamar e, sobretudo, «praticar aquela solidariedade tão especial que existe entre quantos sofrem, entre os pobres, e que a nossa civilização parece ter esquecido, ou pelo menos tem grande vontade de esquecer».¹²

O pensamento social da Igreja

A partir de que paradigma pensamos o futuro como sociedade que, tantas vezes, parece ter globalizado a indiferença? Como saímos —se é que queremos sair— da lógica do «que me importa o que acontece aos outros para defender o que é meu?».¹³

Os movimentos populares e sociais de todo o mundo sempre existiram, mas só talvez nos últimos anos os vimos irromper como uma força incontornável, trazendo consigo um chamamento urgente, mas acompanhado de uma mensagem profunda: não devem ser considerados unicamente como beneficiários passivos de caridade ou como destinatários de estratégias paliativas. A sua persistência como promotores de um processo em que confluem milhões de ações grandes e pequenas, encadeadas criativamente —como numa poesia—, que alguns pretendem apelidar de “incómodo”, só é superada pela sua tenaz capacidade transformadora de implantar a mudança a partir de baixo, nos locais onde nasce a vida, onde se cultiva a esperança.

Desde o primeiro momento, Francisco quis unir a sua voz ao grito dos movimentos populares nos 3T, teto, terra e trabalho: «Nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem a dignidade que provém

⁹ Francisco (2015): “Discurso do Santo Padre Francisco aos participantes no encontro Mundial dos Movimentos Populares”.

¹⁰ Czerny, M. S.J.; Foglizzo, P. (2014): “A força dos excluídos” em *Encontro mundial dos movimentos populares no Vaticano (27 a 29-X-2014)*. RFS.

¹¹ Francisco (2014): “Discurso do Santo Padre Francisco aos participantes no encontro Mundial dos Movimentos Populares”.

¹² Ibid.

¹³ Ibid.

do trabalho».¹⁴ Através do seu magistério, tem sido um defensor incansável desta posição: uma posição que coloca os pobres no centro do pensamento social e pastoral, não como sujeitos passivos, antes como atores essenciais para o futuro da nossa sociedade. Com a sua visão, os movimentos populares ensinam-nos a levantar a bandeira de uma fraternidade universal, recordando-nos que a dignidade humana não é um privilégio, mas um direito inerente a cada pessoa.

De alguma maneira, as publicações do magistério do Santo Padre —nos últimos 10 anos— foram traçando, no seu chamamento pessoal a cada cristão e pessoa de boa vontade, um mapa global em que nos pede para não neutralizar nunca a dimensão social da fé cristã: a «proclamação da fé cristã possui em si mesma um conteúdo social, convidando à construção de uma sociedade na qual triunfe a lógica das bem-aventuranças e de um mundo solidário e fraterno».¹⁵ O Papa principiou referindo como encontramos na fé a luz que esclarece toda a existência humana (*Lumen fidei*); em seguida, convidou-nos a centrarmo-nos na alegria do Evangelho para buscar uma Igreja que saia ao encontro dos mais necessitados sem marginalizar os pobres; depois, assinalou na ecologia integral uma prioridade inadiável para o nosso tempo (*Laudato si'*) e um desafio para a inculturação da fé (*Querida Amazônia*); e, à guisa de síntese, terminou por nos exortar a aprofundar as consequências que implica o reconhecimento da «casa comum» (não pode haver terra, não pode haver casa, não pode haver trabalho se não temos paz e destruimos o planeta), e não apenas a nível intraeclesial e ecuménico, mas também para a convivência social e a paz entre os povos. «O Deus de amor, que em Jesus nos convida a viver o mandamento do amor fraterno, cura as nossas relações interpessoais e sociais através do amor e nos chama a ser agentes de paz e construtores de fraternidade entre nós».¹⁶

Ao longo desta sequência, podemos encontrar um fio condutor que sublinha a natureza missionária da Igreja; o reconhecimento de que a Igreja não pode permanecer fechada em si mesma, mas que deve entrar em diálogo e encontro com o mundo de hoje, fragmentado e maltratado como está.¹⁷

Alargar o olhar, educar o coração

Para o Papa, os movimentos populares não foram apenas grandes agentes para refletir sobre a necessidade de uma mudança, que também fazia muita falta: «reconhecemos seriamente que as coisas não estão bem num mundo em que há tantos camponeses sem terra, tantas famílias sem casa, tantos trabalhadores sem direitos, tantas pessoas feridas na sua dignidade? Que posso fazer eu, recolhedor de papelão, catador de lixo, limpador, reciclador, frente a tantos problemas, se mal ganho para comer? Que posso fazer eu, artesão, vendedor ambulante, carregador, trabalhador irregular, se não tenho sequer direitos laborais? Que posso fazer eu, camponesa, indígena, pescador que dificilmente consigo resistir à propagação das grandes corporações? Que posso fazer eu, a partir da minha comunidade, do meu barraco, da minha povoação, da minha favela, quando sou diariamente discriminado e marginalizado?».¹⁸ Mais importante ainda, converteram-se em fazedores da mudança, em verdadeiros embaixadores do processo de mudar o coração, de regar serenamente o que outros verão florescer: «Vós, a partir dos movimentos populares,

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Czerny, M. S.J.; Barone, C. (2022): *Fraternidade, sinal dos tempos*. Madrid, PPC.

¹⁶ Czerny, M. S.J.; Barone, C. (2022): *Fraternidade, sinal dos tempos*. Madrid, PPC.

¹⁷ Vatican News (2023): “Evangelii Gaudium: O Papa apela a uma solidariedade radical com os pobres”.

¹⁸ Vatican News (2023): “Evangelii Gaudium: O Papa apela a uma solidariedade radical com os pobres”.

assumis as tarefas comuns motivados pelo amor fraterno, que se rebela contra a injustiça social». ¹⁹

Este apego ao bairro, à terra, à profissão, à corporação, este reconhecer-se no rosto do outro, é o que permite realizar o mandamento do amor, não a partir de ideias ou conceitos, mas a partir do genuíno encontro entre pessoas. ²⁰

Os movimentos populares ajudaram a materializar o chamamento a instaurar esta cultura do encontro, porque não se amam os conceitos nem as ideias. Ninguém ama um conceito, ninguém ama uma ideia; amam-se as pessoas. ²¹ Mas para amar a as pessoas, em muitos casos é necessário alargar o olhar, inclusivamente para o “estranho no caminho”. Na Fratelli tutti, a parábola do Bom Samaritano não procura tornar-nos melhores, mas convida-nos a ser «novos», a deixar-nos tocar tão fundo pela dor do outro que nos modificamos por completo e já não podemos tornar a ser os mesmos. Embora a humanidade tenha conseguido grandes conquistas e atingido horizontes inimagináveis há um século atrás, não aprendeu ainda a linguagem da proximidade com o outro. A atitude de desinteresse, de indiferença, revela um profundo analfabetismo emotivo: habituámo-nos a olhar para outro lado cada vez que um facto não nos envolve diretamente (FT 61). ²²

A Fratelli tutti volta a apresentar-nos este Bom Samaritano de sempre não como uma parábola moral, mas como uma lição de perceção; tenta levar-nos a reconhecer que todas estas pessoas são nossos irmãos e nossas irmãs. A sua mensagem é: «Há que ser irmão e irmã de todos os que precisam de nós». A categoria não está “lá fora”; a categoria está aqui. A nossa família humana e a nossa casa comum necessitam que sejamos irmãos e irmãs das pessoas que precisam de nós. ²³

Os movimentos populares são também este lugar, um meio para nos revermos novamente no rosto do outro, do que sofre, do que está só. E ensinam-nos, com a sua criatividade, que a solidariedade não é um ideal longínquo, antes um caminho concreto de fazer história. Eles, com «os pés na lama e as mãos na carne» ²⁴ convidam-nos a participar ativamente na criação de um futuro onde ninguém fica para trás.

Demonstraram, com o seu trabalho comunitário e a sua economia popular, que a verdadeira criatividade social surge nas periferias, onde a vida e a dignidade são forjadas dia a dia. E, nos últimos dez anos, provaram que o futuro da humanidade não está unicamente nas mãos dos grandes dirigentes, das grandes potências e das elites. Está fundamentalmente nas mãos dos povos, na sua capacidade de se organizarem e também nas suas mãos que regem com humildade e convicção este processo de mudança.

Este prefácio é um chamamento a deixar de ver a os pobres como meros objetos da nossa caridade ou compaixão, e começar a reconhecê-los como cocriadores de um mundo mais justo. Recorda-nos que o clamor continua a existir, mas que se não mudarmos o nosso olhar não o poderemos ouvir. Se não entendermos que «o ponto de partida deve ser o olhar

¹⁹ Ibid.

²⁰ Francisco (2015): “Discurso do Santo Padre Francisco aos participantes no encontro Mundial dos Movimentos Populares”.

²¹ Vatican News (2023): “Evangelii Gaudium: O Papa apela a uma solidariedade radical com os pobres”.

²² Czerny, M. S.J.; Barone, C. (2022): *Fraternidade, sinal dos tempos*. Madrid, PPC.

²³ America Magazine (2020): “Cardinal Czerny on ‘Fratelli Tutti’: Pope Francis addresses a world ‘on the brink’”.

²⁴ Francisco (2014): “Discurso do Santo Padre Francisco aos participantes no encontro Mundial dos Movimentos Populares”.

de Deus. Porque, «Deus não olha com os olhos, Deus olha com o coração» (FT 281), a indiferença e o individualismo globalizado converter-se-ão nas verdadeiras ameaças para a humanidade.

Sabemos hoje, exclamando com o Papa, que «é impossível imaginar um futuro para a sociedade sem a participação como protagonistas das grandes maiorias e este protagonismo transcende os procedimentos lógicos da democracia formal »;²⁵ aceitemos, por isso, o convite a ser parte desta «poesia social» existente nos movimentos populares, onde com humildade, solidariedade e coragem, podemos construir juntos um futuro com o desenvolvimento de que necessitamos: humano, integral, respeitador da Criação —esta casa comum— e que inclua a todos.

²⁵ Francisco (2014): “Discurso do Santo Padre Francisco aos participantes no encontro Mundial dos Movimentos Populares”.

I Encontro Mundial dos Movimentos Populares: discurso do Santo Padre

Ex-sala do Sínodo (Vaticano)

Terça-feira, 28 de outubro de 2014

De novo, bom dia!

Sinto-me feliz por estar convosco, e faço-vos uma confidência: é a primeira vez que desço aqui, nunca tinha vindo cá. Como dizia, sinto grande alegria e dou-vos as calorosas boas-vindas.

Agradeço-vos por terdes aceite este convite para debater os problemas sociais muito graves que afligem o mundo de hoje, vós que viveis na vossa pele a desigualdade e a exclusão. Um obrigado ao cardeal Turkson pelo seu acolhimento, obrigado, Eminência, pelo seu trabalho e palavras.

Este encontro dos Movimentos populares é um sinal, um grande sinal: viestes apresentar diante de Deus, da Igreja e dos povos uma realidade que muitas vezes passa em silêncio. Os pobres não só suportam a injustiça mas também lutam contra ela!

Não se contentam com promessas ilusórias, desculpas ou álibis. Nem sequer estão à espera de braços cruzados da ajuda de Ongs, planos assistenciais ou soluções que nunca chegam, ou que, se chegam, fazem-no de maneira a ir na direcção de anestesiar ou domesticar, o que é bastante perigoso. Vós sentis que os pobres não esperam mais e querem ser protagonistas; organizam-se, estudam, trabalham, exigem e sobretudo praticam aquela solidariedade tão especial que existe entre quantos sofrem, entre os pobres, e que a nossa civilização parece ter esquecido, ou pelo menos tem grande vontade de esquecer.

Solidariedade é uma palavra que nem sempre agrada; diria que algumas vezes a transformámos num palavrão, não se pode dizer; mas uma palavra é muito mais do que alguns gestos de generosidade esporádicos. É pensar e agir em termos de comunidade, de prioridades da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a casa, a negação dos direitos sociais e laborais. É fazer face aos efeitos destruidores do império do dinheiro: as deslocações forçadas, as emigrações dolorosas, o tráfico de pessoas, a droga, a guerra, a violência e todas aquelas realidades que muitos de vós suportam e que todos estamos chamados a transformar. A solidariedade, entendida no seu sentido mais profundo, é uma forma de fazer história e é isto que os movimentos populares fazem.

Este nosso encontro não corresponde a uma ideologia. Vós não trabalhais com ideias, mas com realidades como as que mencionei e muitas outras que me descrevestes. Tendes os pés na lama e as mãos na carne. O vosso cheiro é de bairro, de povo, de luta! Queremos que a vossa voz seja ouvida, a qual, normalmente, é pouco escutada. Talvez porque incomoda, talvez porque o vosso grito incomoda, talvez porque se tem medo da mudança que vós pretendeis, mas sem a vossa presença, sem ir realmente às periferias, as boas

propostas e os projectos que muitas vezes ouvimos nas conferências internacionais permanecem no reino da ideia, é um projecto meu.

Não se pode enfrentar o escândalo da pobreza promovendo estratégias de contenção que só tranquilizam e transformam os pobres em seres domesticados e inofensivos. Como é triste ver que, por detrás de presumíveis obras altruístas, o outro é reduzido à passividade, é negado ou, ainda pior, escondem-se negócios e ambições pessoais: Jesus defini-los-ia hipócritas. Mas como é agradável quando se vêem em movimento povos e sobretudo os seus membros mais pobres e os jovens. Então sim, sente-se o vento de promessa que reacende a esperança num mundo melhor. Que este vento se transforme em furacão de esperança. Eis o meu desejo.

Este nosso encontro responde a um anseio muito concreto, a algo que qualquer pai, qualquer mãe, quer para os próprios filhos; um anseio que deveria estar ao alcance de todos, mas que hoje vemos com tristeza cada vez mais distante da maioria das pessoas: *terra, casa e trabalho*. É estranho, mas se falo disto para alguns o Papa é comunista. Não se compreende que o amor pelos pobres está no centro do Evangelho. *Terra, casa e trabalho*, aquilo pelo que lutais, são direitos sagrados. Exigi-lo não é estranho, é a doutrina social da Igreja. Medito sobre cada um deles, porque os escolhestes como palavra de ordem para este encontro.

Terra. No início da criação, Deus criou o homem para ser guardião da sua obra, confiando-lhe o encargo de a cultivar e proteger. Vejo que estão aqui dezenas de camponeses e camponesas e quero felicitar-me com eles porque guardam a terra, cultivam-na e fazem-no em comunidade. Preocupa-me o desenraizamento de tantos irmãos camponeses que sofrem por este motivo e não por guerras ou desastres naturais. A monopolização de terras, a desflorestação, a apropriação da água, os pesticidas inadequados, são alguns dos males que arrancam o homem da sua terra natal. Esta dolorosa separação não é só física mas também existencial e espiritual, porque existe uma relação com a terra que está a pôr a comunidade rural e o seu peculiar estilo de vida em decadência evidente e até em risco de extinção.

A outra dimensão do processo já global é a fome. Quando a especulação financeira condiciona o preço dos alimentos tratando-os como uma mercadoria qualquer, milhões de pessoas sofrem e morrem de fome. Por outro lado, descartam-se toneladas de alimentos. Isto constitui um verdadeiro escândalo. A fome é criminosa, a alimentação é um direito inalienável. Sei que alguns de vós pedem uma reforma agrária para resolver alguns destes problemas e, deixai que eu diga que em certos países, e aqui cito o Compêndio da doutrina social da Igreja, «a reforma agrária torna-se por conseguinte, além de uma necessidade política, uma obrigação moral» (CDSI, n. 300).

Não o digo só eu, mas está escrito no Compêndio da doutrina social da Igreja. Por favor, continuai a lutar pela dignidade da família rural, pela água, pela vida e para que todos possam beneficiar dos frutos da terra.

Segundo, Casa. Já o disse e repito-o: uma casa para cada família. Nunca se deve esquecer que Jesus nasceu num estábulo porque não havia lugar nas estalagens, que a sua família teve que abandonar a própria casa e fugir para o Egipto, perseguida por Herodes. Hoje há

tantas famílias sem casa, porque nunca a tiveram ou porque a perderam por diversos motivos. Família e casa caminham juntas! Mas um tecto, para que seja um lar, deve ter também uma dimensão comunitária: o bairro, e é precisamente no bairro que se começa a construir esta grande família da humanidade, a partir daquilo que é mais imediato, da convivência com a vizinhança. Hoje vivemos em cidades imensas que se mostram modernas, orgulhosas e até vaidosas. Cidades que oferecem numerosos prazeres e bem-estar para uma minoria feliz mas nega-se uma casa a milhares de vizinhos e irmãos nossos, até crianças, e chamamo-lhes, elegantemente, «pessoas sem abrigo». É curioso como abundam os eufemismos no mundo das injustiças. Não se usam as palavras exactas, e procura-se a realidade no eufemismo. Uma pessoa, uma pessoa segregada, é uma pessoa excluída, que está a sofrer devido à miséria, à fome, é uma pessoa desabrigada; expressão elegante, não é? Procurai sempre; poderia estar errado nalguns casos, mas em geral por detrás de um eufemismo esconde-se um delito.

Vivemos em cidades que constroem torres, centros comerciais, fazem negócios imobiliários mas abandonam uma parte de si às margens, nas periferias. Como faz mal ouvir que as povoações pobres são marginalizadas ou, pior ainda, que as querem deslocar! São cruéis as imagens dos despejos, das gruas que abatem barracas, imagens tão parecidas com as da guerra. E hoje vê-se isto.

Sabeis que nos bairros populares onde muitos de vós viveis subsistem valores já esquecidos nos centros enriquecidos. Estas povoações são abençoadas por uma rica cultura popular, ali o espaço público não é apenas um lugar de trânsito mas uma extensão da própria casa, um lugar no qual gerar vínculos com a vizinhança. Como são bonitas as cidades que superam a desconfiança doentia, integram os diversos e fazem desta integração um novo factor de progresso! Como são bonitas as cidades que, também no seu projecto arquitectónico, estão cheias de espaços que unem, relacionam, favorecem o reconhecimento do outro! Por isso, nem desenraizamento nem marginalização: é preciso seguir a linha da integração urbana! Esta expressão deve substituir completamente a palavra desenraizamento, agora, mas também aqueles projectos que pretendem envernizar de novo os bairros pobres, embelezar as periferias e «disfarçar» as feridas sociais em vez de as curar, promovendo uma integração autêntica e respeitadora. É uma espécie de arquitectura de aparência, não é? E vai nesta direcção. Continuemos a trabalhar para que todas as famílias tenham uma casa e todos os bairros tenham uma infra-estrutura adequada (esgotos, luz, gás, estradas asfaltadas, e continuo: escolas, hospitais, centros de urgências, círculos desportivos e todas as coisas que criam vínculos e unem, acesso à saúde — já o disse — à educação e à segurança da propriedade.

Terceiro, Trabalho. Não existe pior pobreza material — faço questão de o frisar — da que não permite que se ganhe o pão e priva da dignidade do trabalho. O desemprego juvenil, a informalidade e a falta de direitos laborais não são inevitáveis, são o resultado de uma prévia opção social, de um sistema económico que põe os benefícios acima do homem, se o benefício é económico, acima da humanidade ou do homem, são efeitos de uma cultura do descarte que considera o ser humano como um bem de consumo, que se pode usar e depois deitar fora.

Hoje, ao fenómeno da exploração e da opressão soma-se uma nova dimensão, um aspecto gráfico e duro da injustiça social; os que não se podem integrar, os excluídos são

descartados, «a demasia». Esta é a cultura do descarte, e sobre este ponto gostaria de acrescentar algo que não tenho aqui escrito, mas que me veio agora à mente. Isto acontece quando no centro de um sistema económico está o deus dinheiro e não o homem, a pessoa humana. Sim, no centro de cada sistema social ou económico deve estar a pessoa, imagem de Deus, criada para que seja o denominador do universo. Quando a pessoa é deslocada e chega o deus dinheiro dá-se esta inversão de valores.

E para o ilustrar recorde aqui um ensinamento do ano 1200. Um rabino judeu explicava aos seus fiéis a história da torre de Babel e contava como, para construir aquela torre, era preciso fazer um grande esforço, era necessário fabricar tijolos, e para fabricar tijolos era preciso fazer lama, procurar a palha, e misturar a lama com a palha, depois parti-la em quadrados e pô-la a secar, depois cosê-la, e quando os tijolos estavam prontos e frios, carregá-los para construir a torre. Se um tijolo caía — tinha custado tanto com todo aquele trabalho — era quase uma tragédia nacional. Quem o deixasse cair era punido ou despedido, e não sei o que mais lhe faziam, mas se caía um operário nada acontecia. Acontece isto quando a pessoa está ao serviço do deus dinheiro; e já o narrava um rabino no ano 1200, explicando estas coisas horríveis.

No respeitante ao descarte devemos estar também um pouco atentos a quanto acontece na nossa sociedade. Estou a repetir coisas que disse e que se encontram na *Evangelii gaudium*. Hoje descartam-se crianças porque a taxa de natalidade em muitos países da terra diminuiu ou descartam-se as crianças por falta de alimentos ou porque são mortos antes de nascer: descarte de crianças.

Descartam-se os idosos porque não servem, não produzem; nem crianças nem idosos produzem, então são abandonados lentamente com sistemas mais ou menos sofisticados, e agora, dado que nesta crise é preciso recuperar um certo equilíbrio, assiste-se a um terceiro descarte muito doloroso: o descarte dos jovens. Milhões de jovens — não digo o número porque não o conheço exactamente e o que li me parece um pouco exagerado — milhões de jovens são descartados do trabalho, desempregados.

Nos países europeus, e estas sim, são estatísticas muito claras, aqui na Itália, os jovens desempregados são um pouco mais de quarenta por cento; sabeis o que significa quarenta por cento de jovens, uma geração inteira, anular toda uma geração para manter o equilíbrio. Outro país europeu está a superar cinquenta por cento, e nesse mesmo país de cinquenta por cento, no sul é sessenta por cento. São números claros, ou seja do descarte. Descarte de crianças, descarte de idosos, que não produzem, e temos que sacrificar uma geração de jovens, descarte de jovens, para poder manter e reequilibrar um sistema no qual no centro está o deus dinheiro e não a pessoa humana.

Não obstante esta cultura do descarte, esta cultura da demasia, muitos de vós, trabalhadores excluídos, em excesso para este sistema, inventastes o vosso trabalho com tudo o que parecia não poder ser mais usado mas vós, com a vossa habilidade artesanal, que Deus vos deu, com a vossa busca, com a vossa solidariedade, com o vosso trabalho comunitário, com a vossa economia popular, conseguistes e estais a conseguir... E, deixai que vos diga, isto, além de ser trabalho, é poesia! Obrigado.

Já agora, cada trabalhador, quer faça parte quer não do sistema formal do trabalho assalariado, tem direito a uma remuneração digna, à segurança social e a uma cobertura para a aposentadoria. Aqui estão *cartoneros*, recicladores, vendedores ambulantes, costureiros, artesãos, pescadores, camponeses, pedreiros, mineiros, operários de empresas recuperadas, membros de cooperativas de todos os tipos e pessoas com as profissões mais comuns, que são excluídas dos direitos dos trabalhadores, aos quais é negada a possibilidade de ter um sindicato, que não têm uma remuneração adequada e estável. Hoje desejo unir a minha voz à deles e acompanhá-los na luta.

Falastes neste encontro também de Paz e Ecologia. É lógico: não pode haver terra, não pode haver casa, não pode haver trabalho se não tivermos paz e se destruímos o planeta. São temas tão importantes que os povos e as suas organizações de base não podem deixar de enfrentar. Não podem permanecer só nas mãos dos dirigentes políticos. Todos os povos da terra, todos os homens e mulheres de boa vontade, todos devemos levantar a voz em defesa destes dois dons preciosos: a paz e a natureza. A irmã e mãe terra, como lhe chamava são Francisco de Assis.

Há pouco disse, e repito-o, que estamos a viver a terceira guerra mundial, mas por etapas. Há sistemas económicos que para sobreviver devem fazer a guerra. Então fabricam-se e vendem-se armas e assim os balanços das economias que sacrificam o homem aos pés do ídolo do dinheiro obviamente estão salvos. E não se pensa nas crianças famintas nos campos de refugiados, não se pensa nos deslocamentos forçados, não se pensa nas casas destruídas, não se pensa nem sequer nas tantas vidas destroçadas. Quantos sofrimentos, quanta destruição, quantas dores! Hoje, queridos irmãos e irmãs, eleva-se de todas as partes da terra, de cada povo, de cada coração e dos movimentos populares, o brado da paz: nunca mais a guerra!

Um sistema económico centrado no deus dinheiro tem também necessidade de saquear a natureza, saquear a natureza para manter o ritmo frenético de consumo que lhe é próprio. A mudança climática, a perda da biodiversidade, a desflorestação já estão a mostrar os seus efeitos devastadores nas grandes catástrofes às quais assistimos, e quem sofre mais sois vós, os humildes, vós que viveis nas zonas litorais em habitações precárias ou que sois tão vulneráveis economicamente que perdeis tudo face a um desastre natural. Irmãos e irmãs: a criação não é uma propriedade da qual podemos dispor a nosso bel-prazer; e muito menos é uma propriedade só de alguns, de poucos. A criação é um dom, uma dádiva, uma doação maravilhosa que Deus nos deu para que dela nos ocupemos e a utilizemos em benefício de todos, sempre com respeito e gratidão. Talvez saibais que estou a preparar uma encíclica sobre a Ecologia: estai certos de que as vossas preocupações estarão presentes nela. Agradeço, aproveito para agradecer a carta, relativa a esta temática, que me enviaram os membros da *Via Campesina*, a Federação dos *Cartoneros* e muitos outros irmãos.

Falamos de terra, de trabalho, de casa. Falamos de trabalhar pela paz e de cuidar da natureza. Mas então por que nos habituamos a ver como se destrói o trabalho digno, se despejam tantas famílias, se afastam os camponeses, se faz guerra e se abusa da natureza? Porque neste sistema o homem, a pessoa humana foi deslocada do centro e substituída por outra coisa. Porque se presta um culto idólatrico ao dinheiro. Porque se globalizou a indiferença! A indiferença foi globalizada: que me importa do que acontece aos

outros para defender o que é meu? *Porque o mundo se esqueceu de Deus, que é Pai; tornou-se órfão porque pôs Deus de lado.*

Alguns de vós disseram: este sistema já não funciona. Devemos mudá-lo, devemos voltar a pôr a dignidade humana no centro e sobre aquele pilar devem ser construídas as estruturas sociais alternativas das quais precisamos. Com paixão, mas sem violência. E todos juntos, enfrentando os conflitos sem cair na sua cilada, procurando resolver sempre as tensões para alcançar um nível superior de unidade, de paz e de justiça. Nós cristãos temos algo muito bonito, uma linha de acção, um programa, poderíamos dizer, revolucionário. Recomendo-vos vivamente que o leiais, que leiais as bem-aventuranças no capítulo 5 de são Mateus e 6 de são Lucas (cf. Mt 5, 3 e Lc 6, 20), e também o trecho de Mateus 25. Disse isto aos jovens no Rio de Janeiro, nestas duas narrações tem o programa de acção.

Sei que entre vós há pessoas de diversas religiões, profissões, ideais, culturas, países e continentes. Hoje estais a praticar aqui a cultura do encontro, tão diversa da xenofobia, da discriminação e da intolerância que vemos com muita frequência. Produz-se entre os excluídos este encontro de culturas no qual o todo não anula a particularidade, o todo não anula o particular. Por isso me agrada a imagem do poliedro, uma figura geométrica com muitos lados diversos. O poliedro reflecte a confluência de todas as parcialidades que nele conservam a originalidade. Nada se dissolve, nada se destrói, nada se domina, tudo se integra, tudo se integra. Hoje estais a procurar a síntese entre o local e o global. Sei que estais comprometidos todos os dias em coisas próximas, concretas, no vosso território, no vosso bairro, no vosso lugar de trabalho: convido-vos também a continuar a procurar esta perspectiva mais ampla; que os vossos sonhos voem alto e abracem o todo!

Por isso me parece importante a proposta, da qual alguns de vós falaram, de que estes movimentos, estas experiências de solidariedade que crescem de baixo, do subsolo do planeta, confluam, sejam mais coordenados, se encontrem, como fizestes vós nestes dias. Atenção, nunca é um bem conter o movimento em estruturas rígidas, por isso disse encontrar-se, e procurar absorvê-lo, dirigi-lo ou dominá-lo ainda menos; os movimentos livres têm uma sua dinâmica, mas sim, devemos procurar caminhar juntos. Estamos nesta sala, que é a sala velha do Sínodo, agora há uma nova, e sínodo significa precisamente «caminhar juntos»: que este seja um símbolo do processo que iniciastes e que estais a levar por diante!

Os movimentos populares expressam a necessidade urgente de revitalizar as nossas democracias, tantas vezes desviadas por inúmeros factores. É impossível imaginar um futuro para a sociedade sem a participação como protagonistas das grandes maiorias e este protagonismo transcende os procedimentos lógicos da democracia formal. A perspectiva de um mundo de paz e de justiça duradouras pede que superemos o assistencialismo paternalista, exige que criemos novas formas de participação que incluam os movimentos populares e animem as estruturas de governo locais, nacionais e internacionais com aquela torrente de energia moral que nasce da integração dos excluídos na construção do destino comum. E assim com ânimo construtivo, sem ressentimento, com amor.

Acompanho-vos de coração neste caminho. Digamos juntos de coração: nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhuma pessoa sem a dignidade que provém do trabalho.

Queridos irmãos e irmãs: continuai a vossa luta, fazei o bem para todos nós. É como uma bênção de humanidade. Deixo-vos como recordação, como prenda e com a minha bênção, alguns rosários que foram fabricados por artesãos, *cartoneros* e trabalhadores da economia popular da América Latina.

E ao acompanhar-vos rezo *por vós*, rezo *convosco* e desejo pedir a Deus Pai que vos acompanhe e abençoe, vos cumule com o seu amor e vos acompanhe no caminho, dando-vos abundantemente aquela força que nos mantém em pé: esta força é a esperança, a esperança que não desilude. Obrigado.

II Encontro Mundial dos Movimentos Populares: discurso do Santo Padre

*Expo Feira, Santa Cruz de la Sierra (Bolívia)
Quinta-feira, 9 de julho de 2015*

Irmãos e irmãs, boa tarde!

Há alguns meses, reunimo-nos em Roma e não esqueço aquele nosso primeiro encontro. Durante este tempo, trouxe-vos no meu coração e nas minhas orações. E alegra-me vê-vos de novo aqui, debatendo os melhores caminhos para superar as graves situações de injustiça que padecem os excluídos em todo o mundo. Obrigado Senhor Presidente Evo Morales, por sustentar tão decididamente este Encontro.

Então, em Roma, senti algo muito belo: fraternidade, paixão, entrega, sede de justiça. Hoje, em Santa Cruz de la Sierra, volto a sentir o mesmo. Obrigado! Soube também, pelo Pontifício Conselho «Justiça e Paz» presidido pelo Cardeal Turkson, que são muitos na Igreja aqueles que se sentem mais próximos dos movimentos populares. Muito me alegro por isso! Ver a Igreja com as portas abertas a todos vós, que se envolve, acompanha e consegue sistematizar em cada diocese, em cada comissão «Justiça e Paz», uma colaboração real, permanente e comprometida com os movimentos populares. Convido-vos a todos, bispos, sacerdotes e leigos, juntamente com as organizações sociais das periferias urbanas e rurais a aprofundar este encontro.

Deus permitiu que nos voltássemos a ver hoje. A Bíblia lembra-nos que Deus escuta o clamor do seu povo e também eu quero voltar a unir a minha voz à vossa: os famosos três “T”: *terra, tecto e trabalho* para todos os nossos irmãos e irmãs. Disse-o e repito: são direitos sagrados. Vale a pena, vale a pena lutar por eles. Que o clamor dos excluídos seja escutado na América Latina e em toda a terra.

1. Em primeiro lugar, *comecemos por reconhecer que precisamos duma mudança*. Quero esclarecer, para que não haja mal-entendidos, que falo dos problemas comuns de todos os latino-americanos e, em geral, também de toda a humanidade. Problemas, que têm uma matriz global e que actualmente nenhum Estado pode resolver por si mesmo. Feito este esclarecimento, proponho que nos coloquemos estas perguntas:

– Reconhecemos nós, de verdade, que as coisas não andam bem num mundo onde há tantos camponeses sem terra, tantas famílias sem tecto, tantos trabalhadores sem direitos, tantas pessoas feridas na sua dignidade?

– Reconhecemos nós que as coisas não andam bem, quando explodem tantas guerras sem sentido e a violência fratricida se apodera até dos nossos bairros? Reconhecemos nós que as coisas não andam bem, quando o solo, a água, o ar e todos os seres da criação estão sob ameaça constante?

Então, se reconhecemos isto, digamo-lo sem medo: Precisamos e queremos uma mudança.

Nas vossas cartas e nos nossos encontros, relataram-me as múltiplas exclusões e injustiças que sofrem em cada actividade laboral, em cada bairro, em cada território. São tantas e tão variadas como muitas e diferentes são as formas próprias de as enfrentar. Mas há um elo invisível que une cada uma das exclusões. Não se encontram isoladas, estão unidas, por um fio invisível. Conseguimos nós reconhecê-lo? É que não se trata de questões isoladas. Pergunto-me se somos capazes de reconhecer que estas realidades destrutivas correspondem a um sistema que se tornou global. Reconhecemos nós que este sistema impôs a lógica do lucro a todo o custo, sem pensar na exclusão social nem na destruição da natureza?

Se isso é assim – insisto – digamo-lo sem medo: Queremos uma mudança, uma mudança real, uma mudança de estruturas. Este sistema é insuportável: não o suportam os camponeses, não o suportam os trabalhadores, não o suportam as comunidades, não o suportam os povos.... E nem sequer o suporta a Terra, a irmã Mãe Terra, como dizia São Francisco.

Queremos uma mudança nas nossas vidas, nos nossos bairros, no vilarejo, na nossa realidade mais próxima; mas uma mudança que toque também o mundo inteiro, porque hoje a interdependência global requer respostas globais para os problemas locais. A globalização da esperança, que nasce dos povos e cresce entre os pobres, deve substituir esta globalização da exclusão e da indiferença.

Hoje quero reflectir convosco sobre a mudança que queremos e precisamos. Como sabeis, recentemente escrevi sobre os problemas da mudança climática. Mas, desta vez, quero falar duma mudança noutra sentido. Uma mudança positiva, uma mudança que nos faça bem, uma mudança – poderíamos dizer – redentora. Porque é dela que precisamos. Sei que buscais uma mudança e não apenas vós: nos diferentes encontros, nas várias viagens, verifiquei que há uma expectativa, uma busca forte, um anseio de mudança em todos os povos do mundo. Mesmo dentro da minoria cada vez mais reduzida que pensa sair beneficiada deste sistema, reina a insatisfação e sobretudo a tristeza. Muitos esperam uma mudança que os liberte desta tristeza individualista que escraviza.

O tempo, irmãos e irmãs, o tempo parece exaurir-se; já não nos contentamos com lutar entre nós, mas chegamos até a assanhar-nos contra a nossa casa. Hoje, a comunidade científica aceita aquilo que os pobres já há muito denunciam: estão a produzir-se danos talvez irreversíveis no ecossistema. Está-se a castigar a terra, os povos e as pessoas de forma quase selvagem. E por trás de tanto sofrimento, tanta morte e destruição, sente-se o cheiro daquilo que Basílio de Cesareia – um dos primeiros teólogos da Igreja – chamava «o esterco do diabo»: reina a ambição desenfreada de dinheiro. É este o esterco do diabo. O serviço ao bem comum fica em segundo plano. Quando o capital se torna um ídolo e dirige as opções dos seres humanos, quando a avidez do dinheiro domina todo o sistema socioeconómico, arruína a sociedade, condena o homem, transforma-o em escravo, destrói a fraternidade inter-humana, faz lutar povo contra povo e até, como vemos, põe em risco esta nossa casa comum, a irmã e mãe terra.

Não quero alongar-me na descrição dos efeitos malignos desta ditadura subtil: vós conhecei-los! Mas também não basta assinalar as causas estruturais do drama social e ambiental contemporâneo. Sofremos de um certo excesso de diagnóstico, que às vezes nos

leva a um pessimismo charlatão ou a rejubilar com o negativo. Ao ver a crónica negra de cada dia, pensamos que não haja nada que se possa fazer para além de cuidar de nós mesmos e do pequeno círculo da família e dos amigos.

Que posso fazer eu, recolhedor de papelão, catador de lixo, limpador, reciclador, frente a tantos problemas, se mal ganho para comer? Que posso fazer eu, artesão, vendedor ambulante, carregador, trabalhador irregular, se não tenho sequer direitos laborais? Que posso fazer eu, camponesa, indígena, pescador que dificilmente consigo resistir à propagação das grandes corporações? Que posso fazer eu, a partir da minha comunidade, do meu barraco, da minha povoação, da minha favela, quando sou diariamente discriminado e marginalizado? Que pode fazer aquele estudante, aquele jovem, aquele militante, aquele missionário que atravessa as favelas e os paradeiros com o coração cheio de sonhos, mas quase sem nenhuma solução para os seus problemas? Podem fazer muito. Vós, os mais humildes, os explorados, os pobres e excluídos, podeis e fazeis muito. Atrevo-me a dizer que o futuro da humanidade está, em grande medida, nas vossas mãos, na vossa capacidade de vos organizar e promover alternativas criativas na busca diária dos três “T” – entendido? – (trabalho, tecto, terra), e também na vossa participação como protagonistas nos grandes processos de mudança, mudanças nacionais, mudanças regionais e mudanças mundiais. Não se acanhem!

2. Segundo. *Vós sois semeadores de mudança.* Aqui, na Bolívia, ouvi uma frase de que gosto muito: «processo de mudança». A mudança concebida, não como algo que um dia chegará porque se impôs esta ou aquela opção política ou porque se estabeleceu esta ou aquela estrutura social. Sabemos, amargamente, que uma mudança de estruturas, que não seja acompanhada por uma conversão sincera das atitudes e do coração, acaba a longo ou curto prazo por burocratizar-se, corromper-se e sucumbir. É preciso mudar o coração. Por isso gosto tanto da imagem do processo, onde a paixão por semear, por regar serenamente o que outros verão florescer, substitui a ansiedade de ocupar todos os espaços de poder disponíveis e de ver resultados imediatos. A opção é a de gerar processos e não a de ocupar espaços. Cada um de nós é apenas uma parte de um todo complexo e diversificado interagindo no tempo: povos que lutam por uma afirmação, por um destino, por viver com dignidade, por «viver bem», dignamente, nesse sentido.

Vós, a partir dos movimentos populares, assumis as tarefas comuns motivados pelo amor fraterno, que se rebela contra a injustiça social. Quando olhamos o rosto dos que sofrem, o rosto do camponês ameaçado, do trabalhador excluído, do indígena oprimido, da família sem tecto, do imigrante perseguido, do jovem desempregado, da criança explorada, da mãe que perdeu o seu filho num tiroteio porque o bairro foi tomado pelo narcotráfico, do pai que perdeu a sua filha porque foi sujeita à escravidão; quando recordamos estes «rostos e estes nomes» estremecem-nos as entranhas diante de tanto sofrimento e comovemo-nos, todos nos comovemos.... Porque «vimos e ouvimos», não a fria estatística, mas as feridas da humanidade dolorida, as nossas feridas, a nossa carne. Isto é muito diferente da teorização abstracta ou da indignação elegante. Isto comove-nos, move-nos e procuramos o outro para nos movermos juntos. Esta emoção feita acção comunitária é incompreensível apenas com a razão: tem um plus de sentido que só os povos entendem e que confere a sua mística particular aos verdadeiros movimentos populares.

Vós viveis, cada dia, imersos na crueza da tormenta humana. Falastes-me das vossas causas, partilhastes comigo as vossas lutas, já desde Buenos Aires. E agradeço-vos. Queridos irmãos, muitas vezes trabalhais no insignificante, no que aparece ao vosso alcance, na realidade injusta que vos foi imposta e a que não vos resignais opondo uma resistência activa ao sistema idólatra que exclui, degrada e mata. Vi-vos trabalhar incansavelmente pela terra e a agricultura camponesa, pelos vossos territórios e comunidades, pela dignificação da economia popular, pela integração urbana das vossas favelas e agrupamentos, pela auto-construção de moradias e o desenvolvimento das infra-estruturas do bairro e em muitas actividades comunitárias que tendem à reafirmação de algo tão elementar e inegavelmente necessário como o direito aos “3 T”: terra, tecto e trabalho.

Este apego ao bairro, à terra, à profissão, à corporação, este reconhecer-se no rosto do outro, esta proximidade no dia-a-dia, com as suas misérias, porque elas existem, temo-las nós mesmos, e os seus heroísmos quotidianos, é o que permite realizar o mandamento do amor, não a partir de ideias ou conceitos, mas a partir do genuíno encontro entre pessoas, precisamos instaurar esta cultura do encontro, porque não se amam os conceitos nem as ideias, ninguém ama um conceito, ninguém ama uma ideia; amam-se as pessoas. A entrega, a verdadeira entrega nasce do amor pelos homens e mulheres, crianças e idosos, vilarejos e comunidades... Rostos e nomes que enchem o coração. A partir destas sementes de esperança semeadas pacientemente nas periferias esquecidas do planeta, destes rebentos de ternura que lutam por subsistir na escuridão da exclusão, crescerão grandes árvores, surgirão bosques densos de esperança para oxigenar este mundo.

Vejo, com alegria, que trabalhais no que aparece ao vosso alcance, cuidando dos rebentos; mas, ao mesmo tempo, com uma perspectiva mais ampla, protegendo o arvoredor. Trabalhais numa perspectiva que não só aborda a realidade sectorial que cada um de vós representa e na qual felizmente está enraizada, mas procurais também resolver, na sua raiz, os problemas gerais de pobreza, desigualdade e exclusão.

Felicito-vos por isso. É imprescindível que, a par da reivindicação dos seus legítimos direitos, os povos e as organizações sociais construam uma alternativa humana à globalização exclusiva. Vós sois semeadores de mudança. Que Deus vos dê coragem, vos dê alegria, vos dê perseverança e paixão para continuar a semear. Podeis ter a certeza de que, mais cedo ou mais tarde, vamos ver os frutos. Peço aos dirigentes: sede criativos e nunca percais o apego às coisas próximas, porque o pai da mentira sabe usurpar palavras nobres, promover modas intelectuais e adoptar posições ideológicas, mas se construídes sobre bases sólidas, sobre as necessidades reais e a experiência viva dos vossos irmãos, dos camponeses e indígenas, dos trabalhadores excluídos e famílias marginalizadas, de certeza não vos equivocareis.

A Igreja não pode nem deve ficar alheia a este processo no anúncio do Evangelho. Muitos sacerdotes e agentes pastorais realizam uma tarefa imensa acompanhando e promovendo os excluídos de todo o mundo, ao lado de cooperativas, dando impulso a empreendimentos, construindo casas, trabalhando abnegadamente nas áreas da saúde, desporto e educação. Estou convencido de que a cooperação amistosa com os movimentos populares pode robustecer estes esforços e fortalecer os processos de mudança.

No coração, tenhamos sempre a Virgem Maria, uma jovem humilde duma pequena aldeia perdida na periferia dum grande império, uma mãe sem tecto que soube transformar um curral de animais na casa de Jesus com uns pobres paninhos e uma montanha de ternura. Maria é sinal de esperança para os povos que sofrem dores de parto até que brote a justiça. Rezo à Virgem Maria, tão venerada pelo povo boliviano, para que permita que este nosso Encontro seja fermento de mudança.

3. Por último, gostaria que reflectíssemos, juntos, sobre algumas tarefas importantes neste momento histórico, pois queremos uma mudança positiva em benefício de todos os nossos irmãos e irmãs. Disto estamos certos! Queremos uma mudança que se enriqueça com o trabalho conjunto de governos, movimentos populares e outras forças sociais. Sabemos isto também! Mas não é tão fácil definir o conteúdo da mudança, ou seja, o programa social que reflecta este projecto de fraternidade e justiça que esperamos, não é fácil defini-lo. Neste sentido, não esperem uma receita deste Papa. Nem o Papa nem a Igreja têm o monopólio da interpretação da realidade social e da proposta de soluções para problemas contemporâneos. Atrever-me-ia a dizer que não existe uma receita. A história é construída pelas gerações que se vão sucedendo no horizonte de povos que avançam individuando o próprio caminho e respeitando os valores que Deus colocou no coração.

Gostaria, no entanto, de vos propor três grandes tarefas que requerem a decisiva contribuição do conjunto dos movimentos populares:

3.1 A primeira tarefa é pôr a economia ao serviço dos povos.

Os seres humanos e a natureza não devem estar ao serviço do dinheiro. Digamos NÃO a uma economia de exclusão e desigualdade, onde o dinheiro reina em vez de servir. Esta economia mata. Esta economia exclui. Esta economia destrói a Mãe Terra.

A economia não deveria ser um mecanismo de acumulação, mas a condigna administração da casa comum. Isto implica cuidar zelosamente da casa e distribuir adequadamente os bens entre todos. A sua finalidade não é unicamente garantir o alimento ou um «decoroso sustento». Não é sequer, embora fosse já um grande passo, garantir o acesso aos “3 T” pelos quais combateis. Uma economia verdadeiramente comunitária – poder-se-ia dizer, uma economia de inspiração cristã – deve garantir aos povos dignidade, «*prosperidade e civilização em seus múltiplos aspectos*»²⁶. Esta última frase foi pronunciada pelo Papa João XXIII há cinquenta anos. Jesus fala no Evangelho que aquele que espontaneamente dê um copo-d'água a quem tem sede, isso lhe será tido em conta no Reino dos Céus. Isto envolve os “3 T” mas também acesso à educação, à saúde, à inovação, às manifestações artísticas e culturais, à comunicação, ao desporto e à recreação. Uma economia justa deve criar as condições para que cada pessoa possa gozar duma infância sem privações, desenvolver os seus talentos durante a juventude, trabalhar com plenos direitos durante os anos de actividade e ter acesso a uma digna aposentação na velhice. É uma economia onde o ser humano, em harmonia com a natureza, estrutura todo o sistema de produção e distribuição de tal modo que as capacidades e necessidades de cada um encontrem um apoio adequado no ser social. Vós – e outros povos também – resumis este anseio duma maneira simples e bela: «viver bem», que não é a mesma coisa que «aproveitar».

²⁶ João XXIII, Carta enc. *Mater et Magistra* (15 de Maio de 1961), 3: AAS 53 (1961), 402.

Esta economia é não apenas desejável e necessária, mas também é possível. Não é uma utopia, nem uma fantasia. É uma perspectiva extremamente realista. Podemos consegui-la. Os recursos disponíveis no mundo, fruto do trabalho intergeracional dos povos e dos dons da criação, são mais que suficientes para o desenvolvimento integral de «*todos os homens e do homem todo*»²⁷. Mas o problema é outro. Existe um sistema com outros objectivos. Um sistema que, além de acelerar irresponsavelmente os ritmos da produção, além de implementar métodos na indústria e na agricultura que sacrificam a Mãe Terra na ara da «produtividade», continua a negar a milhares de milhões de irmãos os mais elementares direitos económicos, sociais e culturais. Este sistema atenta contra o projecto de Jesus, contra a Boa Nova que Jesus trouxe.

A justa distribuição dos frutos da terra e do trabalho humano não é mera filantropia. É um dever moral. Para os cristãos, o encargo é ainda mais forte: é um mandamento. Trata-se de devolver aos pobres e às pessoas o que lhes pertence. O destino universal dos bens não é um adorno retórico da doutrina social da Igreja. É uma realidade anterior à propriedade privada. A propriedade, sobretudo quando afecta os recursos naturais, deve estar sempre em função das necessidades das pessoas. E estas necessidades não se limitam ao consumo. Não basta deixar cair algumas gotas, quando os pobres agitam este copo que, por si só, nunca derrama. Os planos de assistência que acodem a certas emergências deveriam ser pensados apenas como respostas transitórias, conjunturais. Nunca poderiam substituir a verdadeira inclusão: a inclusão que dá o trabalho digno, livre, criativo, participativo e solidário.

E neste caminho, os movimentos populares têm um papel essencial, não apenas exigindo e reclamando, mas fundamentalmente criando. Vós sois poetas sociais: criadores de trabalho, construtores de casas, produtores de alimentos, sobretudo para os descartados pelo mercado global.

Conheci de perto várias experiências, onde os trabalhadores, unidos em cooperativas e outras formas de organização comunitária, conseguiram criar trabalho onde só havia sobras da economia idólatra. E vi que alguns estão aqui. As empresas recuperadas, as feiras francas e as cooperativas de catadores de papelão são exemplos desta economia popular que surge da exclusão e que pouco a pouco, com esforço e paciência, adopta formas solidárias que a dignificam. E quão diferente é isto do facto de os descartados pelo mercado formal serem explorados como escravos!

Os governos que assumem como própria a tarefa de colocar a economia ao serviço das pessoas devem promover o fortalecimento, melhoria, coordenação e expansão destas formas de economia popular e produção comunitária. Isto implica melhorar os processos de trabalho, prover de adequadas infra-estruturas e garantir plenos direitos aos trabalhadores deste sector alternativo. Quando Estado e organizações sociais assumem, juntos, a missão dos “3 T”, activam-se os princípios de solidariedade e subsidiariedade que permitem construir o bem comum numa democracia plena e participativa.

3.2 A segunda tarefa é unir os nossos povos no caminho da paz e da justiça.

²⁷ Paulo VI, Carta enc. *Populorum progressio*, 14.

Os povos do mundo querem ser artífices do seu próprio destino. Querem caminhar em paz para a justiça. Não querem tutelas nem interferências, onde o mais forte subordina o mais fraco. Querem que a sua cultura, o seu idioma, os seus processos sociais e tradições religiosas sejam respeitados. Nenhum poder efectivamente constituído tem direito de privar os países pobres do pleno exercício da sua soberania e, quando o fazem, vemos novas formas de colonialismo que afectam seriamente as possibilidades de paz e justiça, porque «a paz funda-se não só no respeito pelos direitos do homem, mas também no respeito pelo direito dos povos, sobretudo o direito à independência»²⁸.

Os povos da América Latina alcançaram, com um parto doloroso, a sua independência política e, desde então, viveram já quase dois séculos numa história dramática e cheia de contradições procurando conquistar uma independência plena.

Nos últimos anos, depois de tantos mal-entendidos, muitos países latino-americanos viram crescer a fraternidade entre os seus povos. Os governos da região juntaram seus esforços para fazer respeitar a sua soberania, a de cada país e a da região como um todo que, de forma muito bela como faziam os nossos antepassados, chamam a «Pátria Grande». Peço-vos, irmãos e irmãs dos movimentos populares, que cuidem e façam crescer esta unidade. É necessário manter a unidade contra toda a tentativa de divisão, para que a região cresça em paz e justiça.

Apesar destes avanços, ainda subsistem factores que atentam contra este desenvolvimento humano equitativo e coarctam a soberania dos países da «Pátria Grande» e doutras latitudes do Planeta. O novo colonialismo assume variadas fisionomias. Às vezes, é o poder anónimo do ídolo dinheiro: corporações, credores, alguns tratados denominados «de livre comércio» e a imposição de medidas de «austeridade» que sempre apertam o cinto dos trabalhadores e dos pobres. Os bispos latino-americanos o denunciámos muito claramente, no documento de Aparecida, quando se afirma que «as instituições financeiras e as empresas transnacionais se fortalecem ao ponto de subordinar as economias locais, sobretudo debilitando os Estados, que aparecem cada vez mais impotentes para levar adiante projetos de desenvolvimento a serviço de suas populações»²⁹. Noutras ocasiões, sob o nobre disfarce da luta contra a corrupção, o narcotráfico ou o terrorismo – graves males dos nossos tempos que requerem uma acção internacional coordenada – vemos que se impõem aos Estados medidas que pouco têm a ver com a resolução de tais problemáticas e muitas vezes tornam as coisas piores.

Da mesma forma, a concentração monopolista dos meios de comunicação social que pretende impor padrões alienantes de consumo e certa uniformidade cultural é outra das formas que adopta o novo colonialismo. É o colonialismo ideológico. Como dizem os bispos da África, muitas vezes pretende-se converter os países pobres em «peças de um mecanismo, partes de uma engrenagem gigante»³⁰.

²⁸ Pontifício Conselho «Justiça e paz», *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 157.

²⁹ V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (2007), *Documento de Aparecida*, 66.

³⁰ João Paulo II, Exort. ap. pós-sinodal *Ecclesia in Africa* (14 de Setembro de 1995), 52: AAS 88 (1996), 32-33. Cf. IDEM, Carta enc. *Sollicitudo rei socialis* (30 de Dezembro de 1987), 22: AAS 80 (1988), 539.

Temos de reconhecer que nenhum dos graves problemas da humanidade pode ser resolvido sem a interacção dos Estados e dos povos a nível internacional. Qualquer acto de envergadura realizado numa parte do Planeta repercute-se no todo em termos económicos, ecológicos, sociais e culturais. Até o crime e a violência se globalizaram. Por isso, nenhum governo pode actuar à margem duma responsabilidade comum. Se queremos realmente uma mudança positiva, temos de assumir humildemente a nossa interdependência, ou seja, nossa sã interdependência. Mas interacção não é sinónimo de imposição, não é subordinação de uns em função dos interesses dos outros. O colonialismo, novo e velho, que reduz os países pobres a meros fornecedores de matérias-primas e mão de obra barata, gera violência, miséria, emigrações forçadas e todos os males que vêm juntos... precisamente porque, ao pôr a periferia em função do centro, nega-lhes o direito a um desenvolvimento integral. E isto, irmãos, é desigualdade, e a desigualdade gera violência que nenhum recurso policial, militar ou dos serviços secretos será capaz de deter.

Digamos assim NÃO às velhas e novas formas de colonialismo. Digamos SIM ao encontro entre povos e culturas. Bem-aventurados os que trabalham pela paz.

E aqui quero deter-me num tema importante. É que alguém poderá, com direito, dizer: «Quando o Papa fala de colonialismo, esquece-se de certas acções da Igreja». Com pesar, vo-lo digo: Cometeram-se muitos e graves pecados contra os povos nativos da América, em nome de Deus. Reconheceram-no os meus antecessores, afirmou-o o CELAM, o Conselho Episcopal Latino-americano, e quero reafirmá-lo eu também. Como São João Paulo II, peço que a Igreja – e cito o que ele disse – «*se ajoelhe diante de Deus e implore o perdão para os pecados passados e presentes dos seus filhos*»³¹. E eu quero dizer-vos, quero ser muito claro, como foi São João Paulo II: Peço humildemente perdão, não só para as ofensas da própria Igreja, mas também para os crimes contra os povos nativos durante a chamada conquista da América. E junto com este pedido de perdão e para ser justos, também quero que lembremos a milhares de sacerdotes, bispos, que fizeram oposição à lógica da espada com a força da Cruz. Houve pecado, e pecado abundante, mas não pedimos perdão no passado. Por isso agora pedimos perdão, e peço perdão; mas também lá, onde houve pecado, onde abundou o pecado, superabundou a graça através destes homens que defenderam a justiça dos povos originários.

Peço-vos também a todos, crentes e não crentes, que se recordem de tantos bispos, sacerdotes e leigos que pregaram e pregam a boa nova de Jesus com coragem e mansidão, respeito e em paz – falei dos bispos, sacerdotes e leigos, mas não quero esquecer-me das freirinhas que caminham anonimamente nos vossos bairros pobres levando uma mensagem de paz e de bem –; que, na sua passagem por esta vida, deixaram impressionantes obras de promoção humana e de amor, pondo-se muitas vezes ao lado dos povos indígenas ou acompanhando os próprios movimentos populares mesmo até ao martírio. A Igreja, os seus filhos e filhas, fazem parte da identidade dos povos na América Latina. Identidade que alguns poderes, tanto aqui como noutros países, se empenham por apagar, talvez porque a nossa fé é revolucionária, porque a nossa fé desafia a tirania do ídolo dinheiro. Hoje vemos, com horror, como no Médio Oriente e noutros lugares do mundo se persegue, tortura, assassina a muitos irmãos nossos pela sua fé em Jesus. Isto também

³¹ João Paulo II, Bula *Incarnationis mysterium*, 11.

devemos denunciá-lo: dentro desta terceira guerra mundial em parcelas que vivemos, há uma espécie de – forço um pouco a expressão – genocídio em curso que deve cessar.

Aos irmãos e irmãs do movimento indígena latino-americano, deixem-me expressar a minha mais profunda estima e felicita-los por procurarem a conjugação dos seus povos e culturas segundo uma forma de convivência, a que eu gosto de chamar poliédrica, onde as partes conservam a sua identidade construindo, juntas, uma pluralidade que não atenta contra a unidade, mas fortalece-a. A sua procura desta interculturalidade que conjuga a reafirmação dos direitos dos povos nativos com o respeito à integridade territorial dos Estados enriquece-nos e fortalece-nos a todos.

3.3 E a terceira tarefa, e talvez a mais importante que devemos assumir hoje, é defender a Mãe Terra.

A casa comum de todos nós está a ser saqueada, devastada, vexada impunemente. A covardia em defendê-la é um pecado grave. Vemos, com crescente decepção, sucederem-se uma após outra as cimeiras internacionais sem qualquer resultado importante. Existe um claro, definitivo e inadiável imperativo ético de actuar que não está a ser cumprido. Não se pode permitir que certos interesses – que são globais, mas não universais – se imponham, submetendo Estados e organismos internacionais, e continuem a destruir a criação. Os povos e os seus movimentos são chamados a clamar, mobilizar-se, exigir – pacífica mas tenazmente – a adopção urgente de medidas apropriadas. Peço-vos, em nome de Deus, que defendais a Mãe Terra. Sobre este assunto, expressei-me devidamente na carta encíclica *Laudato si'*, que creio que vos será entregue na conclusão.

4. Para concluir, quero dizer-lhes novamente: O futuro da humanidade não está unicamente nas mãos dos grandes dirigentes, das grandes potências e das elites. Está fundamentalmente nas mãos dos povos; na sua capacidade de se organizarem e também nas suas mãos que regem, com humildade e convicção, este processo de mudança. Estou convosco. E cada um, repitamos a nós mesmos do fundo do coração: nenhuma família sem tecto, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhum povo sem soberania, nenhuma pessoa sem dignidade, nenhuma criança sem infância, nenhum jovem sem possibilidades, nenhum idoso sem uma veneranda velhice. Continuai com a vossa luta e, por favor, cuidai bem da Mãe Terra. Acreditai em mim, e sou sincero, de coração vos digo: Rezo por vós, rezo convosco e quero pedir a nosso Pai Deus que vos acompanhe e abençoe, que vos cumule do seu amor e defenda no caminho concedendo-vos, em abundância, aquela força que nos mantém de pé: esta força é a esperança, a esperança que não decepciona. E peço-vos, por favor, que rezeis por mim. E se algum de vós não pode rezar, com todo o respeito, peço-te que me tenha em teus pensamentos e mande-me uma boa “onda”. Obrigado!

III Encontro Mundial dos Movimentos Populares: discurso do Santo Padre

Sala Paulo VI

Sábado, 5 de novembro de 2016

Boa tarde, irmãos e irmãs!

Neste nosso terceiro encontro expressamos a mesma sede, a sede de justiça, o mesmo grito: terra, casa e trabalho para todos.

Agradeço aos delegados que vieram das periferias urbanas, rurais e industriais dos cinco continentes, mais de 60 países, para debater mais uma vez sobre o modo de defender estes direitos que unem. Obrigado aos Bispos que vieram acompanhar-vos. Obrigado aos milhares de italianos e europeus que hoje se reuniram no final deste encontro. Obrigado aos observadores e aos jovens comprometidos na vida pública, que vieram com humildade para ouvir e aprender. Quanta esperança tenho nos jovens! Agradeço inclusive a Vossa Eminência, Cardeal Turkson, o trabalho que juntos realizastes no Dicastério; e gostaria de recordar também a contribuição do ex-Presidente uruguaio, José Mujica, aqui presente.

No nosso último encontro, na Bolívia, com a maioria de latino-americanos, pudemos falar da necessidade de uma mudança para que a vida seja digna, uma transformação de estruturas; além disso, do modo como vós, movimentos populares, sois semeadores de mudança, promotores de um *processo* para o qual convergem milhões de pequenas e grandes ações interligadas de modo criativo, como numa poesia; foi por isso que vos quis chamar «poetas sociais»; e também pudemos enumerar algumas tarefas imprescindíveis para caminhar rumo a uma alternativa humana diante da globalização da indiferença: 1. pôr a economia ao serviço dos povos; 2. construir a paz e a justiça; 3. defender a Mãe Terra.

Naquele dia, com a voz de uma «*cartonera*» e de um camponês, na conclusão foram lidos os dez pontos de Santa Cruz de la Sierra, onde a palavra mudança estava carregada de um grande conteúdo, ligada às coisas fundamentais que vós reivindicais: trabalho digno para quantos são excluídos do mercado do trabalho; terra para os camponeses e as populações indígenas; habitações para as famílias desabrigadas; integração urbana para os bairros populares; eliminação da discriminação, da violência contra as mulheres e das novas formas de escravidão; fim de todas as guerras, do crime organizado e da repressão; liberdade de expressão e de comunicação democrática; ciência e tecnologia ao serviço dos povos. Ouvimos também como vos comprometestes a abraçar um projeto de vida que rejeite o consumismo e recupere a solidariedade, o amor entre nós e o respeito pela natureza como valores essenciais. É a felicidade de «viver bem» aquilo que reclamais, a «vida boa», e não aquele ideal egoísta que enganosamente inverte as palavras e propõe a «boa vida».

Nós que hoje estamos aqui, de diferentes origens, credos e ideias, talvez não estejamos de acordo acerca de tudo, certamente pensamos de modo diverso sobre muitas coisas, mas sem dúvida estamos de acordo sobre estes pontos.

Sei também que foram realizados encontros e laboratórios em vários países, onde se multiplicaram os debates à luz da realidade de cada comunidade. Isto é muito importante porque as soluções reais para as problemáticas atuais não sairão de uma, três ou mil conferências: elas devem ser fruto de um discernimento coletivo que amadurece nos territórios juntamente com os irmãos, um discernimento que se torna ação transformadora «em conformidade com os lugares, os tempos e as pessoas», como dizia santo Inácio. Caso contrário, corremos o risco das abstrações, de certos «nominalismos declaracionistas (slogans), que são frases bonitas mas que não conseguem sustentar a vida das nossas comunidades» (*Carta ao Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina*, 19 de março de 2016). São slogans! O colonialismo ideológico globalizador procura impor receitas supraculturais que não respeitam a identidade dos povos. Vós caminhais por outra vereda que é local e, ao mesmo tempo, universal. Um caminho que me recorda como Jesus pediu para dispor a multidão em grupos de cinquenta, para lhes distribuir o pão (cf. *Homilia na Solenidade do Corpus Christi*, Buenos Aires, 12 de junho de 2004).

Há pouco assistimos ao vídeo que apresentastes como conclusão deste terceiro encontro. Vimos os vossos rostos nos debates sobre o modo de enfrentar «a desigualdade que gera violência». Tantas propostas, muita criatividade e grande esperança na vossa voz, que talvez tivesse mais motivos para se queixar, permanecer emudecida nos conflitos, cair na tentação do negativo. E no entanto vós olhais para a frente, pensais, debateis, propondes e agis. Congratulo-me convosco, acompanho-vos e peço-vos que continueis a abrir caminhos e a lutar. Isto dá-me força, isto dá-nos força. Acho que este nosso diálogo, que se acrescenta aos esforços de muitos milhões de pessoas que trabalham diariamente pela justiça no mundo inteiro, começa a ganhar raízes.

Gostaria de abordar alguns temas mais específicos, que me sugeristes, que me levaram a refletir e que agora volto a apresentar-vos neste momento.

1. O terror e os muros

No entanto esta germinação, que é lenta — aquela à qual eu me referia — e que tem os seus tempos, como todas as germinações, é ameaçada pela velocidade de um mecanismo destruidor que age em sentido contrário. Existem forças poderosas que podem neutralizar este processo de amadurecimento de uma mudança, que seja capaz de mudar o primado do dinheiro e pôr novamente no centro o ser humano, o homem e a mulher. Aquele «fio invisível» do qual pudemos falar na Bolívia, aquela estrutura injusta que une todas as exclusões que vós padeceis, pode consolidar-se e transformar-se num chicote, num chicote existencial que, como no Egito do Antigo Testamento, escraviza, rouba a liberdade, golpeia sem misericórdia certas pessoas e ameaça constantemente outras, para abater todos como reses, até onde o dinheiro divinizado quiser .

Então, quem governa? O dinheiro. Como governa? Com o chicote do medo, da desigualdade, da violência financeira, social, cultural e militar que gera cada vez mais violência numa espiral descendente que parece infinita. Quanta dor e quanto medo! Existe — como eu disse recentemente — um *terrorismo de base* que provém do controle global do dinheiro na terra, ameaçando a humanidade inteira. É deste terrorismo de base que se alimentam os terrorismos derivados, como o narcoterrorismo, o terrorismo de Estado e aquele que alguns erroneamente chamam terrorismo étnico ou religioso. Mas nenhum povo,

nenhuma religião é terrorista! É verdade, existem pequenos grupos fundamentalistas em toda a parte. Mas o terrorismo começa quando «se expulsa a maravilha da criação, o homem e a mulher, colocando no seu lugar o dinheiro» (*Conferência de imprensa no voo de regresso da Viagem Apostólica à Polónia*, 31 de julho de 2016). Este sistema é terrorista.

Há quase cem anos, Pio xi previu o afirmar-se de uma ditadura global da economia, à qual ele chamou «imperialismo internacional do dinheiro» (*Carta Encíclica Quadragesimo anno*, 15 de maio de 1931, n. 109). Refiro-me ao ano de 1931! A sala onde agora nos encontramos chama-se «Paulo vi», e foi Paulo vi que denunciou, há quase cinquenta anos, a «nova forma abusiva de domínio económico nos planos social, cultural e até político» (*Carta Apostólica Octogesima adveniens*, 14 de maio de 1971, n. 44). No ano de 1971! São palavras duras mas justas dos meus predecessores que perscrutaram o futuro. A Igreja e os profetas dizem há milénios aquilo que tanto escandaliza que o Papa repita neste tempo, no qual tudo isto alcança expressões inéditas. Toda a doutrina social da Igreja e o magistério dos meus predecessores estão revoltados contra o ídolo dinheiro, que reina em vez de servir, tiraniza e aterroriza a humanidade.

Nenhuma tirania se sustém sem explorar os nossos medos. Esta é uma chave! Por isso, cada tirania é terrorista. E quando este terror, que foi semeado nas periferias com massacres, saques, opressões e injustiças, eclode nos centros sob várias formas de violência, até com atentados hediondos e infames, os cidadãos que ainda conservam alguns direitos são tentados pela falsa segurança dos muros físicos ou sociais. Muros que encerram alguns e exilam outros. Por um lado, cidadãos murados, apavorados; e por outro, excluídos, exilados, ainda mais aterrorizados. É esta a vida que Deus, nosso Pai, deseja para os seus filhos?

O medo é alimentado, manipulado... Porque, além de ser um bom negócio para os comerciantes de armas e de morte, o medo debilita-nos, desestabiliza-nos, destrói as nossas defesas psicológicas e espirituais, anestesia-nos diante do sofrimento do próximo e no final torna-nos cruéis. Quando sentimos que se festeja a morte de um jovem que talvez tenha errado o caminho, quando vemos que se prefere a guerra à paz, quando vemos que se propaga a xenofobia, quando constatamos que propostas intolerantes ganham terreno; por detrás de tal crueldade, que parece massificar-se, sopra o frio vento do medo. Peço-vos que rezeis por todos aqueles que têm medo; oremos a fim de que Deus lhes infunda coragem e que neste Ano da misericórdia os nossos corações possam sensibilizar-se. A misericórdia não é fácil, não é fácil... exige coragem! É por isso que Jesus nos diz: «Não tenhais medo!» (Mt 14, 27), porque a misericórdia é o melhor antídoto contra o medo. É muito melhor do que os remédios antidepressivos e tranquilizantes. Muito mais eficaz do que os muros, as grades, os alarmes e as armas. E é grátis: uma dádiva de Deus.

Caros irmãos e irmãs, todos os muros ruem. Todos! Não nos deixemos enganar. Como vós mesmos dissestes: «Continuemos a trabalhar para construir pontes entre os povos, pontes que nos permitam derrubar os muros da exclusão e da exploração» (*Documento conclusivo do segundo encontro mundial dos movimentos populares*, 11 de julho de 2015, Santa Cruz de la Sierra, Bolívia). Enfrentemos o terror com o amor!

O segundo ponto que desejo abordar é: Amor e pontes

Num dia como este, num sábado, Jesus fez duas coisas que, como nos diz o Evangelho, apressaram a conspiração para o matar. Passava com os seus discípulos por um campo de sementeira. Os discípulos tinham fome e comeram algumas espigas. Nada se diz acerca do «dono» daquele campo... o que lhe está subjacente é o destino universal dos bens. Certamente, diante da fome Jesus deu prioridade à dignidade dos filhos de Deus, sobre uma interpretação formalista, conciliante e interessada pela norma. Quando os doutores da lei se queixaram com indignação hipócrita, Jesus recordou-lhes que Deus quer amor, não sacrifícios, e explicou que o sábado foi feito para o homem, e não o homem para o sábado (cf. Mc 2, 27). Enfrentou o pensamento hipócrita e presunçoso com a inteligência humilde do coração (cf. Homilia no I Congreso de evangelización de la cultura, Buenos Aires, 3 de novembro de 2006), que dá sempre a prioridade ao homem e não aceita que determinadas lógicas impeçam a sua liberdade de viver, amar e servir o próximo.

Em seguida, naquele mesmo dia, Jesus fez algo «pior», uma coisa que irritou ainda mais os hipócritas e os soberbos que o observavam, porque procuravam uma desculpa para o capturar. Curou a mão atrofiada de um homem. A mão, um sinal tão forte de ação, de trabalho. Jesus restituiu àquele homem a capacidade de trabalhar e, com ela, a sua dignidade. Quantas mãos atrofiadas, quantas pessoas desprovidas da dignidade do trabalho! Porque para defender sistemas injustos, os hipócritas opõem-se a tais curas. Às vezes penso que quando vós, pobres organizados, inventais o vosso trabalho, criando uma cooperativa, recuperando uma fábrica falida, reciclando os descartes da sociedade consumista, enfrentando a inclemência do tempo para vender numa praça, reivindicando um pequeno pedaço de terra para cultivar e alimentar quem tem fome, quando fazeis isto imitais Jesus porque procurais curar, mesmo que seja só um pouco e de modo precário, esta atrofiação do sistema socioeconómico imperante que é o desemprego. Não me surpreende que inclusive vós, por vezes, sois controlados ou perseguidos, e também não me causa admiração que os soberbos não se interessem por aquilo que vós dizeis.

Naquele sábado Jesus arriscou a sua vida porque, depois de ter curado a mão, os fariseus e os herodianos (cf. Mc 3, 6), dois partidos opostos entre si, que temiam o povo e também o império, fizeram os seus cálculos e conspiraram para o matar. Sei que muitos de vós arriscam a vida. Sei — e desejo recordá-lo, quero recordá-la — que hoje alguns não estão aqui porque apostaram a sua vida... Por isso, não há maior amor do que dar a própria vida. É isto que Jesus nos ensina.

Os «3 t», o vosso grito que faço meu, têm algo daquela inteligência humilde mas ao mesmo tempo vigorosa e purificadora. Um projeto-ponte dos povos diante do projeto-muro do dinheiro. Um programa que visa o desenvolvimento humano integral. Alguns sabem que o nosso amigo, Cardeal Turkson, agora preside ao Dicastério que tem o seguinte nome: Desenvolvimento Humano Integral. O contrário do desenvolvimento, poder-se-ia dizer, é a atrofiação, a paralisia. Temos o dever de ajudar a curar o mundo da sua atrofiação moral. Este sistema atrofiado é capaz de fornecer algumas «próteses» cosméticas que não constituem verdadeiros desenvolvimentos: crescimento da economia, progressos tecnológicos, maior «eficiência» para produzir coisas que se compram, se usam e se abandonam, englobando-nos todos numa vertiginosa dinâmica do descarte... Mas este mundo não permite o desenvolvimento do ser humano na sua totalidade, o desenvolvimento que não se reduz ao consumo, que não se limita ao bem-estar de poucos, que inclui todos os povos e as pessoas na plenitude da sua dignidade, desfrutando fraternalmente da maravilha da

criação. Este é o desenvolvimento do qual nós temos necessidade: humano, integral, respeitador da criação, desta casa comum.

Outro ponto é: Falência e resgate

Estimados irmãos, quero compartilhar convosco algumas reflexões sobre outros dois temas que, juntamente com os «3 t» e com a ecologia integral, estiveram no centro dos vossos debates dos últimos dias, e são fulcrais nestes período histórico.

Sei que dedicastes um dia ao drama dos migrantes, dos refugiados e dos deslocados. Como agir diante desta tragédia? No Dicastério do qual é responsável o Cardeal Turkson há uma secção que se ocupa destas situações. Decidi que, pelo menos durante um certo tempo, tal setor dependa diretamente do Pontífice, porque se trata de uma situação infamante, que só posso descrever com uma palavra que me brotou espontaneamente em Lampedusa: vergonha!

Ali, assim como em Lesbos, pude sentir de perto o sofrimento de numerosas famílias expulsas da sua terra por motivos ligados à economia ou por violências de todos os tipos, multidões exiladas — eu disse-o diante das autoridades do mundo inteiro — por causa de um sistema socioeconómico injusto e das guerras que não foram procuradas nem criadas por aqueles que hoje padecem a dolorosa erradicação da sua pátria, mas ao contrário por muitos daqueles que se recusam a recebê-los.

Faço minhas as palavras do meu irmão, o Arcebispo Hieronymos da Grécia: «Quem fita os olhos das crianças que encontramos nos campos de refugiados é capaz de reconhecer imediatamente, na sua totalidade, a “falência” da humanidade» (Discurso no campo de refugiados de Moria, Lesbos, 16 de abril de 2016). O que acontece com o mundo de hoje que, quando se verifica a falência de um banco, imediatamente aparecem quantias escandalosas para o salvar, mas quando ocorre esta falência da humanidade praticamente não aparece nem uma milésima parte para salvar aqueles irmãos que sofrem tanto? E assim o Mediterrâneo tornou-se um cemitério, e não apenas o Mediterrâneo... muitos cemitérios perto dos muros, muros manchados de sangue inocente. Nos dias deste encontro — sois vós que o dizeis no vídeo — quantos são os mortos no Mediterrâneo?

O medo endurece o coração e transforma-se em crueldade cega, que se recusa a ver o sangue, a dor, a face do próximo. Quem o disse foi o meu irmão, o Patriarca Bartolomeu: «Quem tem medo de vós não vos fitou nos olhos. Quem tem receio de vós não viu os vossos rostos. Quem tem medo não vê os vossos filhos, esquece-se que a dignidade e a liberdade transcendem o medo e superam a divisão. Esquece-se que a migração não é um problema do Médio Oriente e da África setentrional, da Europa e da Grécia. Trata-se de um problema do mundo» (*Discurso no campo de refugiados de Moria*, Lesbos, 16 de abril de 2016).

É verdadeiramente um problema do mundo. Ninguém deveria ver-se obrigado a fugir da sua pátria. Mas o mal é duplo quando, diante destas circunstâncias terríveis, os migrantes se veem lançados nas garras dos traficantes de pessoas, para atravessar as fronteiras; e é triplo se, chegando à terra na qual julgavam encontrar um porvir melhor, são desprezados,

explorados e até escravizados! Pode-se ver isto em qualquer recanto de centenas de cidades. Ou simplesmente não os deixam entrar.

Peço-vos que façais tudo o que for possível; e que nunca vos esqueçais que inclusive Jesus, Maria e José experimentaram a condição dramática dos refugiados. Peço-vos que exerçais aquela solidariedade tão singular que existe entre quantos sofreram. Vós sabeis recuperar fábricas das falências, reciclar aquilo que outros abandonam, criar postos de trabalho, cultivar a terra, construir habitações, integrar bairros segregados e reclamar de modo incessante, como a viúva do Evangelho que pede justiça insistentemente (cf. Lc 18, 1-8). Talvez com o vosso exemplo e a vossa insistência, alguns Estados e Organizações internacionais abram os olhos e adotem medidas adequadas para acolher e integrar plenamente todos aqueles que, por um motivo ou por outro, procuram refúgio longe de casa. E também para enfrentar as profundas causas pelas quais milhares de homens, mulheres e crianças são expulsos cada dia da sua terra natal.

Dar o exemplo e reclamar é um modo de fazer política, e isto leva-me ao segundo tema que debatestes no vosso encontro: a relação entre povo e democracia. Uma relação que deveria ser natural e fluida, mas que corre o perigo de se ofuscar, até se tornar irreconhecível. O fosso entre os povos e as nossas atuais formas de democracia alarga-se cada vez mais, como consequência do enorme poder dos grupos económicos e mediáticos, que parecem dominá-las. Sei que os movimentos populares não são partidos políticos, e permiti-me dizer-vos que, em grande parte, é nisto que se encontra a vossa riqueza, porque exprimis uma forma diferente, dinâmica e vital de participação social na vida pública. Mas não tendes medo de entrar nos grandes debates, na Política com letra maiúscula, e volto a citar Paulo vi: «A política é uma maneira exigente — mas não é a única — de viver o compromisso cristão ao serviço do próximo» (Carta Apostólica *Octogesima adveniens*, 14 de maio de 1971, n. 46). Ou então esta frase, que repito muitas vezes e sempre me confundo, não sei se é de Paulo vi ou de Pio xii: «A política é uma das formas mais altas da caridade, do amor».

Gostaria de frisar dois riscos que giram em volta da relação entre movimentos populares e política: o risco de se deixar arquivar e o risco de se deixar corromper.

Primeiro, não se deixar amarrar, porque alguns dizem: a cooperativa, o refeitório, a horta agroecológica, as microempresas, o projeto dos planos assistenciais... até aqui tudo bem. Enquanto vos mantiverdes na divisória das «políticas sociais», enquanto não puserdes em questão a política económica ou a Política com «p» maiúsculo, sois tolerados. Aquela ideia das políticas sociais concebidas como uma política para os pobres, mas nunca com os pobres, nunca dos pobres e muito menos inserida num projeto que reúna os povos, às vezes parece-se com uma espécie de carro mascarado para conter os descartes do sistema. Quando vós, da vossa afeição ao território, da vossa realidade diária, do bairro, do local, da organização do trabalho comunitário, das relações de pessoa a pessoa, ousais pôr em questão as «macrorrelações». quando levantai a voz, quando gritais, quando pretendeis indicar ao poder uma organização mais integral, então deixais de ser tolerados, não sois muito tolerados porque estais a sair da divisória, estais a deslocar-vos para o terreno das grandes decisões que alguns pretendem monopolizar em pequenas castas. Assim a democracia atrofia-se, torna-se um nominalismo, uma formalidade, perde

representatividade, vai-se desencantando porque deixa fora o povo na sua luta diária pela dignidade, na construção do seu destino.

Vós, organizações dos excluídos e tantas organizações de outros setores da sociedade, estais chamados a revitalizar, a refundar as democracias que estão a atravessar uma verdadeira crise. Não caiais na tentação da divisória que vos reduz a agentes secundários ou, pior, a meros administradores da miséria existente. Nestes tempos de paralisia, desorientação e propostas destruidoras, a participação como protagonistas dos povos que procuram o bem comum pode vencer, com a ajuda de Deus, os falsos profetas que exploram o medo e o desespero, que vendem fórmulas mágicas de ódio e crueldade, ou de um bem-estar egoísta e uma segurança ilusória.

Sabemos que «enquanto não forem radicalmente solucionados os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo e, em definitivo, problema algum. A desigualdade é a raiz dos males sociais» (Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, n. 202). Por isso, disse e repito-o, «o futuro da humanidade não está unicamente nas mãos dos grandes dirigentes, das grandes potências e das elites. Está fundamentalmente nas mãos dos povos; na sua capacidade de se organizarem e também nas suas mãos que regem, com humildade e convicção, este processo de mudança» (*Discurso no segundo encontro mundial dos movimentos populares*, Santa Cruz de la Sierra, 9 de julho de 2015). Também a Igreja pode e deve, sem pretender ter o monopólio da verdade, pronunciar-se e agir especialmente face a «situações nas quais se tocam as chagas e os sofrimentos dramáticos, e nas quais estão envolvidos os valores, a ética, as ciências sociais e a fé» (*Intervenção no encontro de juizes e magistrados contra o tráfico de pessoas e o crime organizado*, Vaticano, 3 de junho de 2016). Este é o primeiro risco: o risco de se deixar encaixar e o convite a entrar na grande política.

O segundo risco, dizia-vos, é deixar-se corromper. Assim como a política não é uma questão de «políticos», também a corrupção não é um vício exclusivo da política. Há corrupção na política, há corrupção nas empresas, há corrupção nos meios de comunicação, há corrupção nas igrejas e há corrupção também nas organizações sociais e nos movimentos populares. É justo dizer que há uma corrupção radicada nalguns âmbitos da vida económica, em particular na atividade financeira, e que faz menos notícia do que a corrupção diretamente relacionada com o âmbito político e social. É justo dizer que muitas vezes se utilizam os casos de corrupção com más intenções. Mas também é justo esclarecer que quantos escolheram uma vida de serviço têm uma obrigação ulterior que se acrescenta à honestidade com a qual qualquer pessoa deve agir na vida. A medida é muito alta: é preciso ter a vocação para servir com um forte sentido de austeridade e humildade. Isto é válido para os políticos mas também para os dirigentes sociais e para nós pastores. Disse «austeridade» e gostaria de esclarecer ao que me refiro com a palavra austeridade, porque pode ser uma palavra equívoca. Pretendo dizer austeridade moral, austeridade no modo de viver, austeridade na maneira como levo por diante a minha vida, a minha família. Austeridade moral e humana. Porque em âmbito científico, científico-económico, se quiserdes, ou das ciências do mercado, austeridade é sinónimo de adaptação... Não me refiro a isto, não estou a falar disto.

A qualquer pessoa que seja demasiado apegada às coisas materiais ou ao espelho, a quem ama o dinheiro, os banquetes exuberantes, as casas sumptuosas, roupas de marca, carros de luxo, aconselharia que compreenda o que está a acontecer no seu coração e que reze a Deus para que o liberte destes laços. Mas, parafraseando o ex-presidente latino-americano que está aqui, todo aquele que seja apegado a estas coisas, por favor, que não entre na política, não entre numa organização social ou num movimento popular, porque causaria muitos danos a si mesmo, ao próximo e sujaria a nobre causa que empreendeu. E que também entre no seminário!

Diante da tentação da corrupção, não há remédio melhor do que a austeridade, a austeridade moral, pessoal: e praticar a austeridade é, ainda mais, pregar com o exemplo. peço-vos que não subestimeis o valor do exemplo porque tem mais força do que mil palavras, mil panfletos, mil «gosto», mil retweets, mil vídeos no youtube. O exemplo de uma vida austera ao serviço do próximo é o modo melhor para promover o bem comum e o projeto-ponte dos «3 t». Peço a vós dirigentes que não vos canseis de praticar esta austeridade moral, pessoal, e peço a todos que exijam dos dirigentes esta austeridade, que — de resto — os fará sentir-se muito felizes.

Queridos irmãos e irmãs, a corrupção, a soberba e o exibicionismo dos dirigentes aumentam o descrédito coletivo, a sensação de abandono e alimenta o mecanismo do medo que apoia este sistema iníquo. Para concluir, gostaria de vos pedir que continueis a contrastar o medo com uma vida de serviço, solidariedade e humildade a favor dos povos e sobretudo dos que sofrem. Podereis errar muitas vezes, todos erramos, mas se perseverarmos neste caminho, cedo ou tarde, veremos os frutos. O amor cura tudo. Alguns sabem que depois do Sínodo sobre a família escrevi um documento que tem como título *Amoris laetitia* — «A alegria do amor» — um documento sobre o amor nas famílias, mas também naquela outra família que é o bairro, a comunidade, o povo, a humanidade. Um de vós pediu-me para distribuir um fascículo que contém um fragmento do quarto capítulo deste documento. Penso que vo-lo entregarão à saída. Portanto, com a minha bênção. Nele encontram-se alguns «conselhos úteis» para praticar o mandamento mais importante de Jesus.

Na *Amoris laetitia* cito um saudoso líder afro-americano, Martin Luther King, o qual sabia escolher sempre o amor fraterno até nos meio das piores preocupações e humilhações. Quero recordá-lo hoje convosco: «Quando te elevas ao nível do amor, da sua grande beleza e poder, a única coisa que procuras derrotar são os sistemas malignos. Mas as pessoas que caíram na armadilha daquele sistema, mas procuras derrotar aquele sistema [...] Ódio por ódio só intensifica a existência do ódio e do mal no universo. Se eu te firo e tu me feres, e restituo-te a pancada e tu restituis-me a pancada, e assim por diante, é evidente que se continua sem fim. Simplesmente nunca acaba. Nalguma parte, deve haver alguém que tem um pouco de bom senso, e aquela é a pessoa forte. A pessoa forte é aquela que é capaz de cortar a cadeia do ódio, a cadeia do mal» (n. 118; *Sermão na igreja batista de Dexter Avenue*, Montgomery, Alabama, 17 de novembro de 1957). Disse isto em 1957.

Agradeço-vos de novo o vosso trabalho, a vossa presença. Desejo pedir a Deus nosso Pai que vos acompanhe e vos abençoe, que vos encha do seu amor e vos defenda no caminho dando-vos em abundância a força que nos mantém em pé e nos dá a coragem para cortar a

cadeia do ódio: aquela força é a esperança. Peço-vos por favor que rezeis por mim, e aos que não podem rezar, sabei-lo, pensai bem de mim e mandai-me uma boa onda. Obrigado!

Carta do Santo Padre aos Movimentos Populares

12 de abril de 2020, Domingo de Páscoa

*Aos irmãos e irmãs
dos movimentos e organizações populares.*

Queridos amigos,

Lembro-me com frequência de nossos encontros: dois no Vaticano e um em Santa Cruz de la Sierra e confesso que essa “memória” me faz bem, me aproxima de vocês, me faz repensar em tantos diálogos durante esses encontros e em tantas esperanças que ali nasceram e cresceram e muitas delas se tornaram realidade. Agora, no meio dessa pandemia, eu me lembro de vocês de uma maneira especial e quero estar perto de vocês.

Nestes dias de tanta angústia e dificuldade, muitos se referiram à pandemia que sofremos com metáforas bélicas. Se a luta contra o COVID-19 é uma guerra, vocês são um verdadeiro exército invisível que luta nas trincheiras mais perigosas. Um exército sem outra arma senão a solidariedade, a esperança e o sentido da comunidade que reverdecem nos dias de hoje em que ninguém se salva sozinho. Vocês são para mim, como Ihes disse em nossas reuniões, verdadeiros poetas sociais, que desde as periferias esquecidas criam soluções dignas para os problemas mais prementes dos excluídos.

Eu sei que muitas vezes vocês não são reconhecidos adequadamente porque, para este sistema, são verdadeiramente invisíveis. As soluções do mercado não chegam às periferias e a presença protetora do Estado é escassa. Nem vocês têm os recursos para realizar as funções próprias do Estado. Vocês são vistos com suspeita por superarem a mera filantropia por meio da organização comunitária ou por reivindicarem seus direitos, em vez de ficarem resignados à espera de ver se alguma migalha cai daqueles que detêm o poder econômico. Muitas vezes mastigam raiva e impotência quando veem as desigualdades que persistem mesmo quando terminam todas as desculpas para sustentar privilégios. No entanto, vocês não se encerram na denúncia: arregaçam as mangas e continuam a trabalhar para suas famílias, seus bairros, para o bem comum. Essa atitude de vocês me ajuda, questiona e ensina muito.

Penso nas pessoas, especialmente mulheres, que multiplicam o pão nos refeitórios comunitários, cozinhando com duas cebolas e um pacote de arroz um delicioso guisado para centenas de crianças, penso nos doentes, penso nos idosos. Elas nunca aparecem na mídia convencional. Tampouco os camponeses e os agricultores familiares, que continuam a trabalhar para produzir alimentos saudáveis, sem destruir a natureza, sem monopolizá-los ou especular com a necessidade do povo. Quero que saibam que nosso Pai Celestial olha para vocês, vos valoriza, reconhece e fortalece em sua escolha.

Quão difícil é ficar em casa para quem mora em uma pequena casa precária ou para quem de fato não tem teto. Quão difícil é para os migrantes, as pessoas privadas de liberdade ou para aqueles que realizam um processo de cura para dependências. Vocês estão lá,

colocando seu corpo ao lado deles, para tornar as coisas menos difíceis, menos dolorosas. Congratulo a vocês e agradeço do fundo do meu coração. Espero que os governos entendam que os paradigmas tecnocráticos (sejam centrados no estado, sejam centrados no mercado) não são suficientes para enfrentar esta crise e nem os outros problemas importantes da humanidade. Agora, mais do que nunca, são as pessoas, as comunidades, os povos que devem estar no centro, unidos para curar, cuidar, compartilhar.

Eu sei que vocês foram excluídos dos benefícios da globalização. Não desfrutam daqueles prazeres superficiais que anestesiavam tantas consciências. Apesar disso, vocês sempre sofrem os danos dessa globalização. Os males que afligem a todos, a vocês atingem duplamente. Muitos de vocês vivem o dia a dia sem nenhum tipo de garantias legais que os protejam. Os vendedores ambulantes, os recicladores, os feirantes, os pequenos agricultores, os pedreiros, as costureiras, os que realizam diferentes tarefas de cuidado. Vocês, trabalhadores informais, independentes ou da economia popular, não têm um salário estável para resistir a esse momento ... e as quarentenas são insuportáveis para vocês. Talvez seja a hora de pensar em um salário universal que reconheça e dignifique as tarefas nobres e insubstituíveis que vocês realizam; capaz de garantir e tornar realidade esse slogan tão humano e cristão: nenhum trabalhador sem direitos.

Também gostaria de convidá-los a pensar no “depois”, porque esta tempestade vai acabar e suas sérias consequências já estão sendo sentidas. Vocês não são uns improvisados, têm a cultura, a metodologia, mas principalmente a sabedoria que é amassada com o fermento de sentir a dor do outro como sua. Quero que pensemos no projeto de desenvolvimento humano integral que ansiamos, focado no protagonismo dos Povos em toda a sua diversidade e no acesso universal aos três T que vocês defendem: terra e comida, teto e trabalho. Espero que esse momento de perigo nos tire do piloto automático, sacuda nossas consciências adormecidas e permita uma conversão humanística e ecológica que termine com a idolatria do dinheiro e coloque a dignidade e a vida no centro. Nossa civilização, tão competitiva e individualista, com suas taxas frenéticas de produção e consumo, seus luxos excessivos e lucros desmedidos para poucos, precisa mudar, se repensar, se regenerar. Vocês são construtores indispensáveis dessa mudança urgente; além disso, vocês possuem uma voz autorizada para testemunhar que isso é possível. Vocês conhecem crises e privações ... que com modéstia, dignidade, comprometimento, esforço e solidariedade, conseguem transformar em uma promessa de vida para suas famílias e comunidades.

Mantenham vossa luta e cuidem-se como irmãos. Oro por vocês, oro com vocês e quero pedir ao nosso Deus Pai que os abençoe, encha vocês com o seu amor e os defenda ao longo do caminho, dando-lhes a força que nos mantém vivos e não desaponta: a esperança. Por favor, orem por mim que eu também preciso.

IV Encontro Mundial dos Movimentos Populares: mensagem em vídeo do Santo Padre

16 de outubro de 2021

Irmãs, irmãos queridos poetas sociais!

1. Estimados poetas sociais

Assim gosto de vos chamar, “poetas sociais”. Pois sois poetas sociais, porque tendes a capacidade e a coragem de criar esperança onde só aparecem o descarte e a exclusão. Poesia significa criatividade, e vós criais esperança. Com as vossas mãos sabeis como forjar a dignidade de cada pessoa, das famílias, e da sociedade como um todo, com terra, casa e trabalho, cuidados e comunidade. Obrigado porque a vossa dedicação é uma palavra influente, capaz de contradizer os adiamentos silenciosos e frequentemente “educados” a que fostes submetidos, ou aos quais tantos dos nossos irmãos e irmãs estão sujeitos. Mas pensando em vós, considero que a vossa dedicação é sobretudo uma proclamação de esperança. Ver-vos lembra-me que não estamos condenados a repetir ou a construir um futuro baseado na exclusão e na desigualdade, no descarte ou na indiferença; onde a cultura do privilégio é um poder invisível e irreprimível e a exploração e o abuso são um método habitual de sobrevivência. Não! Sabeis muito bem como anunciar isto. Obrigado!

Obrigado pelo vídeo que acabámos de partilhar. Li as reflexões do encontro, os testemunhos do que vivestes nestes tempos de tribulação e angústia, a síntese das vossas propostas e das vossas aspirações. Obrigado. Obrigado por me fazerdes participar do processo histórico que estais a atravessar e obrigado por partilhades comigo este diálogo fraterno, que procura ver o grande no pequeno e o pequeno no grande, um diálogo que nasce nas periferias, um diálogo que chega a Roma e no qual todos nos podemos sentir convidados e interpelados. «Para nos encontrar e ajudar mutuamente, precisamos de dialogar» (Enc. *Fratelli tutti*, 198), e quanto!

Sentistes que a situação atual merecia um novo encontro. Eu senti o mesmo. Embora nunca tenhamos perdido o contacto — já passaram seis anos, creio, desde a última assembleia geral. Aconteceram muitas coisas nesse tempo, muitas coisas mudaram. Estas são mudanças que marcam pontos de não retorno, pontos de viragem, encruzilhadas onde a humanidade é chamada a escolher. São necessários novos momentos de encontro, discernimento e ação conjunta. Cada pessoa, cada organização, cada país, e o mundo inteiro, precisa de procurar estes momentos para refletir, discernir e escolher. Porque voltar aos padrões anteriores seria suicida e, se me permitis forçar um pouco as palavras, ecocida e genocida. Estou a forçar!

Nos últimos meses, muitas das coisas que denunciastes tornaram-se totalmente evidentes. A pandemia mostrou as desigualdades sociais que atingem os nossos povos e mostrou — sem pedir permissão nem desculpa — a situação desoladora de tantos irmãos e irmãs, aquela situação que tantos mecanismos pós-verdade foram incapazes de esconder.

Muitas situações que dávamos por certas caíram como um castelo de cartas. Experimentamos como, de um dia para o outro, o nosso modo de vida pode mudar drasticamente, impedindo-nos, por exemplo, de ver os nossos familiares, companheiros e amigos. Em muitos países, os Estados reagiram. Ouviram a ciência e conseguiram estabelecer limites para garantir o bem comum e travaram, pelo menos durante algum tempo, este “mecanismo gigantesco” que funciona quase automaticamente, onde os povos e os indivíduos são meras engrenagens (cf. s. João Paulo ii , Encíclica *Sollicitudo rei socialis* , 22).

Todos nós sofremos a dor do fechamento, mas vós, como sempre, sofrestes o pior. Em bairros sem infraestruturas básicas (onde vivem muitos de vós e milhões e milhões de pessoas), é difícil ficar em casa; não só porque não se tem tudo o que é necessário para realizar as medidas mínimas de cuidado e proteção, mas simplesmente porque a casa é o bairro. Migrantes, pessoas sem documentos, trabalhadores informais sem um rendimento fixo foram privados, em muitos casos, de qualquer apoio estatal e impedidos de desempenhar as suas tarefas habituais, agravando a sua pobreza já por si devastadora. Uma das expressões desta cultura de indiferença é que parece que este “terceiro” sofredor do nosso mundo não é suficientemente objeto de interesse para os principais meios de comunicação e formadores de opinião. Não aparece. Permanece escondido, “agachado”.

Gostaria também de me referir a uma pandemia silenciosa que atinge há anos crianças, adolescentes e jovens de todas as classes sociais; e acredito que, neste tempo de isolamento, ela cresceu ainda mais. Trata-se do estresse e da ansiedade crónica, ligados a vários fatores como a hiper-conetividade, desconcerto e falta de perspetivas futuras, que se agrava sem contacto real com os outros — famílias, escolas, centros desportivos, oratórios, paróquias; em suma, agrava-se pela falta de contacto real com os amigos, pois a amizade é a forma na qual o amor volta sempre a nascer.

É evidente que a tecnologia pode ser um instrumento para o bem, e é um instrumento de bem, permitindo diálogos como este e muitas outras coisas, mas nunca pode substituir o contacto entre nós, nunca pode substituir uma comunidade na qual possamos criar raízes e na qual possamos tornar as nossas vidas frutuosas.

E, por falar em pandemias, não podemos deixar de nos interrogar sobre o flagelo da crise alimentar. Apesar dos avanços da biotecnologia, milhões de pessoas têm sido privadas de alimentos, apesar de estes estarem disponíveis. Mais de vinte milhões de pessoas foram arrastadas para níveis extremos de insegurança alimentar este ano, aumentando para [muitos] milhões. A indigência grave multiplicou-se. O preço dos alimentos tem subido acentuadamente. Os números da fome são horrendos, e estou a pensar, por exemplo, em países como a Síria, Haiti, Congo, Senegal, Iémen, Sudão do Sul; mas a fome também é sentida em muitos outros países do mundo pobre e, não raro, também no mundo rico. É possível que as mortes anuais relacionadas com a fome possam exceder as da Covid³². Mas isto não faz notícia, não gera empatia.

³² «O vírus da fome multiplica-se», relatório da Oxfam de 9 de julho de 2021, baseado no Global Report on Food Crises (grfc) do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas.

Quero agradecer-vos porque sentistes a dor dos outros como se fosse vossa. Sabeis mostrar o rosto da verdadeira humanidade, a humanidade que não se constrói voltando as costas ao sofrimento daqueles que nos rodeiam, mas sim no paciente, comprometido e muitas vezes até doloroso reconhecimento de que a outra pessoa é meu irmão (cf. Lc 10, 25-37) e que as suas tristezas, alegrias e sofrimentos são também os meus (cf. Conc. Ecum. Vat. ii , Const. past. *Gaudium et spes*, 1). Ignorar quantos caíram é ignorar a nossa própria humanidade que grita em cada um dos nossos irmãos.

Cristãos e não, respondestes a Jesus que disse aos seus discípulos diante do povo faminto: «Dai-lhe vós mesmos de comer (Mt 14, 16). E onde havia escassez, o milagre da multiplicação repetiu-se em vós que lutastes incansavelmente para que a ninguém faltasse pão (cf. Mt 14, 13-21).

Obrigado!

Como os médicos, enfermeiros e pessoal de saúde nas trincheiras sanitárias, colocastes os vossos corpos nas trincheiras dos bairros marginalizados. Tenho em mente muitos, entre aspas, “mártires” desta solidariedade, dos quais soube através de vós. O Senhor tê-los-á em conta.

Se todos aqueles que por amor lutaram juntos contra a pandemia pudessem também sonhar juntos com um novo mundo, como tudo seria diferente! Sonhar juntos.

2. Bem-aventurados

Sois, como vos disse na carta que vos enviei no ano passado³³, um verdadeiro exército invisível; sois uma parte fundamental dessa humanidade que luta pela vida face a um sistema de morte. Nesta dedicação, vejo o Senhor que se faz presente no meio de nós para nos dar o seu Reino. Quando Jesus nos apresentou o “protocolo” pelo qual seremos julgados — cf. Mt 25 — disse-nos que a salvação consistia em cuidar dos famintos, dos doentes, dos prisioneiros, dos estranhos, em suma, em reconhecê-lo e servi-lo em toda a humanidade sofredora. Portanto, apetece-me dizer-vos: «Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados» (Mt 5, 6); «Bem-aventurados os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus» (Mt 5, 9).

Queremos que esta bem-aventurança se estenda, penetre e unja cada canto e cada espaço onde a vida está ameaçada. Mas acontece-nos, como povo, como comunidade, como família e até individualmente, ter que enfrentar situações que nos paralisam, onde o horizonte desaparece e a perplexidade, o medo, a impotência e a injustiça parecem tomar conta do presente. Também sentimos resistências às mudanças de que precisamos e pelas quais aspiramos, resistências que são profundas, enraizadas, que vão além das nossas forças e decisões. É o que a Doutrina Social da Igreja chamou “estruturas de pecado”, que também somos chamados a converter e que não podemos ignorar quando pensamos em como agir. A mudança pessoal é necessária, mas também é essencial adaptar os nossos modelos socioeconómicos para que tenham um rosto humano, pois muitos modelos o

³³ *Carta aos movimentos populares*, 12 de abril de 2020.

perderam. E, pensando nestas situações, torno-me insistente no pedir. E começo a pedir. A pedir a todos. E a todos quero pedir em nome de Deus.

Aos grandes laboratórios, que liberalizem as patentes. Que realizem um gesto de humanidade e permitam que cada país, cada povo, cada ser humano, tenha acesso à vacina. Há países onde apenas três, quatro por cento dos habitantes foram vacinados.

Quero pedir, em nome de Deus, aos grupos financeiros e organismos internacionais de crédito que permitam que os países pobres garantam as necessidades básicas ao seu povo e perdoar as dívidas tão frequentemente contraídas contra os interesses desses mesmos povos.

Quero pedir, em nome de Deus, às grandes empresas mineiras, petrolíferas, florestais, imobiliárias e agro-alimentares que deixem de destruir florestas, zonas húmidas e montanhas, que deixem de poluir rios e mares, que deixem de intoxicar as pessoas e os alimentos.

Quero pedir, em nome de Deus, às grandes empresas alimentares que deixem de impor estruturas monopolistas de produção e distribuição que inflacionam os preços e acabam por ficar com o pão dos famintos.

Quero pedir, em nome de Deus, aos fabricantes e traficantes de armas que cessem totalmente as suas atividades, que fomentam a violência e a guerra, muitas vezes como parte de jogos geopolíticos cujo custo são milhões de vidas e deslocações.

Quero pedir, em nome de Deus, aos gigantes da tecnologia que deixem de explorar a fragilidade humana, as vulnerabilidades das pessoas, para obterem lucro, independentemente de como aumentam os discursos de ódio, o grooming [aliciamento de menores na internet], as *fake news* [notícias falsas], as teorias da conspiração, a manipulação política.

Quero pedir, em nome de Deus, aos gigantes das telecomunicações que liberalizem o acesso aos conteúdos educativos e o intercâmbio com os professores através da internet, para que as crianças pobres possam receber uma educação em contextos de quarentena.

Quero pedir, em nome de Deus, aos meios de comunicação social que ponham fim à lógica da pós-verdade, da desinformação, da difamação, da calúnia e daquela atração doentia pelo escândalo e pelo duvidoso; que procurem contribuir para a fraternidade humana e a empatia com as pessoas mais feridas.

Quero pedir, em nome de Deus, aos países poderosos que cessem as agressões, bloqueios e sanções unilaterais contra qualquer país em todas as partes do mundo. Não ao neocolonialismo. Os conflitos devem ser resolvidos em organismos multilaterais, tais como as Nações Unidas. Já vimos como acabam as intervenções, invasões e ocupações unilaterais, mesmo que se realizem sob os mais nobres motivos ou coberturas.

Este sistema, com a sua lógica implacável de lucro, está a fugir de qualquer controlo humano. É tempo de pôr travões à locomotiva, uma locomotiva fora de controlo que nos está a conduzir rumo ao abismo. Ainda há tempo.

Aos governos em geral, aos políticos de todos os partidos, quero pedir, juntamente com os pobres da terra, que representem os seus povos e que trabalhem para o bem comum. Quero pedir-lhes a coragem de olhar para os próprios povos, de fitar as pessoas nos olhos, e a coragem de saber que o bem de um povo é muito mais do que um consenso entre as partes (cf. Exort. ap. *Evangelii gaudium*, 218). Que evitem ouvir apenas as elites económicas, tão frequentemente os porta-vozes de ideologias superficiais que se esquivam das verdadeiras questões da humanidade. Que estejam ao serviço dos povos que pedem terra, habitação, trabalho e uma vida boa. Aquele “bom viver” aborígine que não é a “dolce vita” nem o “dolce far niente”, não. Aquele bom viver humano que nos coloca em harmonia com toda a humanidade, com toda a criação.

Gostaria também de pedir a todos nós, líderes religiosos, que nunca usemos o nome de Deus para fomentar guerras nem golpes. Apoiemos os povos, os trabalhadores, os humildes, e lutemos juntamente com eles para que o desenvolvimento humano integral se torne uma realidade. Construamos pontes de amor para que a voz da periferia, com o seu pranto, mas também com o seu canto e a sua alegria, não provoque temor, mas empatia no resto da sociedade.

E assim sou insistente no pedir.

É necessário que juntos confrontemos os discursos populistas de intolerância, xenofobia, aporofobia — que é o ódio aos pobres — bem como todos aqueles que nos levam à indiferença, à meritocracia e ao individualismo, estas narrativas serviram apenas para dividir os nossos povos e para minar e neutralizar a nossa capacidade poética, a nossa capacidade de sonhar juntos.

3. Sonhemos juntos!

Irmãs e irmãos, sonhemos juntos! E como vos peço isto, juntamente convosco, também quero partilhar algumas reflexões sobre o futuro que devemos construir e sonhar. Digo reflexões, mas talvez precisaria de dizer sonhos, porque neste momento os nossos cérebros e as nossas mãos não são suficientes, precisamos também do coração e da imaginação: precisamos de sonhar para não voltarmos atrás. Precisamos de usar essa faculdade mais excelente do ser humano que é a imaginação, aquele lugar onde a inteligência, a intuição, a experiência e a memória histórica se encontram para criar, compor, aventurar e arriscar. Sonhemos juntos, porque foram precisamente os sonhos de liberdade, igualdade, justiça e dignidade, os sonhos de fraternidade que melhoraram o mundo. E estou convencido de que através destes sonhos passa o sonho de Deus para todos nós, que somos seus filhos.

Sonhemos juntos, sonhemos entre nós, sonhemos com os outros. Sabei que sois chamados a participar nos grandes processos de mudança, como vos disse na Bolívia: «O futuro da humanidade está, em grande medida, nas vossas mãos, na vossa capacidade de

vos organizar e promover alternativas criativas» (*Discurso aos movimentos populares*, Santa Cruz de la Sierra, 9 de julho de 2015). Está nas vossas mãos.

“Mas são situações inalcançáveis”, dirão alguns. Sim, mas têm a capacidade de nos pôr em movimento, de nos pôr a caminho. E reside precisamente nisto toda a vossa força, todo o vosso valor. Porque sois capazes de ir além das autojustificações míopes e dos convencionalismos humanos que só podem continuar a justificar as coisas como elas são. Sonhai! Sonhai juntos. Não caiais naquela resignação dura e perdedora... O Tango exprime-o bem: “Coragem, tudo vai correr bem! É tudo a mesma coisa. Lá em baixo, no inferno, encontrar-nos-emos”. Não, não, por favor, não caiais nisto. Os sonhos são sempre perigosos para aqueles que defendem o status quo, porque desafiam a paralisia que o egoísmo dos fortes e o conformismo dos fracos querem impor. E aqui há uma espécie de pacto que não foi feito, mas que é inconsciente: aquele entre o egoísmo dos fortes e o conformismo dos fracos. Mas não pode funcionar desta forma. Os sonhos transcendem os limites estreitos que nos são impostos e propõem novos mundos possíveis. E não estou a falar de fantasias superficiais que confundem viver bem com divertir-se, que nada mais é do que passar o tempo a preencher o vazio de sentido e assim permanecer à mercê da primeira ideologia do dia. Não, não é isso, mas sonhar por esse bom viver em harmonia com toda a humanidade e criação.

Mas qual é um dos maiores perigos que enfrentamos hoje? Durante a minha vida — não tenho quinze anos, tenho alguma experiência — pude perceber que nunca se sai de uma crise da mesma maneira. Não sairemos desta crise pandémica da mesma forma: ou saímos melhores ou saímos piores, não como antes. Nunca mais sairemos da mesma forma. E hoje temos de enfrentar esta questão juntos, sempre juntos: “Como sairemos desta crise? Melhores ou piores? Claro que queremos sair melhores, mas para isso temos de quebrar os vínculos do que é fácil e da aceitação passiva do “não há alternativa”, do “este é o único sistema possível”, daquela resignação que nos destrói, que nos leva a refugiar-nos apenas no “salve-se quem puder”. E para isso precisamos de sonhar. Preocupa-me que, embora ainda estejamos paralisados, já existam projetos em curso para rearmar a mesma estrutura socioeconómica que tínhamos antes, porque é mais fácil. Escolhamos o caminho difícil, saíamos melhores.

Na *Fratelli tutti* utilizei a parábola do Bom Samaritano como a representação mais clara desta escolha comprometida com o Evangelho. Um amigo meu disse-me que a figura do Bom Samaritano está associada por uma certa indústria cultural a uma personagem um pouco tonta. Esta é a distorção que causa o hedonismo depressivo que pretende neutralizar o poder transformador dos povos, especialmente da juventude.

Sabeis o que me vem agora à mente, juntamente com os movimentos populares, quando penso no Bom Samaritano? Sabeis o que me vem à mente? Os protestos sobre a morte de George Floyd. É evidente que este tipo de reação contra a injustiça social, racial ou maxista pode ser manipulada ou explorada por maquinações políticas ou coisas semelhantes; mas o essencial é que, naquela manifestação contra aquela morte, estava o “samaritano coletivo” (que não era tolo!). Aquele movimento não foi adiante quando viu a ferida da dignidade humana infligida por um tal abuso de poder. Os movimentos populares não são apenas poetas sociais, mas também “samaritanos coletivos”.

Há tantos jovens nestes processos que fazem vir em mim a esperança...; mas há muitos outros jovens que estão tristes, que talvez para sentirem algo neste mundo precisam de recorrer aos consolos baratos oferecidos pelo sistema consumista e narcotizante. E outros — é triste — outros optam por sair totalmente do sistema. As estatísticas dos suicídios de jovens não são publicadas na sua realidade completa. O que fazeis é muito importante, mas também é importante que se consiga contagiar as gerações presentes e futuras com o que faz o que faz arder o vosso coração. Nisto tendes um duplo trabalho ou responsabilidade. Permanecer atentos, como o Bom Samaritano, a todos aqueles que são feridos pelo caminho mas, ao mesmo tempo, para assegurar que muitos mais se unam a esta atitude: os pobres e oprimidos da terra merecem-no, a nossa casa comum exige-o de nós.

Gostaria de oferecer algumas indicações. A Doutrina Social da Igreja não contém todas as respostas, mas tem alguns princípios que podem contribuir este caminho para tornar as respostas concretas e ajudar tanto os cristãos como os não-cristãos. Por vezes surpreende-me que quando falo destes princípios algumas pessoas fiquem surpreendidas e depois o Santo Padre seja catalogado com uma série de epítetos utilizados para reduzir qualquer reflexão a meros adjetivos desacreditadores. Não fico zangado, fico triste. Faz parte da trama pós-verdade que procura anular qualquer pesquisa humanista alternativa à globalização capitalista; faz parte da cultura do descarte e do paradigma tecnocrático.

Os princípios que exponho são comedidos, humanos, cristãos, compilados no Compêndio elaborado pelo então Pontifício Conselho «Justiça e Paz»³⁴. Trata-se de um pequeno manual da Doutrina Social da Igreja. E por vezes, quando os Papas, quer seja eu, Bento, ou João Paulo ii , dizem alguma coisa, há pessoas que se perguntam: “De onde é que ele tirou isso?”. É a doutrina tradicional da Igreja. Há muita ignorância nisto. Os princípios que expus estão nesse livro, no quarto capítulo. Quero deixar clara uma coisa: eles estão incluídos neste Compêndio e este Compêndio foi desejado por São João Paulo ii . Recomendo-vos, e a todos os líderes sociais, sindicais, religiosos, políticos e empresariais, que o leiais.

No capítulo quatro deste documento encontramos princípios como a opção preferencial pelos pobres, o destino universal dos bens, a solidariedade, a subsidiariedade, a participação, o bem comum, que são mediações concretas para implementar a Boa Nova do Evangelho a nível social e cultural. E entristece-me quando alguns irmãos da Igreja ficam aborrecidos por recordarmos estas orientações que pertencem a toda a tradição da Igreja. Mas o Papa não pode deixar de recordar esta doutrina, mesmo que ela aborreça frequentemente as pessoas, pois não é o Papa, mas é o Evangelho que está em questão.

E, neste contexto, gostaria de retomar brevemente alguns dos princípios em que nos apoiamos para levar a cabo a nossa missão. Mencionarei dois ou três, não mais. Um deles é o princípio da solidariedade. Solidariedade não só como uma virtude moral, mas também como um princípio social, um princípio que procura abordar sistemas injustos a fim de construir uma cultura de solidariedade que exprima — diz literalmente o Compêndio — «a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum» (n. 193).

³⁴ Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 2004.

Outro princípio é estimular e promover a participação e a subsidiariedade entre os movimentos e entre os povos, o que pode limitar qualquer esquema autoritário, qualquer coletivismo forçado ou qualquer esquema centrado no Estado. O bem comum não pode ser usado como desculpa para esmagar a iniciativa privada, a identidade local ou projetos comunitários. Portanto, estes princípios promovem uma economia e uma política que reconhecem o papel dos movimentos populares, «da família, dos grupos, das associações, das realidades territoriais locais, por outras palavras, daquelas expressões agregativas de tipo económico, social, cultural, desportivo, recreativo, profissional, político, às quais as pessoas dão vida espontaneamente e que lhes tornam possível um efetivo crescimento social». Isto está no número 185 do Compêndio .

Como podeis ver, caros irmãos e irmãs, estes são princípios equilibrados bem estabelecidos na Doutrina Social da Igreja. Com estes dois princípios, penso que podemos dar o próximo passo do sonho para a ação. Pois é tempo de agir.

4. Tempo de agir

As pessoas dizem-me frequentemente: “Padre, estamos de acordo, mas em termos concretos, o que devemos fazer?”. Não tenho a resposta, por isso temos de sonhar juntos e encontrá-la juntos. No entanto, existem medidas concretas que talvez possam permitir alguma mudança significativa. Estas são medidas que podem ser encontradas nos vossos documentos, nos vossos discursos, e que tomei em consideração, sobre as quais meditei e consultei peritos. Nos encontros anteriores falámos sobre integração urbana, agricultura familiar, economia popular. A estas, que ainda exigem que continuemos a trabalhar em conjunto para as pôr em prática, gostaria de acrescentar outras duas: o salário universal e a redução da jornada de trabalho.

Um rendimento mínimo (o *rmu*) ou salário universal, para que cada pessoa neste mundo tenha acesso aos bens mais elementares da vida. É correto lutar por uma distribuição humana destes recursos. E é tarefa dos governos estabelecer esquemas fiscais e redistributivos para que a riqueza de uma parte seja partilhada equitativamente, sem que isso implique um fardo insuportável, especialmente para a classe média — geralmente, quando existem estes conflitos, é a que mais sofre. Não esqueçamos que as grandes fortunas de hoje são fruto do trabalho, da pesquisa científica e da inovação técnica de milhares de homens e mulheres ao longo de gerações.

A redução da jornada de trabalho é outra possibilidade. O rendimento mínimo é uma possibilidade, a outra é a redução do dia de trabalho. E precisa de ser seriamente analisada. No século xix , os operários trabalhavam doze, catorze, dezasseis horas por dia. Quando conquistaram o dia de oito horas, nada se desmoronou, como alguns sectores tinham previsto. Portanto — insisto — trabalhar menos para que mais pessoas tenham acesso ao mercado de trabalho é algo que precisamos de explorar com alguma urgência. Não pode haver tantas pessoas que sofrem de excesso de trabalho e tantas que sofrem de falta de trabalho.

Penso que estas medidas são necessárias, mas é claro que não são suficientes. Não resolvem o problema subjacente, nem garantem o acesso à terra, à habitação e ao trabalho na quantidade e qualidade que os agricultores sem terra, as famílias sem uma casa segura

e os trabalhadores precários merecem. Nem irão resolver os enormes desafios ambientais que enfrentamos. Mas queria mencioná-las porque são medidas possíveis e marcariam uma mudança positiva de rumo.

É bom saber que não estamos sozinhos nisto. As Nações Unidas procuraram estabelecer algumas metas através dos chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ods), mas infelizmente eles não são conhecidos pelos nossos povos e periferias; e isto recorda-nos a importância de partilhar e envolver todos nesta busca comum.

Irmãs e irmãos, estou convencido de que o mundo pode ser visto mais claramente a partir das periferias. Devemos ouvir as periferias, abrir-lhes as portas e permitir a sua participação. Compreende-se melhor o sofrimento do mundo juntamente com aqueles que sofrem. Na minha experiência, quando pessoas, homens e mulheres, que sofreram na própria carne injustiça, desigualdade, abuso de poder, privação, xenofobia, na minha experiência vejo que compreendem melhor o que os outros estão a experimentar e são capazes de os ajudar a abrir, realisticamente, caminhos de esperança. Como é importante que a vossa voz seja ouvida, representada em todos os lugares onde as decisões são tomadas! Oferecê-la como colaboração, oferecê-la como certeza moral do que deve ser feito. Esforçai-vos por fazer ouvir a vossa voz, e também nesses lugares, por favor, não deixar-vos enquadrar significa não deixar-vos corromper. Duas palavras que têm um significado muito grande, sobre as quais não falarei agora.

Reafirmemos o compromisso que assumimos na Bolívia: pôr a economia ao serviço dos povos para construir uma paz duradoura baseada na justiça social e no cuidado da Casa comum. Continuai a seguir a vossa agenda de terra, casa e trabalho. Continuai a sonhar juntos. E obrigado, muito obrigado, por me deixardes sonhar convosco.

Peçamos a Deus que derrame as suas bênçãos sobre os nossos sonhos. Não percamos a esperança. Recordemos a promessa que Jesus fez aos seus discípulos: «Estarei sempre convosco» (cf. Mt 28, 20); e lembrando-a, neste momento da minha vida, quero dizer-vos que também eu estarei convosco. O importante é que estejais cientes de que Ele está convosco. Obrigado!

Mensagem do Papa Francisco por ocasião do 10º aniversário da *Evangelii gaudium*

24 de novembro de 2023

Amados irmãos e irmãs!

Estou grato ao Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral por ter organizado este simpósio de reflexão sobre a *Evangelii gaudium*, dez anos depois da sua publicação.

Naquela ocasião, dirigi-me aos cristãos para os convidar a uma nova fase no anúncio do Evangelho. Propus recuperar a alegria missionária dos primeiros cristãos, «cheios de coragem, incansáveis no anúncio e capazes de grande resistência ativa»³⁵, até num contexto que, naturalmente, «não era favorável ao anúncio do Evangelho, nem à luta pela justiça, nem à defesa da dignidade humana»³⁶. Foram difamados, perseguidos, torturados, assassinados... e, no entanto, em vez de se fechar, foram o paradigma de uma Igreja em saída, que «soube tomar a iniciativa sem medo, ir ao encontro, procurar os afastados e chegar às encruzilhadas das estradas para convidar os excluídos»³⁷.

Também no nosso tempo existem dificuldades, menos explícitas mas talvez mais insidiosas. Não sendo tão visíveis, agem como uma anestesia ou como o monóxido de carbono dos velhos fogões, que mata silenciosamente. «Em cada momento da história existe a fraqueza humana, a busca doentia de si mesmo, o egoísmo conveniente e, em última análise, a concupiscência que ameaça todos nós. Esta realidade está sempre presente, de uma forma ou de outra»³⁸.

O anúncio do Evangelho no mundo atual continua a exigir da nossa parte «uma resistência profética, como alternativa cultural, diante do individualismo hedonista pagão»³⁹, como a dos Padres da Igreja, resistência perante um sistema que mata, exclui e destrói a dignidade humana; resistência face a uma mentalidade que isola, aliena e limita a vida interior aos próprios interesses, afastando-nos do próximo e de Deus.

Na *Evangelii gaudium*, eu quis mostrar claramente que, chamados a ter «os mesmos sentimentos de Jesus Cristo», a nossa missão evangelizadora e a nossa vida cristã não podem negligenciar os pobres. «Todo o caminho da nossa redenção é marcado pelos pobres»⁴⁰. Todo! A começar pela sua Mãe, a Virgem Santa, uma jovem pobre da periferia remota de um grande império. O próprio Jesus que se fez pobre, que nasceu num estábulo entre animais e camponeses, que cresceu entre operários e ganhou a vida com as próprias mãos e que se cercou de multidões de deserdados, identificou-se com eles, colocou-os

³⁵ Exortação apostólica *Evangelii gaudium* (24 de novembro de 2013), n. 263.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ *Ibidem*, n. 24.

³⁸ *Ibidem*, n. 263.

³⁹ *Ibidem*, n. 193.

⁴⁰ *Ibidem*, n. 197.

no centro do próprio coração, anunciou-lhes primeiro a Boa Nova, prometeu-lhes o Reino dos Céus e enviou todos nós, discípulos missionários, para lhes dar de comer, para lhes distribuir com justiça os bens e defender a sua causa, a ponto de nos indicar claramente que «a misericórdia para com eles é a chave do céu» (cf. Mt 25, 35s)⁴¹.

«É uma mensagem tão clara, tão direta, tão simples e eloquente, que nenhuma hermenêutica eclesial tem o direito de a relativizar»⁴², também porque aqui está em jogo a nossa salvação. Por isso, o Papa não pode deixar de colocar os pobres no centro. Não é política, não é sociologia, não é ideologia, é pura e simplesmente a exigência do Evangelho. As implicações práticas que este princípio indiscutível pode ter em cada contexto, sociedade, pessoa e instituição — nos organismos internacionais e nos governos, nos sindicatos e nos movimentos populares, nas empresas e nas instituições financeiras, nos políticos, nos juizes e nos meios de comunicação social — podem e devem variar, mas aquilo a que ninguém pode subtrair-se ou eximir-se é a dívida de amor que cada cristão — e, ousou dizer, cada ser humano — tem para com os pobres.

A Igreja pode encontrar nos pobres o vento que reacende a chama de um fervor em declínio, como aquele líquido espesso com que os antigos sacerdotes, no tempo de Neemias, reacenderam o fogo do altar depois do exílio, para que resplandecesse «uma grande fogueira, para o assombro de todos»⁴³. No amor ativo que devemos aos pobres está a atenção ao «grande perigo do mundo atual, com as suas múltiplas e opressivas ofertas de consumo; é uma tristeza individualista que brota de um coração acomodado e mesquinho, conotado pela busca doentia de prazeres superficiais e por uma consciência isolada»⁴⁴.

Na *Evangelii gaudium*, sem pretender o monopólio da interpretação da realidade social, afirmei que, para resolver radicalmente os problemas dos pobres, condição necessária para resolver qualquer outro problema, uma vez que a desigualdade é raiz dos males sociais, era necessária uma profunda mudança de mentalidade e de estruturas. Gostaria de falar brevemente sobre estes dois aspetos, inspirando-me nalguns parágrafos da Exortação.

Uma nova mentalidade

«Uma nova mentalidade que pense em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns»⁴⁵.

«A solidariedade é uma reação espontânea de quem reconhece a função social da propriedade e o destino universal dos bens como realidades anteriores à propriedade particular. A posse particular dos bens justifica-se para cuidar deles e aumentá-los de modo a servirem melhor o bem comum, pelo que a solidariedade deve ser vivida como a decisão de devolver ao pobre o que lhe corresponde. Estas convicções e práticas de solidariedade, quando se fazem carne, abrem caminho a outras transformações estruturais, tornando-as possíveis. Uma mudança nas estruturas, sem gerar novas convicções e atitudes, fará com

⁴¹ Ibidem.

⁴² Ibidem, n. 194.

⁴³ 2 Mac 1, 22.

⁴⁴ Exortação apostólica *Evangelii gaudium* (24 de novembro de 2013), n. 2.

⁴⁵ Ibidem, n. 188.

que essas mesmas estruturas, mais cedo ou mais tarde, se tornem corruptas, pesadas e ineficazes»⁴⁶.

«Às vezes trata-se de ouvir o clamor de povos inteiros, dos povos mais pobres da terra, porque “a paz se funda não só no respeito pelos direitos do homem, mas também no respeito pelo direito dos povos”. Lamentavelmente, até os direitos humanos podem ser usados como justificação para uma defesa exacerbada dos direitos individuais ou dos direitos dos povos mais ricos. Respeitando a independência e a cultura de cada Nação, é preciso recordar-se sempre de que o planeta é de toda a humanidade e para toda a humanidade, e que a simples constatação de ter nascido num lugar com menores recursos ou menor desenvolvimento não justifica que algumas pessoas vivam menos dignamente. É preciso repetir que “os mais favorecidos devem renunciar a alguns dos seus direitos, para poder colocar, com mais liberalidade, os seus bens ao serviço dos outros”. Para falar adequadamente dos nossos direitos, é preciso ampliar mais o olhar e abrir os ouvidos ao clamor dos outros povos ou de outras regiões do próprio país. Devemos crescer numa solidariedade que “permita a todos os povos tornar-se artífices do seu destino”, tal como “cada homem é chamado a desenvolver-se”»⁴⁷.

Novas estruturas sociais

As novas estruturas, baseadas nesta renovada mentalidade, devem «renunciar à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira, e agredir as causas estruturais das desigualdades»⁴⁸.

«A dignidade de cada pessoa humana e o bem comum são questões que deveriam estruturar toda a política económica, mas às vezes parecem somente apêndices adicionados de fora para completar um discurso político sem perspectivas nem programas de verdadeiro desenvolvimento integral. Quantas palavras se tornaram molestas para este sistema! Molesta que se fale de ética, molesta que se fale de solidariedade mundial, molesta que se fale de distribuição dos bens, molesta que se fale de defender os postos de trabalho, molesta que se fale da dignidade dos fracos, molesta que se fale de um Deus que exige um compromisso em prol da justiça. Outras vezes acontece que estas palavras se tornam objeto de uma manipulação oportunista que as desonra. A confortável indiferença diante destas questões esvazia a nossa vida e as nossas palavras de todo o significado. A vocação de um empresário é uma nobre tarefa, desde que se deixe interpelar por um sentido mais amplo da vida; isto permite-lhe servir verdadeiramente o bem comum com o seu esforço por multiplicar e tornar os bens deste mundo mais acessíveis a todos»⁴⁹.

«Não podemos mais confiar nas forças cegas e na mão invisível do mercado. O crescimento equitativo exige algo mais do que o crescimento económico, embora o pressuponha; requer decisões, programas, mecanismos e processos especificamente orientados para uma melhor distribuição das entradas, para a criação de oportunidades de trabalho, para uma promoção integral dos pobres que supere o mero assistencialismo. Longe de mim propor um populismo irresponsável, mas a economia não pode mais recorrer

⁴⁶ Ibidem , n. 189.

⁴⁷ Ibidem , n. 190.

⁴⁸ Ibidem , n. 202.

⁴⁹ Ibidem , n. 203.

a remédios que são um novo veneno, como quando se pretende aumentar a rentabilidade reduzindo o mercado de trabalho e criando assim novos excluídos»⁵⁰.

Se não conseguirmos alcançar esta mudança de mentalidade e de estruturas, seremos condenados a ver como se aprofundam as crises climática, sanitária e migratória e, em particular, a violência e as guerras, que põem em perigo toda a família humana, pobres e não pobres, integrados e excluídos, pois «estamos todos no mesmo barco e somos chamados a remar juntos».

Na *Evangelii gaudium* procurei alertar para a seguinte situação:

«Hoje, em muitas partes, reclama-se maior segurança. Mas, enquanto não se eliminar a exclusão e a desigualdade dentro da sociedade e entre os vários povos será impossível desarraigar a violência. Acusam-se da violência os pobres e as populações mais pobres, mas sem igualdade de oportunidades, as várias formas de agressão e de guerra encontrarão um terreno fértil que, mais cedo ou mais tarde, há de provocar a explosão. Quando a sociedade — local, nacional ou mundial — abandona na periferia uma parte de si mesma, não há programas políticos, nem forças da ordem ou serviços secretos que possam garantir indefinidamente a tranquilidade. Isto não acontece apenas porque a desigualdade social provoca a reação violenta de quantos são excluídos do sistema, mas porque o sistema social e económico é injusto na sua raiz. Assim como o bem tende a difundir-se, assim também o mal consentido, que é a injustiça, tende a expandir a sua força nociva e a minar, silenciosamente, as bases de qualquer sistema político e social, por mais sólido que pareça. Se cada ação tem consequências, um mal embrenhado nas estruturas de uma sociedade sempre contém um potencial de dissolução e de morte. É o mal cristalizado nas estruturas sociais injustas, a partir do qual não podemos esperar um futuro melhor. Estamos longe do chamado “fim da história”, já que as condições de um desenvolvimento sustentável e pacífico ainda não estão adequadamente implantadas e realizadas»⁵¹. «Os mecanismos da economia atual promovem uma exacerbação do consumo, mas sabe-se que o consumismo desenfreado, aliado à desigualdade social, é duplamente daninho para o tecido social. Assim, mais cedo ou mais tarde, a desigualdade social gera uma violência que as corridas armamentistas não resolvem e jamais poderão resolver. Servem apenas para tentar enganar aqueles que reclamam maior segurança, como se hoje não se soubesse que as armas e a repressão violenta, mais do que dar solução, criam novos e piores conflitos. Alguns comprazem-se simplesmente em culpar, dos próprios males, os pobres e os países pobres, com generalizações indevidas, e pretendem encontrar a solução numa “educação” que os tranquilize e transforme em seres domesticados e inofensivos. Isto torna-se ainda mais irritante, quando os excluídos veem crescer este câncer social, que é a corrupção profundamente radicada em muitos países — nos seus Governos, empresários e instituições — seja qual for a ideologia política dos governantes»⁵².

Do mesmo modo, as crises climática, sanitária e migratória mergulham as suas raízes na iniquidade desta economia que mata, descarta e destrói a irmã mãe terra, na mentalidade

⁵⁰ Ibidem , n. 204.

⁵¹ Ibidem , n. 59.

⁵² Ibidem , n. 60.

egoísta que a sustenta, de que falei mais detalhadamente na *Laudato si'*. Engana-se quem pensa que se pode salvar sozinho, neste ou no outro mundo.

Dez anos depois da publicação da *Evangelii gaudium*, reafirmamos que só se escutarmos o clamor muitas vezes sufocado da terra e dos pobres poderemos cumprir a nossa missão evangelizadora, levar a vida que Jesus nos propõe e contribuir para resolver os graves problemas da humanidade.

Mais uma vez, obrigado por este Simpósio!

Obrigado pelo que fazeis. Abençoo-vos e acompanho-vos com a oração. E vós, por favor, não vos esqueçais de orar por mim!

Outros documentos do pensamento social do Papa Francisco

Alguns pontos da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (2013)

I. Alguns desafios do mundo actual

52. A humanidade vive, neste momento, uma viragem histórica, que podemos constatar nos progressos que se verificam em vários campos. São louváveis os sucessos que contribuem para o bem-estar das pessoas, por exemplo, no âmbito da saúde, da educação e da comunicação. Todavia não podemos esquecer que a maior parte dos homens e mulheres do nosso tempo vive o seu dia a dia precariamente, com funestas consequências. Aumentam algumas doenças. O medo e o desespero apoderam-se do coração de inúmeras pessoas, mesmo nos chamados países ricos. A alegria de viver frequentemente se desvanece; crescem a falta de respeito e a violência, a desigualdade social torna-se cada vez mais patente. É preciso lutar para viver, e muitas vezes viver com pouca dignidade. Esta mudança de época foi causada pelos enormes saltos qualitativos, quantitativos, velozes e acumulados que se verificam no progresso científico, nas inovações tecnológicas e nas suas rápidas aplicações em diversos âmbitos da natureza e da vida. Estamos na era do conhecimento e da informação, fonte de novas formas dum poder muitas vezes anónimo.

Não a uma economia da exclusão

53. Assim como o mandamento «não matar» põe um limite claro para assegurar o valor da vida humana, assim também hoje devemos dizer «não a uma economia da exclusão e da desigualdade social». Esta economia mata. Não é possível que a morte por enregelamento dum idoso sem abrigo não seja notícia, enquanto o é a descida de dois pontos na Bolsa. Isto é exclusão. Não se pode tolerar mais o facto de se lançar comida no lixo, quando há pessoas que passam fome. Isto é desigualdade social. Hoje, tudo entra no jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso engole o mais fraco. Em consequência desta situação, grandes massas da população vêem-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem perspectivas, num beco sem saída. O ser humano é considerado, em si mesmo, como um bem de consumo que se pode usar e depois lançar fora. Assim teve início a cultura do «descartável», que aliás chega a ser promovida. Já não se trata simplesmente do fenómeno de exploração e opressão, mas duma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora. Os excluídos não são «explorados», mas resíduos, «sobras».

54. Neste contexto, alguns defendem ainda as teorias da «recaída favorável» que pressupõem que todo o crescimento económico, favorecido pelo livre mercado, consegue por si mesmo produzir maior equidade e inclusão social no mundo. Esta opinião, que nunca foi confirmada pelos factos, exprime uma confiança vaga e ingénua na bondade daqueles que detêm o poder económico e nos mecanismos sacralizados do sistema económico reinante. Entretanto, os excluídos continuam a esperar. Para se poder apoiar um estilo de

vida que exclui os outros ou mesmo entusiasmar-se com este ideal egoísta, desenvolveu-se uma globalização da indiferença. Quase sem nos dar conta, tornamo-nos incapazes de nos compadecer ao ouvir os clamores alheios, já não choramos à vista do drama dos outros, nem nos interessamos por cuidar deles, como se tudo fosse uma responsabilidade de outrem, que não nos incumbe. A cultura do bem-estar anestesia-nos, a ponto de perdermos a serenidade se o mercado oferece algo que ainda não compramos, enquanto todas estas vidas ceifadas por falta de possibilidades nos parecem um mero espectáculo que não nos incomoda de forma alguma.

Não à nova idolatria do dinheiro

55. Uma das causas desta situação está na relação estabelecida com o dinheiro, porque aceitamos pacificamente o seu domínio sobre nós e as nossas sociedades. A crise financeira que atravessamos faz-nos esquecer que, na sua origem, há uma crise antropológica profunda: a negação da primazia do ser humano. Criámos novos ídolos. A adoração do antigo bezerro de ouro (cf. Ex 32, 1-35) encontrou uma nova e cruel versão no fetichismo do dinheiro e na ditadura duma economia sem rosto e sem um objectivo verdadeiramente humano. A crise mundial, que investe as finanças e a economia, põe a descoberto os seus próprios desequilíbrios e sobretudo a grave carência duma orientação antropológica que reduz o ser humano apenas a uma das suas necessidades: o consumo.

56. Enquanto os lucros de poucos crescem exponencialmente, os da maioria situam-se cada vez mais longe do bem-estar daquela minoria feliz. Tal desequilíbrio provém de ideologias que defendem a autonomia absoluta dos mercados e a especulação financeira. Por isso, negam o direito de controle dos Estados, encarregados de velar pela tutela do bem comum. Instaura-se uma nova tirania invisível, às vezes virtual, que impõe, de forma unilateral e implacável, as suas leis e as suas regras. Além disso, a dívida e os respectivos juros afastam os países das possibilidades viáveis da sua economia, e os cidadãos do seu real poder de compra. A tudo isto vem juntar-se uma corrupção ramificada e uma evasão fiscal egoísta, que assumiram dimensões mundiais. A ambição do poder e do ter não conhece limites. Neste sistema que tende a fagocitar tudo para aumentar os benefícios, qualquer realidade que seja frágil, como o meio ambiente, fica indefesa face aos interesses do mercado divinizado, transformados em regra absoluta.

Não a um dinheiro que governa em vez de servir

57. Por detrás desta atitude, escondem-se a rejeição da ética e a recusa de Deus. Para a ética, olha-se habitualmente com um certo desprezo sarcástico; é considerada contraproducente, demasiado humana, porque relativiza o dinheiro e o poder. É sentida como uma ameaça, porque condena a manipulação e degradação da pessoa. Em última instância, a ética leva a Deus que espera uma resposta comprometida que está fora das categorias do mercado. Para estas, se absolutizadas, Deus é incontrolável, não manipulável e até mesmo perigoso, na medida em que chama o ser humano à sua plena realização e à independência de qualquer tipo de escravidão. A ética – uma ética não ideologizada – permite criar um equilíbrio e uma ordem social mais humana. Neste sentido, animo os peritos financeiros e os governantes dos vários países a considerarem as palavras dum

sábio da antiguidade: «Não fazer os pobres participar dos seus próprios bens é roubá-los e tirar-lhes a vida. Não são nossos, mas deles, os bens que aferrolhamos»⁵³.

58. Uma reforma financeira que tivesse em conta a ética exigiria uma vigorosa mudança de atitudes por parte dos dirigentes políticos, a quem exorto a enfrentar este desafio com determinação e clarividência, sem esquecer naturalmente a especificidade de cada contexto. O dinheiro deve servir, e não governar! O Papa ama a todos, ricos e pobres, mas tem a obrigação, em nome de Cristo, de lembrar que os ricos devem ajudar os pobres, respeitá-los e promovê-los. Exorto-vos a uma solidariedade desinteressada e a um regresso da economia e das finanças a uma ética propícia ao ser humano.

Não à desigualdade social que gera violência

59. Hoje, em muitas partes, reclama-se maior segurança. Mas, enquanto não se eliminar a exclusão e a desigualdade dentro da sociedade e entre os vários povos será impossível desarraigá-la a violência. Acusam-se da violência os pobres e as populações mais pobres, mas, sem igualdade de oportunidades, as várias formas de agressão e de guerra encontrarão um terreno fértil que, mais cedo ou mais tarde, há-de provocar a explosão. Quando a sociedade – local, nacional ou mundial – abandona na periferia uma parte de si mesma, não há programas políticos, nem forças da ordem ou serviços secretos que possam garantir indefinidamente a tranquilidade. Isto não acontece apenas porque a desigualdade social provoca a reacção violenta de quantos são excluídos do sistema, mas porque o sistema social e económico é injusto na sua raiz. Assim como o bem tende a difundir-se, assim também o mal consentido, que é a injustiça, tende a expandir a sua força nociva e a minar, silenciosamente, as bases de qualquer sistema político e social, por mais sólido que pareça. Se cada acção tem consequências, um mal embrenhado nas estruturas duma sociedade sempre contém um potencial de dissolução e de morte. É o mal cristalizado nas estruturas sociais injustas, a partir do qual não podemos esperar um futuro melhor. Estamos longe do chamado «fim da história», já que as condições dum desenvolvimento sustentável e pacífico ainda não estão adequadamente implantadas e realizadas.

60. Os mecanismos da economia actual promovem uma exacerbação do consumo, mas sabe-se que o consumismo desenfreado, aliado à desigualdade social, é duplamente daninho para o tecido social. Assim, mais cedo ou mais tarde, a desigualdade social gera uma violência que as corridas armamentistas não resolvem nem poderão resolver jamais. Servem apenas para tentar enganar aqueles que reclamam maior segurança, como se hoje não se soubesse que as armas e a repressão violenta, mais do que dar solução, criam novos e piores conflitos. Alguns comprazem-se simplesmente em culpar, dos próprios males, os pobres e os países pobres, com generalizações indevidas, e pretendem encontrar a solução numa «educação» que os tranquilize e transforme em seres domesticados e inofensivos. Isto torna-se ainda mais irritante, quando os excluídos vêem crescer este câncer social que é a corrupção profundamente radicada em muitos países – nos seus Governos, empresários e instituições – seja qual for a ideologia política dos governantes.

⁵³ São João Crisóstomo, *In Lazarum*, II, 6: PG 48, 992D.

Homilia do Santo Padre: "O trabalho é a vocação do homem"

Capela da Casa Santa Marta (Vaticano)

1 de maio de 2020

«E Deus criou» (Gn 1, 27). Um Criador. Criou o mundo, criou o homem, e deu ao homem uma missão: administrar, trabalhar, continuar a criação. A Bíblia usa *trabalho* para descrever esta atividade de Deus: «Tendo Deus acabado no sétimo dia a obra que fizera, descansou de todo o seu *trabalho*» (Gn 2, 2). E confia esta atividade ao homem: “Tendes de fazer isto, conservar aquilo, trabalhar para criar comigo - como se tivesse dito assim - este mundo, para que continue» (cf. Gn 2, 15.19-20). A tal ponto que o trabalho é apenas a continuação da obra de Deus: o trabalho humano é a vocação do homem recebida de Deus no fim da criação do universo.

É o trabalho que torna o homem semelhante a Deus, pois com o trabalho o homem é criador, é capaz de criar, de criar muitas coisas; até mesmo de criar uma família para seguir em frente. O homem é criador e cria com o trabalho. Esta é a vocação. E a Bíblia diz: «Viu Deus que tudo quanto tinha feito era muito bom» (Gn 1, 31). Ou seja, o trabalho tem em si uma bondade e cria a harmonia das coisas - beleza, bondade - e envolve o homem em tudo: no seu pensamento, na sua atuação, em tudo. O homem participa no trabalho. É a primeira vocação do homem: trabalhar. E isto dá dignidade ao homem. É a dignidade que o faz assemelhar-se a Deus. A dignidade do trabalho.

Certa vez, numa Cáritas, a um homem que não tinha trabalho e fora à procura de algo para a família, um empregado dessa entidade [deu-lhe algo para comer e] disse: “Pelo menos podes levar o pão para casa” - “Mas isto não me basta, não me é suficiente”, foi a resposta: “Quero ganhar o pão a fim de o levar para casa”. Faltava-lhe a dignidade, a dignidade de “fazer” o próprio pão, com o seu trabalho, e de o levar para casa. A dignidade do trabalho, que infelizmente é tão espezinhada.

Na história, vemos a brutalidade que fizeram com os escravos: foram levados da África para a América - penso nesta história, que diz respeito à minha terra - e nós dizemos: “Quanta barbárie!”. Mas ainda hoje há muitos escravos, muitos homens e mulheres que não são livres para trabalhar: são obrigados a trabalhar para sobreviver, nada mais. São escravos: o trabalho forçado... Existe o trabalho forçado, injusto, mal pago e que leva o homem a viver com a dignidade espezinhada. Há muitos, muitos no mundo. Muitos! Nos jornais, há alguns meses, vemos que num país da Ásia, um homem espancou até à morte um dos seus empregados que ganhava menos de meio dólar por dia, porque tinha feito algo de errado. A escravatura de hoje é a nossa “indignidade”, porque tira a dignidade dos homens, das mulheres, de todos nós. “Não, eu trabalho, tenho a minha dignidade”. Sim, mas os teus irmãos, não. “Sim, padre, é verdade, mas isto está tão longe, para mim é difícil compreendê-lo. Mas aqui onde estamos...”. Também aqui, no nosso lugar. Aqui, entre nós. Pensa nos trabalhadores, nos diaristas, que tu fazes trabalhar por um salário mínimo e não oito, mas 12, 14 horas por dia: isto acontece hoje, aqui. Em todo o mundo, mas também aqui. Pensa na empregada doméstica que não recebe um salário justo, não tem assistência

da segurança social e nem sequer a possibilidade de se aposentar: isto não acontece apenas na Ásia. Também aqui.

Toda a injustiça que se faz a uma pessoa que trabalha, espezinha a dignidade humana; inclusive a dignidade daquele que comete a injustiça: abaixa-se o nível e acaba-se naquela tensão de ditador-escravo. Ao contrário, a vocação que Deus nos dá é tão bonita: criar, recriar, trabalhar. Mas isto pode ser feito quando as condições são adequadas e a dignidade da pessoa é respeitada.

Unamo-nos hoje a muitos homens e mulheres, crentes e não-crentes, que comemoram o Dia do Trabalhador, o Dia do Trabalho, por aqueles que lutam pela justiça no trabalho, por aqueles - bons empresários - que realizam o trabalho com justiça, mesmo que tenham prejuízo. Há dois meses ouvi ao telefone um empresário, aqui na Itália, que me pedia para rezar por ele porque não queria despedir ninguém e disse: "Pois despedir um deles é despedir-me". A consciência de tantos bons empresários, que amparam os trabalhadores como se fossem filhos! Rezemos também por eles. E peçamos a São José - com este ícone [uma imagem colocada junto do altar] tão bonito, com as ferramentas do trabalho nas mãos - que nos ajude a lutar pela dignidade do trabalho, a fim de que haja trabalho para todos e que seja um trabalho digno. Não trabalho escravo. Que esta seja a oração de hoje!

Alguns pontos da Carta Encíclica *Fratelli Tutti* (2020)

116. Os últimos, em geral, «praticam aquela solidariedade tão especial que existe entre quantos sofrem, entre os pobres, e que a nossa civilização parece ter esquecido, ou pelo menos tem grande vontade de esquecer. Solidariedade é uma palavra que nem sempre agrada; diria que algumas vezes a transformamos num palavrão, que não se pode dizer; mas é uma palavra que expressa muito mais do que alguns gestos de generosidade esporádicos. É pensar e agir em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos sobre a apropriação dos bens por parte de alguns. É também lutar contra as causas estruturais da pobreza, a desigualdade, a falta de trabalho, a terra e a casa, a negação dos direitos sociais e laborais. É fazer face aos efeitos destrutivos do império do dinheiro (...). A solidariedade, entendida no seu sentido mais profundo, é uma forma de fazer história e é isto que os movimentos populares fazem»⁵⁴.

118. O mundo existe para todos, porque todos nós, seres humanos, nascemos nesta terra com a mesma dignidade. As diferenças de cor, religião, capacidade, local de nascimento, lugar de residência e muitas outras não podem antepor-se nem ser usadas para justificar privilégios de alguns em detrimento dos direitos de todos. Por conseguinte, como comunidade, temos o dever de garantir que cada pessoa viva com dignidade e disponha de adequadas oportunidades para o seu desenvolvimento integral.

162. A grande questão é o trabalho. Ser verdadeiramente popular – porque promove o bem do povo – é garantir a todos a possibilidade de fazer germinar as sementes que Deus colocou em cada um, as suas capacidades, a sua iniciativa, as suas forças. Esta é a melhor ajuda para um pobre, o melhor caminho para uma existência digna. Por isso, insisto que «ajudar os pobres com o dinheiro deve sempre ser um remédio provisório para enfrentar emergências. O verdadeiro objetivo deveria ser sempre consentir-lhes uma vida digna através do trabalho»⁵⁵. Por mais que mudem os sistemas de produção, a política não pode renunciar ao objetivo de conseguir que a organização duma sociedade assegure a cada pessoa uma maneira de contribuir com as suas capacidades e o seu esforço. Com efeito, «não há pobreza pior do que aquela que priva do trabalho e da dignidade do trabalho»⁵⁶. Numa sociedade realmente desenvolvida, o trabalho é uma dimensão essencial da vida social, porque não é só um modo de ganhar o pão, mas também um meio para o crescimento pessoal, para estabelecer relações sadias, expressar-se a si próprio, partilhar dons, sentir-se corresponsável no desenvolvimento do mundo e, finalmente, viver como povo.

168. O mercado, por si só, não resolve tudo, embora às vezes nos queiram fazer crer neste dogma de fé neoliberal. Trata-se dum pensamento pobre, repetitivo, que propõe sempre as mesmas receitas perante qualquer desafio que surja. O neoliberalismo reproduz-se sempre igual a si mesmo, recorrendo à mágica teoria do «derrame» ou do «gotejamento» – sem a

⁵⁴ *Discurso aos participantes no Encontro mundial dos Movimentos populares* (28 de outubro de 2014): AAS 106 (2014), 851-852.

⁵⁵ Carta enc. *Laudato si'* (24 de maio de 2015), 128: AAS 107 (2015), 898.

⁵⁶ Francisco, *Discurso ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé* (12 de janeiro de 2015): AAS 107 (2015), 165; cf. Idem, *Discurso aos participantes no Encontro mundial dos Movimentos Populares* (28 de outubro de 2014): AAS 106 (2014), 851-859.

nomear – como única via para resolver os problemas sociais. Não se dá conta de que a suposta redistribuição não resolve a desigualdade, sendo, esta, fonte de novas formas de violência que ameaçam o tecido social. Por um lado, é indispensável uma política económica ativa, visando «promover uma economia que favoreça a diversificação produtiva e a criatividade empresarial»⁵⁷, para ser possível aumentar os postos de trabalho em vez de os reduzir. A especulação financeira, tendo a ganância de lucro fácil como objetivo fundamental, continua a fazer estragos. Por outro lado, «sem formas internas de solidariedade e de confiança mútua, o mercado não pode cumprir plenamente a própria função económica. E, hoje, foi precisamente esta confiança que veio a faltar»⁵⁸. O fim da história não foi como previsto, tendo as receitas dogmáticas da teoria económica imperante demonstrado que elas mesmas não são infalíveis. A fragilidade dos sistemas mundiais perante a pandemia evidenciou que nem tudo se resolve com a liberdade de mercado e que, além de reabilitar uma política saudável que não esteja sujeita aos ditames das finanças, «devemos voltar a pôr a dignidade humana no centro e sobre este pilar devem ser construídas as estruturas sociais alternativas de que precisamos»⁵⁹.

169. Em determinadas visões económicas fechadas e monocromáticas, parece que não têm lugar, por exemplo, os Movimentos Populares que reúnem desempregados, trabalhadores precários e informais e tantos outros que não entram facilmente nos canais já estabelecidos. Na realidade, criam variadas formas de economia popular e de produção comunitária. É necessário pensar a participação social, política e económica segundo modalidades tais «que incluam os movimentos populares e animem as estruturas de governo locais, nacionais e internacionais com aquela torrente de energia moral que nasce da integração dos excluídos na construção do destino comum» e, por sua vez, se incentive a que «estes movimentos, estas experiências de solidariedade que crescem de baixo, do subsolo do planeta, confluam, sejam mais coordenados, se encontrem»⁶⁰. Mas fazê-lo sem trair o seu estilo característico, porque são «semeadores de mudanças, promotores de um processo para o qual convergem milhões de pequenas e grandes ações interligadas de modo criativo, como numa poesia»⁶¹. Neste sentido, são «poetas sociais» que à sua maneira trabalham, propõem, promovem e libertam. Com eles, será possível um desenvolvimento humano integral, que implica superar «a ideia das políticas sociais concebidas como uma política para os pobres, mas nunca com os pobres, nunca dos pobres, e muito menos inserida num projeto que reúna os povos»⁶². Embora incomodem e mesmo se alguns «pensadores» não sabem como classificá-los, é preciso ter a coragem de reconhecer que, sem eles, «a democracia atrofia-se, torna-se um nominalismo, uma formalidade, perde representatividade, vai-se desencarnando porque deixa fora o povo na sua luta diária pela dignidade, na construção de seu destino»⁶³.

⁵⁷ Francisco, Carta enc. *Laudato si'* (24 de maio de 2015), 129: AAS 107 (2015), 899.

⁵⁸ Bento XVI, Carta enc. *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009), 35: AAS 101 (2009), 670.

⁵⁹ Francisco, *Discurso aos participantes no Encontro mundial dos Movimentos Populares* (28 de outubro de 2014): AAS 106 (2014), 858.

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ *Idem*, *Discurso aos participantes no Encontro mundial dos Movimentos Populares* (5 de novembro de 2016): *L'Osservatore Romano* (ed. semanal portuguesa de 10/XI/2016), 10.

⁶² *Ibid.*: o. c., 12.

⁶³ *Ibidem*.

Encontro internacional online: “A economia de Francisco - os jovens, um pacto, o futuro”: mensagem em vídeo do Santo Padre.

21 de novembro de 2020

Estimados jovens, boa tarde!

Obrigado por estardes ali presentes, por todo o trabalho que realizastes, pelo esforço destes meses, apesar das mudanças de programa. Não vos desanimastes, pelo contrário, constatei o nível de reflexão, a qualidade, a seriedade e a responsabilidade com que trabalhastes: nada excluístes do que vos dá alegria, do que vos preocupa, do que vos indigna e do que vos impele a mudar.

A ideia original era encontrar-se em Assis para nos inspirarmos nos passos de São Francisco. Do Crucifixo de São Damiano e de outros rostos — como o do leproso — o Senhor foi ao seu encontro, chamou-o e confiou-lhe uma missão; despojou-o dos ídolos que o isolavam, das perplexidades que o paralisavam e fechou-o na fraqueza habitual do “sempre se fez assim” — esta é uma fraqueza! — ou da tristeza adocicada e insatisfeita daqueles que vivem apenas para si próprios e deu-lhe a capacidade de entoar um canto de louvor, expressão de alegria, liberdade e doação de si. Portanto, para mim este encontro virtual em Assis não é um ponto de chegada, mas o impulso inicial de um processo que somos convidados a viver como *vocação*, como *cultura* e como *pacto*.

A vocação de Assis

“Francesco vai, repara a minha casa que, como vês, está em ruínas”. Estas foram as palavras que moveram o jovem Francisco, tornando-se um apelo especial a cada um de nós. Quando vos sentis chamados, envolvidos e protagonistas da “normalidade” a ser construída, sabeis dizer “sim”, e isto infunde esperança. Sei que aceitastes esta convocação imediatamente, porque sois capazes de ver, analisar e experimentar que não podemos continuar deste modo: o nível de adesão, inscrição e participação neste pacto, que foi além das capacidades, demonstrou-o claramente. Vós manifestais uma especial sensibilidade e preocupação em identificar as questões cruciais que nos interpelam. Fizeste-lo de uma perspectiva particular: a economia, que é o vosso campo de investigação, estudo e trabalho. Sabeis que é urgente *uma narração económica diferente*, é urgente reconhecer responsabilmente que «o atual sistema mundial é insustentável de vários pontos de vista»⁶⁴ e fere a nossa irmã terra, tão maltratada e despojada, e ao mesmo tempo os mais pobres e os excluídos. Caminham juntos: a terra é despojada e há muitos pobres excluídos. Eles são os primeiros prejudicados... e também os primeiros esquecidos.

Mas tende cuidado para não vos deixardes convencer de que se trata apenas um lugar-comum recorrente. É muito mais do que um “rumor” superficial e transitório que pode adormecer e narcotizar ao longo do tempo. Se não quisermos que isto aconteça, sois chamados a incidir concretamente nas vossas cidades e universidades, no trabalho e no

⁶⁴ Carta *Encíclica Laudato si'* (24 de maio de 2015), 61. Doravante, LS.

sindicato, nas empresas e nos movimentos, em gabinetes públicos e privados com inteligência, esforço e convicção, para chegar ao núcleo e ao coração, onde os temas e os paradigmas são elaborados e decididos⁶⁵. Tudo isto me levou a convidar-vos a fazer este pacto. A gravidade da situação atual, que a pandemia de Covid tornou ainda mais evidente, exige uma conscientização responsável de todos os atores sociais, de todos nós, entre os quais vós tendes um papel primordial: as consequências das nossas ações e decisões afetar-vos-ão pessoalmente, pelo que não podem permanecer fora dos lugares onde se gera não o vosso futuro, mas o vosso presente. Não podeis ficar fora do lugar onde o presente e o futuro são gerados. Ou estais envolvidos ou a história passará por cima de vós.

Uma nova cultura

Precisamos de uma mudança, queremos uma mudança, procuramos uma mudança⁶⁶. O problema surge quando nos damos conta de que, para muitas das dificuldades que nos afligem, não temos respostas adequadas e inclusivas; pelo contrário, sofremos de uma fragmentação na análise e no diagnóstico que acaba por bloquear todas as soluções possíveis. Afinal, falta-nos a cultura necessária para permitir e estimular a abertura de diferentes visões, baseadas num tipo de pensamento, política, programas educacionais, e até de uma espiritualidade que não se deixe fechar numa única lógica dominante⁶⁷. Se é urgente encontrar respostas, é indispensável crescer e apoiar grupos dirigentes capazes de desenvolver a cultura, iniciar processos — não vos esqueçais desta palavra: iniciar processos — traçar caminhos, ampliar horizontes, criar pertenças... A fim de ser significativo, cada esforço para administrar, cuidar e melhorar a nossa casa comum exige uma mudança «dos estilos de vida, dos modelos de produção e de consumo, das estruturas consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades»⁶⁸. Se não o fizerdes, nada fareis!

Precisamos de grupos dirigentes comunitários e institucionais que possam enfrentar os problemas sem ficar prisioneiros deles e das próprias insatisfações, e assim desafiar a submissão — muitas vezes inconsciente — a certas lógicas (ideológicas) que acabam por justificar e paralisar todas as ações perante as injustiças. Recordemos, por exemplo, como bem observou Bento XVI, que a fome «não depende tanto de uma escassez material, como sobretudo da escassez de recursos sociais, o mais importante dos quais é de natureza institucional»⁶⁹. Se fordes capazes de resolver isto, tereis o caminho aberto para o futuro. Repito o pensamento do Papa Bento: a fome não depende tanto da escassez material, como sobretudo da escassez de recursos sociais, o mais importante dos quais é de natureza institucional.

A crise social e económica, que muitos sofrem na própria carne e que hipoteca o presente e o futuro no abandono e na exclusão de tantas crianças, adolescentes e famílias inteiras, não tolera que privilegiemos os interesses setoriais em detrimento do bem comum. Devemos voltar um pouco à mística [ao espírito] do bem comum. Neste sentido, permiti-me

⁶⁵ Cf. Exortação Apostólica *Evangelii gaudium* (24 de novembro de 2013), 74. Doravante, EG.

⁶⁶ Cf. *Discurso no Encontro Mundial dos Movimentos Populares*, Santa Cruz de la Sierra, 9 de julho de 2015.

⁶⁷ Cf. LS, 111.

⁶⁸ São João Paulo II, Carta Encíclica *Centesimus annus* (1 de maio de 1991), 58.

⁶⁹ Carta Encíclica *Caritas in veritate* (29 de junho de 2009), 27.

assinalar um exercício que experimentastes como metodologia para uma resolução de conflitos sadia e revolucionária. Durante estes meses, partilhastes várias reflexões e importantes quadros teóricos. Conquistastes concordar sobre 12 temas (as “aldeias”, como lhes chamastes): 12 temas para debater, discutir e identificar caminhos viáveis. Experimentastes a tão necessária cultura do encontro, que é o oposto da cultura do descarte, que está na moda. E esta cultura do encontro permite que muitas vezes estejam ao redor da mesma mesa para dialogar, pensar, debater e criar, de uma perspetiva poliédrica, as diferentes dimensões e respostas aos problemas globais que dizem respeito aos nossos povos e democracias⁷⁰. Como é difícil progredir rumo a soluções reais, quando é desacreditado, difamado e descontextualizado o interlocutor que não pensa como nós! Este desacreditar, difamar ou descontextualizar o interlocutor que não pensa como nós é um modo de se defender desprezivelmente contra as decisões que eu deveria tomar para resolver muitos problemas. Nunca esqueçamos que «o todo é mais do que a parte, sendo também mais do que a simples soma delas»⁷¹, e que «a mera soma dos interesses individuais não é capaz de gerar um mundo melhor para toda a humanidade»⁷².

Este exercício de encontro para além de todas as diferenças legítimas é o passo fundamental para qualquer transformação que ajude a dar vida a uma nova mentalidade cultural e, portanto, económica, política e social; pois não será possível comprometer-se em grandes projetos apenas a partir de uma perspetiva teórica ou individual, sem um espírito que vos anime, sem algumas motivações interiores que deem sentido, sem uma pertença e um enraizamento que deem fôlego à ação pessoal e comunitária⁷³.

Assim, o futuro será um tempo especial, em que nos sentiremos chamados a reconhecer a urgência e a beleza do desafio que se nos depara. Uma época que nos recorda que não estamos condenados a modelos económicos que centram o seu interesse imediato nos lucros, como unidade de medida, e na busca de políticas públicas semelhantes que ignoram o seu custo humano, social e ambiental⁷⁴. Como se pudéssemos contar com uma disponibilidade absoluta, ilimitada ou neutra de recursos. Não, não somos obrigados a continuar a admitir e a tolerar em silêncio, no nosso comportamento, «que alguns se sintam mais humanos que outros, como se tivessem nascido com maiores direitos»⁷⁵, ou privilégios para o gozo garantido de certos bens ou serviços essenciais⁷⁶. Também não basta

⁷⁰ Cf. Discurso no *Simpósio “Novas formas de fraternidade solidária, inclusão, integração e inovação”*, organizado pela Pontifícia Academia das Ciências Sociais (5 de fevereiro de 2020). Recordemos que «a verdadeira sabedoria, fruto da reflexão, do diálogo e do encontro generoso entre as pessoas, não se adquire com uma mera acumulação de dados que, numa espécie de poluição mental, acabam por saturar e confundir» (LS, 47).

⁷¹ EG, 235.

⁷² Carta Encíclica *Fratelli tutti* (3 de outubro de 2020), 105. Doravante, FT.

⁷³ Cf. LS, 216.

⁷⁴ Favorecendo, se for necessário, a evasão fiscal, o desrespeito dos direitos dos trabalhadores, bem como «a possibilidade de corrupção por parte de algumas das maiores corporações do mundo, não raro em consonância com algum setor político dominante» (*Discurso no Simpósio “Novas formas de fraternidade solidária, inclusão, integração e inovação”*, cit.)

⁷⁵ LS, 90. Por exemplo, «culpar o incremento demográfico em vez do consumismo exacerbado e seletivo de alguns é uma forma de não enfrentar os problemas. Pretende-se, assim, legitimar o atual modelo distributivo, no qual uma minoria se julga com o direito de consumir numa proporção que seria impossível generalizar, porque o planeta não poderia sequer conter os resíduos de tal consumo» (LS, 50).

⁷⁶ Embora todos sejamos dotados da mesma dignidade, nem todos partem da mesma posição e com as mesmas possibilidades, quando se considera a ordem social. Isto questiona-nos e pede-nos que

concentrar-se na busca de cuidados paliativos no terceiro setor ou em modelos filantrópicos. Embora a sua obra seja crucial, nem sempre são capazes de enfrentar estruturalmente os desequilíbrios atuais que atingem os mais excluídos e, involuntariamente, perpetuam as injustiças que procuram combater. Com efeito, não se trata apenas nem exclusivamente de satisfazer as necessidades mais essenciais dos nossos irmãos. É necessário aceitar estruturalmente que os pobres têm dignidade suficiente para participar nos nossos encontros e debates, e levar o pão para as suas casas. E isto é muito mais do que assistencialismo: referimo-nos uma conversão e transformação das nossas prioridades e do lugar do outro nas nossas políticas e na ordem social.

Em pleno século XXI, «já não se trata simplesmente do fenómeno de exploração e opressão, mas de uma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder já não está nela, mas fora»⁷⁷. Prestai atenção a isto: com a exclusão, é atingida na sua raiz a pertença à sociedade em que se vive, uma vez que não se vive nas favelas, na periferia ou sem poder, mas fora. É a cultura do descarte, que não só descarta, como também obriga a viver no próprio descarte, tornado invisível para além do muro da indiferença e do conforto.

Lembro-me da primeira vez que vi um bairro fechado. Não sabia que eles existiam. Foi em 1970. Tive que ir visitar alguns noviciados da Companhia, e cheguei a um país, e depois, passando pela cidade, disseram-me: “Não, não se pode ir ali, porque este é um bairro fechado”. Dentro havia muros, no interior havia casas, ruas, mas fechadas: ou seja, um bairro que vivia na indiferença. Surpreendeu-me muito ver isto. Mas depois isto cresceu, cresceu... e estava em toda a parte. Mas pergunto-te: o teu coração é como um bairro fechado?

O pacto de Assis

Não podemos continuar a adiar certos assuntos. Esta tarefa enorme e inadiável exige um compromisso generoso na esfera cultural, na formação académica e na investigação científica, sem nos perdermos em modas intelectuais nem em poses ideológicas — que são ilhas — que nos isolam da vida e do sofrimento concreto do povo⁷⁸. É tempo, queridos jovens economistas, empresários, trabalhadores e dirigentes empresariais, é tempo de ousar o risco de fomentar e estimular modelos de desenvolvimento, progresso e sustentabilidade em que as pessoas, e especialmente os excluídos (e entre eles, também a irmã terra), deixem de ser — no melhor dos casos — uma presença meramente nominal, técnica ou funcional para se tornar protagonistas das suas vidas, assim como de todo o tecido social.

pensemos em modalidades em que a liberdade e a igualdade não sejam apenas um dado nominal que se preste a fomentar a injustiça (cf. FT, 21-23). Far-nos-á bem interrogar-nos: «O que acontece sem uma fraternidade conscientemente cultivada, sem uma vontade política de fraternidade, traduzida numa educação para a fraternidade, para o diálogo, para a descoberta da reciprocidade e do enriquecimento mútuo como valores?» (FT, 103).

⁷⁷ Num mundo de virtualidade, mudança e fragmentação, os direitos sociais não podem ser somente exortações nem apelos nominalistas, mas devem ser farol, bússola do caminho, pois «o estado de saúde das instituições de uma sociedade tem consequências no meio ambiente e na qualidade de vida humana» (LS, 142).

⁷⁸ Cf. Constituição Apostólica *Veritatis gaudium* (8 de dezembro de 2017), 3.

Isto não seja algo nominal: há os pobres, os excluídos... Não, não, que a presença não seja nominal, nem técnica, nem funcional. É hora que eles se tornem protagonistas da sua vida, assim como de todo o tecido social. Não pensemos por eles, pensemos com eles. Recordai o legado do Iluminismo, das elites iluminadas. Tudo pelo povo, nada com o povo. E isto não funciona. Não pensemos por eles, pensemos com eles. E deles aprendamos a fazer progredir modelos económicos que beneficiem todos, porque a abordagem estrutural e decisória será determinada pelo desenvolvimento humano integral, tão bem elaborado pela doutrina social da Igreja. A política e a economia não devem «submeter-se aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia. Pensando no bem comum, hoje precisamos imperiosamente que a política e a economia, em diálogo, se coloquem decididamente ao serviço da vida, especialmente da vida humana»⁷⁹. Sem esta centralidade e esta orientação, continuaremos prisioneiros de uma circularidade alienante que perpetuará apenas dinâmicas de degradação, exclusão, violência e polarização: «Qualquer programa feito para aumentar a produção não tem, afinal, razão de ser, senão colocado ao serviço da pessoa. Deve reduzir desigualdades, combater discriminações, libertar o homem da servidão [...] Não basta aumentar a riqueza comum, para que ela seja repartida equitativamente — não, isto não é suficiente — não basta promover a técnica, para que a terra possa ser habitada de maneira mais humana»⁸⁰. Nem sequer isto é suficiente!

A perspetiva do desenvolvimento humano integral é uma boa notícia a profetizar e implementar — e não se trata de sonhos: este é o caminho — uma boa notícia a profetizar e implementar, pois propõe que nos encontremos como humanidade com base no melhor de nós mesmos: o sonho de Deus, que aprendamos a cuidar do nosso irmão, e do nosso irmão mais vulnerável (cf. Gn 4, 9). «A grandeza da humanidade determina-se essencialmente na relação com o sofrimento e com quem sofre — a grandeza da humanidade. Isto vale tanto para o indivíduo como para a sociedade»⁸¹; uma medida que deve encarnar-se inclusive nas nossas decisões e modelos económicos.

Como é bom deixar ressoar as palavras de São Paulo VI quando, no desejo de que a mensagem evangélica permeasse e guiasse todas as realidades humanas, escreveu: «O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento económico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo [...] — todo o homem e o homem todo! - não aceitamos que o económico se separe do humano; nem o desenvolvimento das civilizações em que ele se incluiu. O que conta para nós é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até chegar à humanidade inteira»⁸².

Neste sentido, muitos de vós terão a oportunidade de agir e influenciar as decisões macroeconómicas, onde está em jogo o destino de muitas nações. Estes cenários necessitam também de pessoas preparadas, «prudentes como as serpentes e simples como as pombas» (Mt 10, 16), capazes de «velar pelo desenvolvimento sustentável dos países, evitando uma sujeição sufocante desses países a sistemas de crédito que, longe de promover o progresso, submetem as populações a mecanismos de maior pobreza, exclusão e dependência»⁸³. Sozinhos, os sistemas de crédito são um caminho para a pobreza e a

⁷⁹ LS, 189.

⁸⁰ São Paulo VI, Carta Encíclica *Populorum progressio* (26 de março de 1967), 34. Doravante, PP.

⁸¹ Bento XVI, Carta Encíclica *Spe salvi* (30 de novembro de 2007), 38.

⁸² PP, 14.

⁸³ Discurso na Assembleia Geral da ONU (25 de setembro de 2015).

dependência. Este protesto legítimo apela ao estímulo e acompanhamento de um modelo de solidariedade internacional que reconheça e respeite a interdependência entre as nações, favorecendo mecanismos de controle capazes de evitar qualquer tipo de submissão, bem como de supervisionar a promoção dos países mais desfavorecidos e em desenvolvimento; cada povo é chamado a tornar-se artífice do próprio destino e do mundo inteiro⁸⁴.

* * *

Caros jovens, «Hoje temos à nossa frente a grande ocasião de expressar o nosso ser irmãos, de ser outros bons samaritanos que tomam sobre si a dor dos fracassos, em vez de fomentar ódios e ressentimentos»⁸⁵. Um futuro imprevisível já está em gestação; cada um de vós, partindo do lugar onde trabalha e decide, pode fazer muito; não escolhais atalhos, que vos seduzem e impedem de vos misturardes para ser fermento onde vos encontrais (cf. Lc 13, 20-21). Evitar atalhos, levedura, sujar as mãos. Após a crise sanitária que atravessamos, a pior reação seria cair ainda mais no consumismo febril e em novas formas de autoproteção egoísta. Não vos esqueçais, de uma crise nunca saímos da mesma forma: ou saímos melhores ou piores. Façamos crescer o que é bom, aproveitemos a oportunidade e coloquemo-nos todos ao serviço do bem comum. Queira o Céu que no final já não haja “os outros”, mas que aprendamos a amadurecer um estilo de vida em que saibamos dizer “nós”⁸⁶. Mas um grande “nós”, não um pequeno “nós” e depois “os outros”, não, isto não funciona!

A história ensina-nos que não existem sistemas nem crises que possam anular completamente a capacidade, o engenho e a criatividade que Deus não cessa de suscitar nos corações. Com dedicação e fidelidade aos vossos povos, ao vosso presente e futuro, podeis unir-vos aos outros para tecer um novo modo de fazer a história. Não tenhais medo de vos envolver e de tocar a alma das cidades com o olhar de Jesus; não tenhais medo de habitar corajosamente os conflitos e as encruzilhadas da história, para os ungir com o aroma das bem-aventuranças. Não tenhais medo, pois ninguém se salva sozinho. Ninguém se salva sozinho! A vós jovens, provenientes de 115 países, dirijo o convite para reconhecer que precisamos uns dos outros para dar vida a esta cultura económica, capaz de «fazer germinar sonhos, suscitar profecias e visões, fazer florescer a esperança, estimular confiança, faixar feridas, entrançar relações, ressuscitar uma aurora de esperança, aprender uns dos outros, e criar um imaginário positivo que ilumine as mentes, aqueça os corações, restitua força às mãos e inspire aos jovens — a todos os jovens, sem excluir nenhum — a visão de um futuro repleto da alegria do Evangelho»⁸⁷.

Obrigado!

⁸⁴ Cf. PP, 65.

⁸⁵ FT, 77.

⁸⁶ *ibid.*, 35.

⁸⁷ *Discurso no início do Sínodo dedicado aos jovens* (3 de outubro de 2018).

Aos membros da Fundação “Centesimus Annus Pro Pontifice” Discurso do Santo Padre

Sala Clementina

Sábado, 23 de outubro de 2021

Estimados irmãos e irmãs, bom dia!

Sinto-me feliz por me encontrar convosco no contexto do vosso Congresso internacional. Obrigado, Senhora Presidente, pelas suas palavras amáveis — e claras — como sempre faz — claras. Nestes dias abordais temas importantes e essenciais: a solidariedade, a cooperação e a responsabilidade como antídotos contra a injustiça, a desigualdade e a exclusão.

São reflexões importantes, num tempo em que as incertezas e a precariedade que marcam a existência de tantas pessoas e comunidades foram agravadas por um sistema económico que continua a descartar vidas em nome do deus dinheiro, instilando atitudes vorazes em relação aos recursos da Terra e alimentando tantas formas de iniquidade. Não podemos ficar indiferentes a isto. Mas a resposta à injustiça e à exploração não é apenas a denúncia; é acima de tudo a promoção ativa do bem: denunciar o mal, mas promover o bem. E por isso expressei-vos o meu apreço: pelas atividades que desenvolvéis, especialmente no campo da educação e da formação, em particular pelo compromisso em financiar estudos e pesquisas para os jovens sobre os novos modelos de desenvolvimento económico e social inspirados na doutrina social da Igreja. É importante, temos necessidade disto: no terreno poluído pelo predomínio das finanças, precisamos de muitas pequenas sementes que façam brotar uma economia justa e benéfica, à escala humana e digna do homem. Precisamos de possibilidades que se tornem realidades, de realidades que deem esperança. Isto significa traduzir na prática a doutrina social da Igreja.

Retomo a expressão “predomínio das finanças”. Há quatro anos, recebi a visita de uma grande economista, que também tinha um cargo num governo. E ela disse-me que procurou criar um diálogo entre economia, humanismo, fé e religião, e que correu bem, um diálogo que correu bem e continua a correr bem, num grupo de reflexão. Procurei fazer o mesmo — disse-me ela — com as finanças, humanismo e religião, e não pudemos nem sequer começar. Interessante. Isto faz-me pensar. Aquela mulher fez-me sentir que as finanças eram algo de impraticável, algo “líquido”, “gasoso” que acaba como a corrente de Santo António... Conto-vos esta experiência, talvez possa servir.

Precisamente as três palavras que escolhestes — *solidariedade*, *cooperação* e *responsabilidade* — representam os três pilares da doutrina social da Igreja, que vê a pessoa humana, naturalmente aberta à relação, como o vértice da criação e o centro da ordem social, económica e política. Com esta perspectiva, atenta ao ser humano e sensível ao realismo das dinâmicas históricas, a doutrina social contribui para uma visão do mundo que se opõe à individualista, na medida em que se baseia na interligação entre as pessoas e tem como objetivo o bem comum. Ao mesmo tempo, opõe-se à visão coletivista, que hoje

volta a emergir numa nova versão, escondida nos projetos de homologação tecnocrática. Mas, não se trata de uma “vicissitude política”: a doutrina social está ancorada na Palavra de Deus, a fim de orientar processos de promoção humana a partir da fé em Deus que se fez homem. Por isso, deve ser seguida, amada e desenvolvida: apaixonemo-nos novamente pela doutrina social, tornemo-la conhecida: é um tesouro da tradição eclesial! Foi precisamente estudando-a que também vós vos sentistes chamados a comprometer-vos contra as desigualdades, que prejudicam em particular os mais frágeis, e a trabalhar por uma fraternidade real e efetiva.

Solidariedade, cooperação, responsabilidade: três palavras que nestes dias colocais no centro das vossas reflexões e que recordam o mesmo mistério de Deus, que é a Trindade. Deus é uma comunhão de Pessoas e orienta-nos para nos realizarmos através da generosa abertura *aos outros* (solidariedade), através da colaboração *com os outros* (cooperação), mediante o compromisso *pelos outros* (responsabilidade). E fazê-lo em todas as expressões da vida social, através das relações, do trabalho, do compromisso civil, da relação com a criação, da política: em cada âmbito, hoje mais do que nunca, devemos testemunhar a atenção pelos outros, a sair de nós mesmos, a comprometer-nos com gratuidade pelo desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equitativa, na qual não prevaleçam o egoísmo e os interesses de parte. Ao mesmo tempo, somos chamados a vigiar sobre o respeito pela pessoa humana, a sua liberdade e a proteção da sua dignidade inviolável. Eis a missão a implementar pela doutrina social da Igreja.

Prezados amigos, ao levarmos em frente estes valores e este estilo de vida — como sabemos — muitas vezes vamos contra a corrente, mas — recordemos sempre — não estamos sozinhos. Deus fez-se próximo de nós. Não com palavras, mas com a sua presença: em Jesus, Deus encarnou-se. E com Jesus, que se tornou nosso irmão, reconhecamos em cada homem um irmão, em cada mulher uma irmã. Animados por esta comunhão universal, como comunidade crente possamos colaborar sem receio com cada um para o bem de todos: sem fechamentos, sem visões que excluem, sem preconceitos. Como cristãos somos chamados a um amor sem fronteiras nem limites, sinal e testemunho de que podemos superar os muros do egoísmo e dos interesses pessoais e nacionais; o poder do dinheiro que muitas vezes decide as causas dos povos; as cercas das ideologias, que dividem e amplificam o ódio; todas as barreiras históricas e culturais e, sobretudo, a indiferença, aquela cultura da indiferença que, infelizmente, é diária. Todos podemos ser irmãos, e por isso podemos e devemos pensar e agir como irmãos *de* todos. Isto pode parecer uma utopia inatingível. Ao contrário, preferimos acreditar que se trata de um sonho possível, porque é o mesmo sonho do Deus uno e trino. Com a sua ajuda, é um sonho que pode começar a realizar-se até neste mundo.

Portanto, é uma grande tarefa construir um mundo mais solidário, justo e equitativo. Para o crente, não é algo prático desvinculado da doutrina, mas é dar substância à fé, ao louvor de Deus, que ama o homem e a vida. Sim, amados irmãos e irmãs, o bem que se faz por cada pessoa na terra alegra o coração de Deus no céu. Prossegui com coragem o vosso caminho. Acompanho-vos com a oração, abençoo a vós e os vossos esforços. E por favor não vos esqueçais de rezar por mim. Obrigado!

Encontro “Economy of Francesco”: discurso do Santo Padre

Pala-Eventi de Santa María dos Ángeles (Assis)

24 de setembro de 2022

Caríssimas e caríssimos jovens, bom dia! Saúdo todos vós que viestes, que tivestes a possibilidade de estar aqui, mas gostaria de saudar também todos aqueles que não puderam vir aqui, que ficaram em casa: uma recordação a todos! Estamos todos unidos: eles, lá onde estão; nós, aqui.

Esprei mais de três anos por este momento, desde que, a 1 de maio de 2019, vos escrevi a carta que vos convocou e depois vos trouxe aqui a Assis. Para muitos de vós — acabamos de ouvir — o encontro com a Economia de Francisco despertou algo que já tínheis dentro de vós. Já estáveis comprometidos em criar uma nova economia; aquela carta uniu-vos, deu-vos um horizonte mais amplo, fez-vos sentir parte de uma comunidade mundial de jovens que tinham a vossa mesma vocação. E quando um jovem vê noutro jovem a própria chamada, e depois esta experiência se repete com centenas, milhares de outros jovens, então tornam-se possíveis grandes coisas, até ter a esperança de mudar um sistema enorme, um sistema complexo como a economia mundial. Aliás, hoje quase falar de economia parece algo antigo: hoje fala-se de finanças, e as finanças são algo diluído, gasoso, que não se pode apreender. Certa vez, uma boa economista a nível mundial disse-me que tinha feito uma experiência de encontro entre economia, humanismo e religião. E aquele encontro correu bem. Quis fazer o mesmo com as finanças e não conseguiu. Cuidado com esta gasosidade das finanças: deveis retomar a atividade económica a partir das raízes, das raízes humanas, tal como foram feitas. Vós, jovens, com a ajuda de Deus, sabeis fazê-lo, podeis fazê-lo; outras vezes, ao longo da história, os jovens fizeram muitas coisas.

Viveis a vossa juventude numa época não fácil: a crise ambiental, depois a pandemia e agora a guerra na Ucrânia e as outras guerras que continuam há anos em vários países, marcam a nossa vida. A nossa geração deixou-vos em herança muitas riquezas, mas não soubemos salvar o planeta e não preservamos a paz. Quando ouvís dizer que num ano os pescadores de San Benedetto del Tronto tiraram do mar 12 toneladas de lixo, plástico e coisas deste género, vedes que não sabemos proteger o meio ambiente. E, consequentemente, também não preservamos nem sequer a paz. Sois chamados a tornar-vos artífices e construtores da casa comum, uma casa comum que “está em ruínas”. Digamo-lo: é assim! Uma nova economia, inspirada em Francisco de Assis, pode e deve ser hoje uma economia amiga da terra, uma economia de paz. Trata-se de transformar uma economia que mata (cf. Exortação Apostólica Evangelii gaudium, 53) numa economia da vida, em todas as suas dimensões. Para alcançar este “viver bem”, que não é a dolce vita, nem passar bem, não! Viver bem é aquela mística que os povos aborígenes nos ensinam a ter em relação à terra.

Apreciei a vossa escolha de modelar este encontro de Assis segundo a *profecia*. Gostei do que dissestes sobre a profecia. A vida de Francisco de Assis, após a sua conversão, foi

uma profecia, que continua até no nosso tempo. Na Bíblia, a profecia tem muito a ver com os jovens. Samuel era ainda menino quando foi chamado, Jeremias e Ezequiel eram jovens; Daniel era um jovem quando profetizou a inocência de Susana, salvando-a da morte (cf. Dn 13, 45-50); e o profeta Joel anuncia ao povo que Deus derramará o seu Espírito e «os vossos filhos e filhas se tornarão profetas» (3, 1). De acordo com as Escrituras, os jovens são portadores de um espírito de ciência e inteligência. Foi o jovem David que humilhou a arrogância do gigante Golias (cf. 1 Sm 17, 49-51). Com efeito, quando a comunidade civil e as empresas não têm as capacidades dos jovens, é toda a sociedade que esmorece, é a vida de todos que se apaga. Falta criatividade, falta otimismo, falta entusiasmo, falta coragem para arriscar. Uma sociedade e uma economia sem jovens são tristes, pessimistas, cínicas. Se quiserdes ver isto, ide àquelas universidades ultraespecializadas em economia liberal, e fitai o rosto dos jovens e das jovens que ali estudam. Mas graças a Deus vós estais presentes: não só amanhã, mas também hoje; não sois apenas o “ainda não”, mas também o “já”, sois o presente.

Uma economia que se deixa inspirar pela dimensão profética exprime-se hoje numa nova visão do meio ambiente e da terra. Devemos ir em frente nesta harmonia com o meio ambiente, com a terra. Há muitas pessoas, empresas e instituições que fazem uma conversão ecológica. É preciso seguir este caminho, e fazer mais. Este “mais”, já o fazeis e pedis a todos. Não é suficiente maquilhagem, é preciso questionar o modelo de desenvolvimento. A situação é tal que não podemos simplesmente esperar a próxima assembleia internacional, que pode não ser suficiente: a terra arde hoje, e é hoje que devemos mudar, a todos os níveis. Durante este último ano trabalhastes na *economia das plantas*, um tema inovador. Vistes que o paradigma das plantas contém uma abordagem diferente da terra e do meio ambiente. As plantas sabem cooperar com todo o meio ambiente ao seu redor, e até quando competem, na realidade cooperam para o bem do ecossistema. Aprendamos com a mansidão das plantas: a sua humildade e o seu silêncio podem oferecer-nos um estilo diferente de que precisamos urgentemente. Pois se falarmos de transição ecológica, mas permanecermos no âmbito do paradigma económico do século XX, que depredou os recursos naturais e a terra, as manobras que adotarmos serão sempre insuficientes ou doentias nas raízes. A Bíblia está cheia de árvores e plantas, desde a árvore da vida até ao grão de mostarda. E São Francisco ajuda-nos com a sua fraternidade cósmica com todas as criaturas vivas. Nós, humanos, nos últimos dois séculos, crescemos em desvantagem da terra. Foi ela quem pagou a conta! Saqueamo-la frequentemente para aumentar o nosso bem-estar, nem sequer o bem-estar de todos, mas de um grupinho. Chegou o momento de uma nova coragem no abandono das fontes fósseis de energia, para acelerar o desenvolvimento de fontes de impacto zero ou positivo.

Além disso, devemos aceitar o princípio ético universal — que, porém, não agrada — de que os danos devem ser reparados. Trata-se de um princípio ético, universal: os danos devem ser reparados. Se crescemos abusando do planeta e da atmosfera, hoje devemos também aprender a fazer sacrifícios nos estilos de vida ainda insustentáveis. Caso contrário, serão os nossos filhos e netos que deverão pagar a conta, uma conta que será demasiado alta e injusta. Há seis meses, ouvi um cientista muito importante a nível mundial, que disse: “Ontem nasceu-me uma netinha. Se continuarmos assim, pobrezinha, daqui a trinta anos deverá viver num mundo inabitável”. Serão os filhos e os netos a pagar a conta, uma conta que será demasiado alta e injusta. É necessária uma mudança rápida e decisiva. Digo-o seriamente: conto convosco! Por favor, não nos deixeis em paz, dai-nos o exemplo!

E digo-vos a verdade: para viver neste caminho é preciso coragem e às vezes é preciso uma pitada de heroicidade. Num encontro ouvi um jovem de 25 anos, que tinha acabado de se formar engenheiro de alto nível, dizer que não conseguia encontrar trabalho; depois, encontrou-o numa indústria que não sabia bem o que era; quando estudou o que devia fazer — desempregado, em condições de trabalhar — recusou-o, porque se fabricavam armas. Estes são os heróis de hoje!

Depois, a sustentabilidade é uma *palavra de muitas dimensões*. Para além da ambiental, existem também as dimensões social, relacional e espiritual. Lentamente, a social começa a ser reconhecida: damo-nos conta de que o grito dos pobres e o grito da terra são o mesmo (cf. Enc. *Laudato si'*, 49). Portanto, quando trabalhamos pela transformação ecológica, devemos ter em mente os efeitos que algumas escolhas ambientais têm sobre a pobreza. Nem todas as soluções ambientais têm os mesmos efeitos sobre os pobres e, por conseguinte, devem ser preferidas as que reduzem a miséria e a desigualdade. Enquanto procuramos salvar o planeta, não podemos negligenciar o homem e a mulher que sofrem. A poluição que mata não é apenas o dióxido de carbono, pois também a desigualdade polui mortalmente o nosso planeta. Não podemos permitir que as novas calamidades ambientais apaguem da opinião pública as antigas e sempre atuais calamidades da injustiça social, e inclusive das injustiças políticas. Pensemos, por exemplo, numa injustiça política; o pobre povo martirizado dos Rohingya que vagueia de um lado para o outro porque não pode viver na própria pátria: uma injustiça política!

Há também uma insustentabilidade das nossas *relações*: em muitos países, as relações das pessoas continuam a empobrecer. Especialmente no Ocidente, as comunidades tornam-se cada vez mais frágeis e fragmentadas. A família, nalgumas regiões do mundo, sofre uma grave crise, e com ela o acolhimento e a preservação da vida. O consumismo atual procura preencher o vazio das relações humanas com bens cada vez mais sofisticados — a solidão é um grande negócio no nosso tempo! — mas, desta forma, gera uma carestia de felicidade. E isto é terrível! Pensai no inverno demográfico, por exemplo, como se relaciona com tudo isto. O inverno demográfico no qual todos os países estão a diminuir em grande medida, porque não se fazem filhos, mas é mais importante ter uma relação afetiva com cães, com gatos, e continuar assim. É preciso recomeçar a procriar. Mas também nesta linha do inverno demográfico há a escravidão da mulher: uma mulher que não pode ser mãe porque assim que a barriga começa a crescer, é despedida; às mulheres grávidas nem sempre é permitido trabalhar.

Por fim, há uma *insustentabilidade espiritual* do nosso capitalismo. O ser humano, criado à imagem e semelhança de Deus, antes de ser um averiguador de bens, é um indagador de sentido. Somos todos indagadores de significado. Por isso, o primeiro capital de qualquer sociedade é espiritual, pois é ele que nos dá as razões para nos levantarmos todos os dias e ir trabalhar, gerando a alegria da vida que também é necessária para a economia. O nosso mundo consome rapidamente esta forma essencial de capital acumulado ao longo dos séculos pelas religiões, tradições sapienciais e piedade popular. E assim, sobretudo os jovens sofrem por causa desta falta de sentido: muitas vezes diante da dor e das incertezas da vida, encontram-se com a alma depauperada de recursos espirituais para elaborar sofrimentos, frustrações, desilusões e lutos. Vede como aumentou a percentagem de suicídios juvenis: e não os publicam todos, escondem os números. A fragilidade de muitos jovens deriva da falta deste precioso capital espiritual — pergunto-vos: tendes um capital

espiritual? Cada qual responde dentro de si — um capital invisível mas mais real do que o capital financeiro ou tecnológico. Há necessidade urgente de reconstituir este património espiritual essencial. A técnica pode fazer muito; ensina-nos o “quê” e o “como” agir: mas não nos diz o “porquê”; e assim as nossas ações tornam-se estéreis e não enchem a vida, nem sequer a vida económica.

Encontrando-me na cidade de Francisco, não posso deixar de meditar sobre a *pobreza*. Fazer economia inspirando-se nele significa assumir o compromisso de colocar os pobres no centro. Olhar para a economia a partir deles, olhar para o mundo a partir deles. Sem a estima, o cuidado, o amor pelos pobres, por cada pobre, por cada pessoa frágil e vulnerável, desde o concebido no útero até à pessoa doente e deficiente, até ao idoso em dificuldade, não há “Economia de Francisco”. Diria mais: uma economia de Francisco não pode limitar-se a trabalhar para ou com os pobres. Enquanto o nosso sistema produzir descartes e agirmos segundo este sistema, seremos cúmplices de uma economia que mata. Então, perguntemo-nos: fazemos o suficiente para mudar esta economia, ou limitamo-nos a pintar uma parede mudando a cor, sem alterar a estrutura da casa? Não se trata de dar pinceladas de tinta, não: é preciso mudar a estrutura. Talvez a resposta não consista no que podemos fazer, mas no modo como podemos abrir novos caminhos para que os próprios pobres possam tornar-se os protagonistas da mudança. Neste sentido, há experiências muito grandes e deveras desenvolvidas na Índia e nas Filipinas.

São Francisco amava não só os pobres, mas também a *pobreza*. Este modo de vida austero, digamos assim. Francisco ia ao encontro dos leprosos não tanto para os ajudar, mas fazia-o porque queria ser pobre como eles. Seguindo Jesus Cristo, despojou-se de tudo para ser pobre com os pobres. Pois bem, a primeira economia de mercado nasceu na Europa do século XIII, em contacto diário com os frades franciscanos, que eram amigos daqueles primeiros mercadores. Sem dúvida, essa economia criava riqueza, mas não desprezava a pobreza. Criar riqueza sem desprezar a pobreza. O nosso capitalismo, ao contrário, quer ajudar os pobres mas não os estima, não compreende a bem-aventurança paradoxal: “Bem-aventurados os pobres” (cf. Lc 6, 20). Não devemos amar a miséria, aliás, devemos combatê-la, sobretudo criando trabalho, trabalho digno. Mas o Evangelho diz-nos que, sem estimar os pobres, nenhuma miséria pode ser combatida. E, ao contrário, é a partir daqui que devemos começar, também vós, empresários e economistas: vivendo estes paradoxos evangélicos de Francisco. Quando falo com as pessoas ou confesso, pergunto sempre: “Dás esmola aos pobres?” — “Sim, sim, sim!” — “E quando dás esmola aos pobres, fita-los nos olhos?” — “Bem, não sei...” — “E quando dás esmola, atiras a moeda ou tocas na mão do pobre?”. Não fitam nos olhos e não tocam; e este é um afastamento do espírito de pobreza, afastamento da verdadeira realidade dos pobres, da humanidade que toda a relação humana deve ter. Alguém me dirá: “Papa, estamos atrasados, quando vais acabar?": termino agora.

E à luz desta reflexão, gostaria de vos deixar *três indicações* de percurso para ir em frente.

A primeira: *olhar para o mundo através dos olhos dos mais pobres*. O movimento franciscano soube inventar na Idade Média as primeiras teorias da economia e até os primeiros bancos solidários (casas de penhores), pois olhava para o mundo através dos olhos dos mais pobres. Também vós melhorareis a economia se olhardes para as coisas do ponto de vista das vítimas e dos descartados. Mas para ter o olhar dos pobres e das vítimas

é preciso conhecê-los, é preciso ser amigo deles. E, acreditai em mim, se vos tornardes amigos dos pobres, se partilhades a vida deles, também partilhareis algo do Reino de Deus, porque Jesus disse que deles é o Reino dos Céus, e por isso são bem-aventurados (cf. Lc 6, 20). E repito-o: que as vossas escolhas diárias não produzam descartes.

A segunda: sois sobretudo estudantes, estudiosos e empresários, mas *não vos esqueçais do trabalho, não vos esqueçais dos trabalhadores*. O trabalho das mãos. O trabalho é agora o desafio do nosso tempo, e será ainda mais o desafio de amanhã. Sem trabalho digno e bem remunerado, os jovens não se tornam realmente adultos, as desigualdades aumentam. Às vezes, consegue-se sobreviver sem trabalho, mas não se vive bem. Por conseguinte, enquanto criais bens e serviços, *não vos esqueçais de criar trabalho, trabalho bom e trabalho para todos*.

A terceira indicação é: *encarnação*. Em momentos cruciais da história, quem soube deixar uma boa impressão, fê-lo porque traduziu os ideais, os desejos e os valores em obras concretas. Ou seja, encarnou-os. Além de escrever e fazer congressos, aqueles homens e mulheres deram vida a escolas e universidades, a bancos, sindicatos, cooperativas e instituições. Mudareis o mundo da economia se, com o coração e a cabeça, usardes também as *mãos*. As três linguagens. A cabeça, a linguagem do pensamento, mas não só: unida à linguagem do sentimento, do coração. E ainda: unida à linguagem das mãos. E deves fazer o que sentes e pensas, sentir o que fazes e pensar no que sentes e fazes. Esta é a união das três linguagens. As ideias são necessárias, atraem-nos muito especialmente quando são dos jovens, mas podem transformar-se em armadilhas se não se tornarem “carne”, ou seja, realidade, compromisso diário: as três linguagens. As ideias sozinhas adoecem e acabaremos em órbita, todos nós, se houver apenas ideias. As ideias são necessárias, mas devem tornar-se “carne”. A Igreja sempre rejeitou a tentação gnóstica — gnose, a ideia isolada — que pensa em mudar o mundo unicamente com um conhecimento diferente, sem o esforço da carne. As obras são menos “luminosas” do que as grandes ideias, porque são concretas, particulares, limitadas, com luz e sombra ao mesmo tempo, mas dia após dia fecundam a terra: *a realidade é superior à ideia* (cf. Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 233). Caros jovens, a realidade é sempre superior à ideia: prestai atenção a isto!

Prezados irmãos e irmãs, agradeço-vos o vosso esforço: obrigado! Ide em frente com a inspiração e a intercessão de São Francisco. E eu — se concordardes — gostaria de concluir com uma oração. Leio-a e vós, com o coração, acompanhai-a:

Pai, pedimos-te perdão por ter ferido gravemente a terra, por não ter respeitado as culturas indígenas, por não ter estimado e amado os mais pobres, por ter criado riqueza sem comunhão. Deus vivo, que com o teu Espírito inspiraste o coração, os braços e a mente destes jovens, fazendo-os partir rumo a uma terra prometida, olha com benevolência para a sua generosidade, o seu amor, a sua vontade de dedicar a vida a um grande ideal. Abençoa-os, Pai, nos seus empreendimentos, nos seus estudos, nos seus sonhos; acompanha-os nas dificuldades e nos sofrimentos, ajuda-os a transformá-los em virtude e sabedoria. Ampara os seus desejos de bem e de vida, sustenta-os nas suas desilusões diante dos maus exemplos, faz com que não desanimem e continuem no caminho. Tu, cujo Filho unigénito se fez carpinteiro, concede-lhes a alegria de transformar o mundo com o amor, a engenhosidade e as mãos. Amém.

E muito obrigado!

O que disseram outros Papas sobre Terra, Teto e Trabalho?

Os Movimentos Populares em continuidade com o Magistério Social da Igreja

A luta por terra, teto e trabalho não é uma invenção recente, nem um grito isolado dos movimentos populares do nosso tempo. É antes um eco profundo que ressoa ao longo da história da Igreja e da sua Doutrina Social, uma continuidade viva que atravessa o magistério de numerosos Papas, respondendo ao grito de justiça, de misericórdia e de caridade presente no coração do Evangelho. É um ensino que desafia constantemente os cristãos a combater a injustiça, a reconhecer a dignidade de todo o ser humano e a agir em conformidade.

Apresenta-se seguidamente uma seleção de textos de Papas anteriores que, à semelhança de Francisco, defenderam estes direitos fundamentais no decurso do seu magistério. Desde a "*Rerum Nõovarum*" (1891) de Leão XIII até à "*Caritas in Veritate*" (2009) de Bento XVI, estes documentos demonstram como a defesa da terra, do teto e do trabalho foram uma constante na doutrina social da Igreja. Longe de ser uma ideia revolucionária de uma época específica, é um apelo à justiça que, ao longo dos anos, tem mantido viva a esperança de um mundo onde cada pessoa possa viver com a dignidade dos Filhos de Deus.

Alguns pontos da Exortação Apostólica *Rerum Novarum* (1891) do Papa Leão XIII

E, primeiramente, toda a economia das verdades religiosas, de que a Igreja é guarda e intérprete, é de natureza a aproximar e reconciliar os ricos e os pobres, lembrando às duas classes os seus deveres mútuos e, primeiro que todos os outros, os que derivam da justiça.

Obrigações dos operários e dos patrões

10. Entre estes deveres, eis os que dizem respeito ao pobre e ao operário: deve fornecer integral e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre e conforme à equidade; não deve lesar o seu patrão, nem nos seus bens, nem na sua pessoa; as suas reivindicações devem ser isentas de violências e nunca revestirem a forma de sedições; deve fugir dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos, lhe sugerem esperanças exageradas e lhe fazem grandes promessas, as quais só conduzem a estéreis pesares e à ruína das fortunas.

Quanto aos ricos e aos patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade do homem, realçada ainda pela do Cristão. O trabalho do corpo, pelo testemunho comum da razão e da filosofia cristã, longe de ser um objecto de vergonha, honra o homem, porque lhe fornece um nobre meio de sustentar a sua vida. O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como de vis instrumentos de lucro, e não os estimar senão na proporção do vigor dos seus braços. O cristianismo, além disso, prescreve que se tenham em consideração os interesses espirituais do operário e o bem da sua alma. Aos patrões compete velar para que a isto seja dada plena satisfação, para que o operário não seja entregue à sedução e às solicitações corruptoras, que nada venha enfraquecer o espírito de família nem os hábitos de economia. Proíbe também aos patrões que imponham aos seus subordinados um trabalho superior às suas forças ou em desarmonia com a sua idade ou o seu sexo.

Mas, entre os deveres principais do patrão, é necessário colocar, em primeiro lugar, o de dar a cada um o salário que convém. Certamente, para fixar a justa medida do salário, há numerosos pontos de vista a considerar. Duma maneira geral, recordem-se o rico e o patrão de que explorar a pobreza e a miséria e especular com a indigência, são coisas igualmente reprovadas pelas leis divinas e humanas; que cometeria um crime de clamar vingança ao céu quem defraudasse a qualquer no preço dos seus labores: «Eis que o salário, que tendes extorquido por fraude aos vossos operários, clama contra vós: e o seu clamor subiu até aos ouvidos do Deus dos Exércitos». Enfim, os ricos devem precaver-se religiosamente de todo o acto violento, toda a fraude, toda a manobra usurária que seja de natureza a atentar contra a economia do pobre, e isto mais ainda, porque este é menos apto para defender-se, e porque os seus haveres, por serem de mínima importância, revestem um carácter mais sagrado.

18. [...] Mas, ainda que todos os cidadãos, sem excepção, devam contribuir para a massa dos bens comuns, os quais, aliás, por um giro natural, se repartem de novo entre os indivíduos, todavia as constituições respectivas não podem ser nem as mesmas, nem de

igual medida. Quaisquer que sejam as vicissitudes pelas quais as formas do governo são chamadas a passar, haverá sempre entre os cidadãos essas desigualdades de condições, sem as quais uma sociedade não pode existir nem conceber-se. Sem dúvida são necessários homens que governem, que façam leis, que administrem justiça, que, enfim, por seus conselhos ou por via da autoridade, administrem os negócios da paz e as coisas da guerra. Que estes homens devem ter a proeminência em toda a sociedade e ocupar nela o primeiro lugar, ninguém o pode duvidar, pois eles trabalham directamente para o bem comum e duma maneira tão excelente.

Os homens que, pelo contrário, se aplicam às coisas da indústria, não podem concorrer para este bem comum nem na mesma medida, nem pelas mesmas vias; mas, entretanto, também eles, ainda que de maneira menos directa, servem muitíssimo os interesses da sociedade. Sem dúvida alguma, o bem comum, cuja aquisição deve ter por efeito aperfeiçoar os homens, é principalmente um bem moral.

Mas numa sociedade regularmente constituída deve encontrar-se ainda uma certa abundância de bens exteriores «cujo uso é reclamado para exercício da virtude»[30]. Ora, a fonte fecunda e necessária de todos estes bens é principalmente o trabalho do operário, o trabalho dos campos ou da oficina. Mais ainda: nesta ordem de coisas, o trabalho tem uma tal fecundidade e tal eficácia, que se pode afirmar, sem receio de engano, que ele é a fonte única de onde procede a riqueza das nações. A equidade manda, pois, que o Estado se preocupe com os trabalhadores, e proceda de modo que, de todos os bens que eles proporcionam à sociedade, lhes seja dada uma parte razoável, como habitação e vestuário, e que possam viver à custa de menos trabalho e privações [31]. De onde resulta que o Estado deve favorecer tudo o que, de perto ou de longe, pareça de natureza a melhorar-lhes a sorte. Esta solicitude, longe de prejudicar alguém, tornar-se-á, ao contrário, em proveito de todos, porque importa soberanamente à nação que homens, que são para ela o princípio de bens tão indispensáveis, não se encontrem continuamente a braços com os horrores da miséria.

20. [...] Os direitos, em que eles se encontram, devem ser religiosamente respeitados e o Estado deve assegurá-los a todos os cidadãos, prevenindo ou vingando a sua violação. Todavia, na protecção dos direitos particulares, deve preocupar-se, de maneira especial, dos fracos e dos indigentes. A classe rica faz das suas riquezas uma espécie de baluarte e tem menos necessidade da tutela pública. A classe indigente, ao contrário, sem riquezas que a ponham a coberto das injustiças, conta principalmente com a protecção do Estado. Que o Estado se faça, pois, sob um particularíssimo título, a providência dos trabalhadores, que em geral pertencem à classe pobre.

32. [...] É altamente louvável o zelo de grande número dos nossos, que, conhecendo perfeitamente as necessidades da hora presente, sondam cuidadosamente o terreno, para aí descobrirem uma vereda honesta que conduz à reabilitação da classe operária. Constituindo-se protectores das pessoas dedicadas ao trabalho, esforçam-se por aumentar a sua prosperidade, tanto doméstica como individual, e regular com equidade as relações recíprocas dos patrões e dos operários; por manter e enraizar nuns e noutros a lembrança dos seus deveres e a observância dos preceitos que, conduzindo o homem à moderação e coordenando todos os excessos, mantêm nas nações, e entre elementos tão diversos de pessoas e de coisas, a concórdia e a harmonia mais perfeita. Sob a inspiração dos mesmos pensamentos, homens de grande mérito se reúnem em congresso, para comunicarem

mutuamente as ideias, unirem as suas forças, ordenarem programas de acção. Outros ocupam-se em fundar corporações adequadas às diversas profissões e em fazer entrar nelas os artistas: coadjuvam-nos com os seus conselhos e a sua fortuna, e providenciam para que lhes não falte nunca um trabalho honrado e proveitoso. Os Bispos, por seu lado, animam estes esforços e colocam-nos sob a sua protecção: por sua autoridade e sob os seus auspícios, membros do clero tanto secular como regular se dedicam, em grande número, aos interesses espirituais das corporações. Finalmente, não faltam católicos que, possuidores de abundantes riquezas, convertidos de algum modo em companheiros voluntários dos trabalhadores, não olham a despesas para fundar e propagar sociedades, onde estas possam encontrar, a par com certa abastança para o presente, a promessa de honroso descanso para o futuro. Tanto zelo, tantos e tão engenhosos esforços têm já feito entre os povos um bem muito considerável, e demasiado conhecido para que seja necessário falar deles mais nitidamente. É a nossos olhos feliz prognóstico para o futuro, e esperamos destas corporações os mais benéficos frutos, conquanto que continuem a desenvolver-se e que a prudência presida à sua organização. Proteja o Estado estas sociedades fundadas segundo o direito; mas não se intrometa no seu governo interior e não toque nas molas íntimas que lhes dão vida; pois o movimento vital procede essencialmente dum princípio interno, e extingue-se facilmente sob a acção duma causa externa.

Alguns pontos da Exortação Apostólica *Quadragesimo Anno* (1931) do Papa Pio XI

Pretensões injustas do capital

É certo que por muito tempo pôde o capital arrogar-se direitos demasiados. Todos os produtos e todos os lucros reclamava-os ele para si, deixando ao operário unicamente o bastante para restaurar e reproduzir as forças. Apregoava-se, que por fatal lei económica pertencia aos patrões acumular todo o capital, e que a mesma lei condenava e acorrentava os operários a perpétua pobreza e vida miserável. E bem verdade, que as obras nem sempre estavam de acordo com semelhantes monstruosidades dos chamados liberais de Manchester : não se pode contudo negar que para elas tendia com passo certo e constante o regime económico e social. Por isso não é para admirar que estas opiniões erróneas e estes postulados falsos fossem energeticamente impugnados, e não só por aqueles a quem privavam do direito natural de adquirir melhor fortuna.

Injustas pretensões do trabalho

De facto aos operários assim mal tratados apresentaram-se os chamados « intelectuais », contrapondo a uma lei falsa um não menos falso princípio moral : « os frutos e rendimentos, descontado apenas o que baste a amortizar e reconstituir o capital, pertencem todos de direito aos operários ». Erro mais capcioso que o de alguns socialistas, para os quais tudo o que é produtivo deve passar a ser propriedade do Estado ou « socializar-se »; mas por isso mesmo erro muito mais perigoso e próprio a embair os incautos : veneno suave que tragaram avidamente muitos, a quem o socialismo sem reboço não pudera enganar.

Princípio directivo da justa distribuição

A premuni-los contra estes falsos princípios, com que a si próprios fechavam o caminho da justiça e da paz, deviam bastar as palavras sapientíssimas do Nosso Predecessor : « de qualquer modo que seja distribuída entre os particulares, não cessa a terra de servir à utilidade pública »⁸⁸. O mesmo ensinámos Nós pouco antes, quando declarávamos, que a própria natureza exige a repartição dos bens em domínios particulares, precisamente a fim de poderem as coisas criadas servir ao bem comum de modo ordenado e constante. Este princípio deve ter continuamente diante dos olhos, quem não quer desviar-se da recta senda da verdade.

Ora nem toda a distribuição dos bens ou riquezas entre os homens é apta para obter totalmente ou com a devida perfeição o fim estabelecido por Deus. E necessário que as riquezas, em contínuo incremento com o progresso da economia social, sejam repartidas pelos indivíduos ou pelas classes particulares de tal maneira, que se salve sempre a utilidade comum, de que falava Leão XIII, ou, por outras palavras, que em nada se prejudique o bem geral de toda a sociedade. Esta lei de justiça social proíbe, que uma classe seja pela outra excluída da participação dos lucros. Violam-na por conseguinte tanto os ricos que, felizes por se verem livres de cuidados em meio da sua fortuna, têm por muito

⁸⁸ Encicl. *Rerum novarum*, n. 7.

natural embolsarem eles tudo e os operários nada, como a classe proletária que, irritada por tantas injustiças e demasiadamente propensa a exagerar os próprios direitos, reclama para si tudo, porque fruto do trabalho das suas mãos, e combate e pretende suprimir toda a propriedade e rendas ou proventos, qualquer que seja a sua natureza e função social, uma vez que se obtenham e pela simples razão de serem obtidos sem trabalho. A este propósito cita-se às vezes o Apóstolo, lá onde diz : « quem não quer trabalhar, não coma »⁸⁹. Citação descabida e falsa. O Apóstolo repreende os ociosos, que podendo e devendo trabalhar, não o fazem, e admoesta-nos a que aproveitemos diligentemente o tempo e as forças do corpo e do espírito, nem queiramos ser de peso aos outros, quando podemos bastar-nos a nós mesmos. Agora, que o trabalho seja o único título para receber o sustento ou perceber rendimentos, isso não o ensina, nem podia ensinar o Apóstolo⁹⁰.

Cada um deve pois ter a sua parte nos bens materiais; e deve procurar-se que a sua repartição seja pautada pelas normas do bem comum e da justiça social. Hoje porém, à vista do contraste estridente, que há entre o pequeno número dos ultra-ricos e a multidão inumerável dos pobres, não há homem prudente, que não reconheça os gravíssimos inconvenientes da actual repartição da riqueza.

⁸⁹ II Thess., 3, 10.

⁹⁰ Cfr. II Thess., 3, 8-10.

Alguns pontos da Encíclica *Mater et Magistra* (1961) do Papa João XXIII

20. O Estado, cuja razão de ser é a realização do bem comum na ordem temporal, não pode manter-se ausente do mundo econômico; deve intervir com o fim de promover a produção de uma abundância suficiente de bens materiais, "cujo uso é necessário para o exercício da virtude"⁹¹; e também para proteger os direitos de todos os cidadãos, sobretudo dos mais fracos, como são os operários, as mulheres e as crianças. De igual modo, é dever seu indeclinável contribuir ativamente para melhorar as condições de vida dos operários.

21. Compete ainda ao Estado velar para que as relações de trabalho sejam reguladas segundo a justiça e a equidade, e para que nos ambientes de trabalho não seja lesada, nem no corpo nem na alma, a dignidade de pessoa humana. A este propósito, a encíclica leonina aponta as linhas que vieram a inspirar a legislação social dos estados contemporâneos: linhas, como já observava Pio XI na encíclica *Quadragesimo Anno*⁹², que eficazmente contribuíram para o aparecimento e a evolução de um novo e nobilíssimo ramo do direito, o "direito do trabalho".

Estruturas conforme à dignidade do homem

83. Por isso, quando as estruturas, o funcionamento e o condicionalismo de um sistema econômico comprometem a dignidade humana dos que nele trabalham, entorpecem sistematicamente o sentido da responsabilidade ou impedem que a iniciativa pessoal se manifeste, tal sistema é injusto, mesmo se, por hipótese, a riqueza nele produzida alcança altos níveis e é distribuída segundo as regras da justiça e da equidade.

Confirmação de uma diretriz

84. Não é possível determinar, em pormenor, quais as estruturas do sistema econômico que melhor correspondem à dignidade humana e mais eficazmente desenvolvem o sentido da responsabilidade. Contudo, o nosso predecessor Pio XII indica oportunamente esta diretriz: "A propriedade agrícola pequena e média, a artesanal e profissional, comercial e industrial, deve ser assegurada e promovida; as uniões cooperativistas devem garantir-lhes as vantagens próprias da grande exploração; e nas grandes explorações deve ficar aberta a possibilidade de suavizar o contrato de trabalho pelo contrato da sociedade"⁹³.

147. É-nos grato expressar aqui o nossa complacência àqueles filhos nossos que nas diversas partes do mundo se ocupam em organizações cooperativistas, profissionais e sindicais, tendentes à promoção econômica e social de todos os cultivadores da terra.

Vocação e missão

148. O homem encontra no trabalho agrícola mil incentivos para se afirmar, progredir e enriquecer, mesmo na esfera dos valores do espírito. É, portanto, um trabalho que se deve considerar e viver como vocação e missão; isto é, como resposta ao convite recebido de

⁹¹ S. Tomás, *De Regimine Principum*, I,15.

⁹² Cf. AAS, 23(1931), p.185.

⁹³ *Radiomensagem de 1º de setembro de 1944*; cf. AAS, 36(1944), p. 254.

Deus para colaborar na realização do seu plano providencial na história, como compromisso tomado de se elevar cada um a si e elevar os outros, e ainda como auxílio para a civilização humana.

Alguns pontos da Encíclica *Populorum Progressio* (1967) do Papa Paulo VI

Capitalismo liberal

26. Infelizmente, sobre estas novas condições da sociedade, construiu-se um sistema que considerava o lucro como motor essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção como direito absoluto, sem limite nem obrigações sociais correspondentes. Este liberalismo sem freio conduziu à ditadura denunciada com razão por Pio XI, como geradora do "imperialismo internacional do dinheiro"⁹⁴. Nunca será demasiado reprovar tais abusos, lembrando mais uma vez, solenemente, que a economia está ao serviço do homem⁹⁵. Mas, se é verdade que um certo capitalismo foi a fonte de tantos sofrimentos, injustiças e lutas fratricidas com efeitos ainda duráveis, é contudo sem motivo que se atribuem à industrialização males que são devidos ao nefasto sistema que a acompanhava. Pelo contrário, é necessário reconhecer com toda a justiça o contributo insubstituível da organização do trabalho e do progresso industrial na obra do desenvolvimento.

Urgência da obra a realizar

29. Urge começar: são muitos os homens que sofrem, e aumenta a distância que separa o progresso de uns da estagnação e, até mesmo, do retrocesso de outros. No entanto, é preciso que a obra a realizar progrida harmoniosamente, sob pena de destruir equilíbrios indispensáveis. Uma reforma agrária improvisada pode falhar o seu objetivo. Uma industrialização precipitada pode desmoronar estruturas ainda necessárias, criar misérias sociais que seriam um retrocesso humano.

A serviço do homem

34. Porque, qualquer programa feito para aumentar a produção não tem, afinal, razão de ser senão colocado ao serviço da pessoa. Deve reduzir desigualdades, combater discriminações, libertar o homem da servidão, torná-lo capaz de, por si próprio, ser o agente responsável do seu bem-estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual. Dizer desenvolvimento, é com efeito preocupar-se tanto com o progresso social como com o crescimento econômico. Não basta aumentar a riqueza comum, para que ela seja repartida equitativamente. Não basta promover a técnica, para que a terra possa ser habitada de maneira mais humana. Nos erros dos predecessores reconheçam, os povos que se encontram em fase de desenvolvimento, um aviso dos perigos que hão de evitar neste domínio. A tecnocracia de amanhã pode gerar ainda piores males que o liberalismo de ontem. Economia e técnica não têm sentido, senão em função do homem, ao qual devem servir. E o homem só é verdadeiramente homem, na medida em que, senhor das suas ações e juiz do valor destas, é autor do seu progresso, em conformidade com a natureza que lhe deu o Criador, cujas possibilidades e exigências ele aceita livremente.

Fraternidade dos povos

⁹⁴ Encíclica *Quadragesimo Anno*, 15 de maio de 1931, AAS 23 (1931), p. 212.

⁹⁵ Cf., por exemplo, Colin Clark, *The conditions of economic progress*, 3, ed., London, Macmillan & Co., New York, St. Martin's Press, 1960, pp. 3-6.

44. Este dever diz respeito, em primeiro lugar, aos mais favorecidos. As suas obrigações enraízam-se na fraternidade humana e sobrenatural, apresentando-se sob um tríplice aspecto: o do dever de solidariedade, ou seja, o auxílio que as nações ricas devem prestar aos países em via de desenvolvimento; o do dever de justiça social, isto é, a retificação das relações comerciais defeituosas, entre povos fortes e povos fracos; o do dever de caridade universal, quer dizer, a promoção, para todos, de um mundo mais humano e onde todos tenham qualquer coisa a dar e a receber, sem que o progresso de uns seja obstáculo ao desenvolvimento dos outros. O futuro da civilização mundial está dependente da solução deste grave problema.

Mãos à obra, todas à uma

86. Vós todos que ouvistes o apelo dos povos na aflição, vós que vos empenhais em responder-lhes, vós sois os apóstolos do bom e verdadeiro desenvolvimento, que não consiste na riqueza egoísta e amada por si mesma, mas na economia ao serviço do homem, no pão cotidiano distribuído a todos como fonte de fraternidade e sinal da Providência.

Alguns pontos da Encíclica *Laborem Exercens* (1981) do Papa João Paulo II

8. Solidariedade dos homens do trabalho

Ao tratar-se do trabalho humano, encarado pela dimensão fundamental do seu sujeito, isto é, do homem-pessoa que executa esse trabalho, partindo deste ponto de vista deve fazer-se uma apreciação pelo menos sumária dos processos que se verificaram, ao longo dos noventa anos transcorridos após a Encíclica *Rerum Novarum*, em relação com a dimensão subjectiva do trabalho. Com efeito, embora o sujeito do trabalho seja sempre o mesmo, isto é, o homem, deram-se todavia notáveis modificações quanto ao aspecto objectivo do mesmo trabalho. E embora se possa dizer que o *trabalho*, em razão do seu sujeito, é um (um e, de cada vez que é feito, irrepetível) todavia, considerando os seus sentidos objectivos, tem de se reconhecer que existem muitos trabalhos: um grande número de trabalhos diversos. O desenvolvimento da civilização humana proporciona neste campo um enriquecimento contínuo. Ao mesmo tempo, porém, não se pode deixar de notar que, no processar-se de um tal desenvolvimento, não somente aparecem novas formas de trabalho humano, mas há também outras que desaparecem. Admitindo muito embora, em princípio, que isto é um fenómeno normal, importa, no entanto, ver bem se nele se não intrometem, e em que medida, certas irregularidades que podem ser perigosas, por motivos ético-sociais.

Foi precisamente *por causa de uma dessas anomalias com grande alcance* que nasceu, no século passado, a chamada questão operária, definida por vezes como « questão proletária ». Tal questão — bem como os problemas com ela ligados — deram origem a uma justa reacção social e fizeram com que surgisse e, poder-se-ia mesmo dizer, com que irrompesse um grande movimento de solidariedade entre os homens do trabalho e, em primeiro lugar, entre os trabalhadores da indústria. O apelo à solidariedade e à acção comum lançado aos homens do trabalho — sobretudo aos do trabalho sectorial, monótono e despersonalizante nas grandes instalações industriais, quando a máquina tende a dominar sobre o homem — tinha um seu valor importante e uma eloquência própria, sob o ponto de vista da ética social. Era a reacção *contra a degradação do homem como sujeito do trabalho* e contra a exploração inaudita que a acompanhava, no campo dos lucros, das condições de trabalho e de previdência para a pessoa do trabalhador. Uma tal reacção uniu o mundo operário numa convergência comunitária, caracterizada por uma grande solidariedade.

Na esteira da Encíclica *Rerum Novarum* e dos numerosos documentos do Magistério da Igreja que se lhe seguiram, francamente tem de se reconhecer que se justificava, sob o ponto de vista da moral social, a reacção contra o sistema de injustiça e de danos que bradava ao Céu vingança⁹⁶ e que pesava sobre o homem do trabalho nesse período de rápida industrialização. Este estado de coisas era favorecido pelo sistema sócio-político liberal que, segundo as suas premissas de « economismo », reforçava e assegurava a iniciativa económica somente dos possuidores do capital, mas não se preocupava suficientemente com os direitos do homem do trabalho, afirmando que o trabalho humano é apenas um instrumento de produção, e que o capital é o fundamento, coeficiente e a finalidade da produção.

⁹⁶ Dt 24, 15; Jz 5, 4; e também Gn 4 10.

Desde então, a solidariedade dos homens do trabalho e, simultaneamente, uma tomada de consciência mais clara e mais compromissória pelo que respeita aos direitos dos trabalhadores da parte dos outros, produziu em muitos casos mudanças profundas. Foram excogitados diversos sistemas novos. Desenvolveram-se diversas formas de neo-capitalismo ou de colectivismo. E, não raro, os homens do trabalho passam a ter a possibilidade de participar e participam efectivamente na gestão e no controlo da produtividade das empresas. Por meio de associações apropriadas, eles passam a ter influência no que respeita às condições de trabalho e de remuneração, bem como quanto à legislação social. Mas, ao mesmo tempo, diversos sistemas fundados em ideologias ou no poder, como também novas relações que foram surgindo nos vários níveis da convivência humana, *deixaram persistir injustiças flagrantes ou criaram outras novas*. A nível mundial, o desenvolvimento da civilização e das comunicações tornou possível uma diagnose mais completa das condições de vida e de trabalho do homem no mundo inteiro, mas tornou também patentes outras formas de injustiça, bem mais amplas ainda do que aquelas que no século passado haviam estimulado a união dos homens do trabalho para uma particular solidariedade no mundo operário. E isto assim, nos países em que já se realizou um certo processo de revolução industrial; e assim igualmente nos países onde o local de trabalho a predominar continua a ser o *da cultura da terra* ou doutras ocupações congêneres.

Movimentos de solidariedade no campo do trabalho — de uma solidariedade que não há-de nunca ser fechamento para o diálogo e para a colaboração com os demais — podem ser necessários, mesmo pelo que se refere às condições de grupos sociais que anteriormente não se achavam compreendidos entre estes movimentos, mas que vão sofrendo no meio dos sistemas sociais e das condições de vida que mudam *uma efectiva « proletarização »*, ou mesmo que se encontram realmente já numa condição de proletariado que, embora não seja chamada ainda com este nome, de facto é tal que o merece. Podem encontrar-se nesta situação algumas categorias ou grupos da « *intelligentzia* » do trabalho, sobretudo quando, simultaneamente com um acesso cada vez mais ampliado à instrução e com o número sempre crescente das pessoas que alcançaram diplomas pela sua preparação cultural, se verifica uma diminuição de procura do trabalho destas pessoas. Um tal *desemprego dos intelectuais* sucede ou aumenta: quando a instrução acessível não está orientada para os tipos de emprego ou de serviços que são requeridos pelas verdadeiras necessidades da sociedade; ou quando o trabalho para o qual se exige a instrução, pelo menos profissional, é menos procurado e menos bem pago do que um trabalho braçal. É evidente que a instrução, em si mesma, constitui sempre um valor e um enriquecimento importante da pessoa humana; contudo, independentemente deste facto, continuam a ser possíveis certos processos de « *proletarização* ».

Assim, *é necessário prosseguir a interrogar-se sobre o sujeito do trabalho* e sobre as condições da sua existência. Para se realizar a justiça social nas diversas partes do mundo, nos vários países e nas relações entre eles, é preciso que haja sempre *novos movimentos de solidariedade dos homens do trabalho e de solidariedade com os homens do trabalho*. Uma tal solidariedade deverá fazer sentir a sua presença onde a exijam a degradação social do homem-sujeito do trabalho, a exploração dos trabalhadores e as zonas crescentes de miséria e mesmo de fome. A Igreja acha-se vivamente empenhada nesta causa, porque a considera como sua missão, seu serviço e como uma comprovação da sua fidelidade a Cristo, para assim ser verdadeiramente a « *Igreja dos pobres* ». E os « *pobres* » aparecem sob variados aspectos; aparecem em diversos lugares e em diferentes momentos;

aparecem, em muitos casos, como *um resultado da violação da dignidade do trabalho humano*: e isso, quer porque as possibilidades do trabalho humano são limitadas — e há a chaga do desemprego — quer porque são depreciados o valor do mesmo trabalho e os direitos que dele derivam, especialmente o direito ao justo salário e à segurança da pessoa do trabalhador e da sua família.

Alguns pontos da mensagem para o XLIII Dia Mundial da Paz do Papa Bento XVI (2010) - “Se quiseres promover a paz, preserva a criação”.

2. Na encíclica *Caritas in veritate*, pus em realce que o desenvolvimento humano integral está intimamente ligado com os deveres que nascem da relação do homem com o ambiente natural, considerado como uma dádiva de Deus para todos, cuja utilização comporta uma responsabilidade comum para com a humanidade inteira, especialmente os pobres e as gerações futuras. Assinalei também que corre o risco de atenuar-se, nas consciências, a noção da responsabilidade, quando a natureza e sobretudo o ser humano são considerados simplesmente como fruto do acaso ou do determinismo evolutivo⁹⁷. Pelo contrário, conceber a criação como dádiva de Deus à humanidade ajuda-nos a compreender a vocação e o valor do homem; na realidade, cheios de admiração, podemos proclamar com o salmista: «Quando contemplo os céus, obra das vossas mãos, a lua e as estrelas que lá colocastes, que é o homem para que Vos lembreis dele, o filho do homem para dele Vos ocupardes?» (Sl 8, 4-5). Contemplar a beleza da criação é um estímulo para reconhecer o amor do Criador; aquele Amor que «move o sol e as outras estrelas»⁹⁸.

7. Infelizmente temos de constatar que um grande número de pessoas, em vários países e regiões da terra, experimenta dificuldades cada vez maiores, porque muitos se descuidam ou se recusam a exercer sobre o ambiente um governo responsável. O Concílio Ecuménico Vaticano II lembrou que «Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para uso de todos os homens e povos»⁹⁹. Por isso, a herança da criação pertence à humanidade inteira. Entretanto o ritmo actual de exploração põe seriamente em perigo a disponibilidade de alguns recursos naturais não só para a geração actual, mas sobretudo para as gerações futuras¹⁰⁰. Ora não é difícil constatar como a degradação ambiental é muitas vezes o resultado da falta de projectos políticos clarividentes ou da persecução de míopes interesses económicos, que se transformam, infelizmente, numa séria ameaça para a criação. Para contrastar tal fenómeno, na certeza de que «cada decisão económica tem consequências de carácter moral»¹⁰¹, é necessário também que a actividade económica seja mais respeitadora do ambiente. Quando se lança mão dos recursos naturais, é preciso preocupar-se com a sua preservação prevendo também os seus custos em termos ambientais e sociais, que se devem contabilizar como uma parcela essencial da actividade económica. Compete à comunidade internacional e aos governos nacionais dar os justos sinais para contrastar de modo eficaz, no uso do ambiente, as modalidades que resultem danosas para o mesmo. Para proteger o ambiente e tutelar os recursos e o clima é preciso, por um lado, agir no respeito de normas bem definidas mesmo do ponto de vista jurídico e económico e, por outro, ter em conta a solidariedade devida a quantos habitam nas regiões mais pobres da terra e às gerações futuras.

14. *Se quiseres cultivar a paz, preserva a criação*. A busca da paz por parte de todos os homens de boa vontade será, sem dúvida alguma, facilitada pelo reconhecimento comum da relação indivisível que existe entre Deus, os seres humanos e a criação inteira. Os

⁹⁷ Cf. Bento XVI, Mensagem para o Dia Mundial da Paz (1 de Janeiro de 2008), 48.

⁹⁸ Dante Alighieri, *Divina Comédia*: O Paraíso, XXXIII, 145.

⁹⁹ Const. past. *Gaudium et spes*, 69.

¹⁰⁰ Cf. João Paulo II, Carta enc. *Sollicitudo rei socialis*, 34.

¹⁰¹ Bento XVI, Carta enc. *Caritas in veritate*, 37.

cristãos, iluminados pela Revelação divina e seguindo a Tradição da Igreja, prestam a sua própria contribuição. Consideram o cosmos e as suas maravilhas à luz da obra criadora do Pai e redentora de Cristo, que, pela sua morte e ressurreição, reconciliou com Deus «todas as criaturas, na terra e nos céus» (Cl 1, 20). Cristo crucificado e ressuscitado concedeu à humanidade o dom do seu Espírito santificador, que guia o caminho da história à espera daquele dia em que, com o regresso glorioso do Senhor, serão inaugurados «novos céus e uma nova terra» (2 Pd 3, 13), onde habitarão a justiça e a paz para sempre. Assim, proteger o ambiente natural para construir um mundo de paz é dever de toda a pessoa. Trata-se de um desafio urgente que se há-de enfrentar com renovado e concorde empenho; é uma oportunidade providencial para entregar às novas gerações a perspectiva de um futuro melhor para todos. Disto mesmo estejam cientes os responsáveis das nações e quantos, nos diversos níveis, têm a peito a sorte da humanidade: a salvaguarda da criação e a realização da paz são realidades intimamente ligadas entre si. Por isso, convido todos os crentes a elevarem a Deus, Criador onnipotente e Pai misericordioso, a sua oração fervorosa, para que no coração de cada homem e de cada mulher ressoe, seja acolhido e vivido o premente apelo: Se quiseres cultivar a paz, preserva a criação.